

ENTRE AS ESCOLHAS E OS RISCOS POSSÍVEIS – A INSERÇÃO DAS JOVENS NO TRÁFICO DE DROGAS

Por
Patricia Constantino

Dissertação apresentada com vistas à obtenção do Título de
Mestre em Ciências na Área de Saúde Pública

Orientador: Maria Cecília de Souza Minayo

Rio de Janeiro, Outubro de 2001

AGRADECIMENTOS

De todas as pessoas que contribuíram com este estudo, gostaria de agradecer primeiramente as adolescentes que participaram das entrevistas e dos grupos focais, confiando-me seus depoimentos e dividindo seus sentimentos e histórias de vida;

Um agradecimento muito especial a professora **Maria Cecília de Souza Minayo**, pela orientação e ensinamentos, lições que levarei por toda vida;

À **Simone Gonçalves de Assis**, companheira nessa jornada, por sua amizade, sensibilidade e exemplo profissional;

À **Maruza Bastos de Oliveira** por ter me apresentado o universo da delinquência juvenil e com quem muito aprendi;

À **Suely Deslandes**, pela leitura criteriosa do material;

Ao professor **Jorge Coelho**, sempre me encorajando a crescer;

A toda equipe do **CLAVES** pelo apoio durante todo o processo de deste trabalho. Em especial a **Kathie Njaine** e **Edinilsa Ramos de Souza**. Agradeço ainda a **Alessandra Jesus Machado Cruz** pela organização das referências bibliográficas.

Ao **Fábio**, companheiro de todas as horas, pelo incentivo e por me mostrar que seria possível.

RESUMO

Este trabalho visa a compreender a percepção dos riscos vivenciados por adolescentes envolvidas no tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Foi realizado no Educandário Santos Dumont – instituição responsável pela medida de internação de adolescentes do sexo feminino que cometeram atos infracionais – e CRIAM Ricardo de Albuquerque – unidade responsável pelo cumprimento da medida de Semi-Liberdade. Este é um estudo de natureza qualitativa, fundamentado na fala dos atores sociais e na observação de seu cotidiano nas referidas instituições.

Como estratégia de investigação foram realizadas 12 entrevistas individuais com meninas apreendidas por tráfico de drogas e, 2 grupos focais compostos por jovens envolvidas neste mesmo delito.

Os referenciais teóricos sobre Delinquência Juvenil Feminina e Risco foram pesquisados para dialogar com os dados empíricos.

Os resultados obtidos revelam a percepção do risco, segundo as jovens, sob duas principais formas: o risco como perigo a ser evitado, que elas relacionam com as vitimizações sofridas ao longo da vida, e risco relacionado ao prazer e aventura, experimentado principalmente na prática infracional, uso de drogas e vivência na rua.

ABSTRACT

This work has the purpose of comprehending the risk perception of female teenagers who are involved in drug traffic in RJ.

It was accomplished in Educandário Santos Dumont – responsible institution for keeping girls law violaters – and CRIAM Ricardo de Albuquerque – responsible unit for keeping girls law violaters in parcial freedom.

This is a qualitative study which is based on social actors speeches and on a field observation in these institutions.

There were done twelve individual interviews with girls arrested for drug traffic and two group interviews with girls arrested for the same reason. These interviews were used as investigation strategies.

Book references on Female Youth Law Violations and Risk were taken into account in order to give support to the field data collected.

The results of this study reveal the teenagers risk perception in two main ways: the risk as a danger to be avoid which was associated to their victimizing experiences and the risk associated to pleasure and adventure feelings mainly experienced during law violations, drug use and street life.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
CAPITULO 1 - A ESCOLHA DE UM CAMINHO: CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	19
1.1 - As entrevistas	20
1.2 - A observação participante	23
1.3 - Fonte de dados secundários	26
1.4 - Grupo Focal	26
1.5 - Análise dos dados	30
1.6 - Apresentação das entrevistas	31
CAPITULO 2 - AS TEORIAS QUE SE ARRISCAM A EXPLICAR A DELINQUÊNCIA FEMININA	43
2.1 - Teorias bio-psicológicas	46
2.2 - Teorias Sociológicas	50
2.2.1 - Teorias Modernas	50
2.2.2 - Teorias Feministas	51
2.2.3 - Controle Social	53
2.2.4 - Teoria da Escolha Racional	58
CAPITULO 3 - VIVER EM RISCO: LIBERDADE OU DETERMINISMO?	60
3.1 - Etiologia e historicidade do conceito de risco	63
3.2 - Risco: perigo a ser evitado	72
3.3 - Risco: prazer e aventura	74
3.4 - Risco individual e social	79
3.5 - Liberdade de escolha	86
CAPITULO 4 - RISCO: PERIGO OU PRAZER?	91
4.1 - Risco como perigo	91
4.1.1 - Família	92
4.1.1.1 - Abuso sexual	107
4.1.2 - Amigos	113
4.1.3 - Escola	117
4.2 - Risco pelo prazer	119
4.2.1 - Uso de drogas	121
4.2.2 - Namorados	124
4.2.3 - Vivência de rua	129

CAPITULO 5 - A ESCOLHA PELO TRÁFICO DE DROGAS	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS	158
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	164
ANEXOS	173

LISTA DE GRÁFICOS E QUADROS

GRÁFICO 1 – Distribuição dos atos infracionais cometidos por adolescentes segundo sexo. Rio de Janeiro – 1991 a 2000	06
GRÁFICO 2 – Distribuição dos crimes cometidos por presos adultos no Estado do Rio de Janeiro, segundo sexo – 1995 a 1999.....	07
QUADRO 1 – Atos infracionais cometidos por adolescentes no Rio de Janeiro em 1998	08
QUADRO 2 – Crimes cometidos por adultos presos no Estado do Rio de Janeiro em 1998	09
QUADRO 3 – ADOLESCENTES ENTREVISTADAS	32
QUADRO 4 – Mudança de perfil dos crimes praticados por presas adultas (1976-1997) .	44
QUADRO 5 – História de uso de drogas na vida entre os adolescentes do DEGASE – 1999	123

INTRODUÇÃO

O objeto desta investigação é a percepção dos riscos vivenciados por meninas envolvidas no tráfico de drogas.

A situação das meninas e mulheres envolvidas em delitos tem sido negligenciada há séculos pelos estudiosos das mais diversas áreas científicas, pela sociedade civil e pelos governos de todo o mundo. (Heidensohn, 1995; Warren, 1981; Chesney-Lind, 1997; Chesney-Lind e Hagedorn, 1999). Os motivos mais óbvios apresentados para a ausência de estudos sobre delinquência feminina são: a sua reduzida incidência, se comparada com a masculina; o papel secundário da mulher na sociedade e na vida extra-familiar; o preconceito que atribui pouco ou nenhum valor às manifestações de desajuste social da mulher; a falta de pressão da opinião pública, que não se interessa pelo tema.

Recentemente, o fenômeno de criminalidade entre jovens do sexo feminino tem aumentado em muitos países no mundo, elevando a preocupação da sociedade civil, das instituições sociais e do meio acadêmico. Esse crescimento, entretanto, vem sempre a reboque da preocupação com a delinquência juvenil masculina.

Uma das formas de criminalidade feminina que tem tido mais destaque em vários países do mundo é a criação e disseminação de gangues ou quadrilhas. Por exemplo, estudos evidenciam que os Estados Unidos têm hoje gangues compostas exclusivamente por meninas adolescentes (Chesney-Lind e Hagedorn, 1999). Alguns países da América Central, especialmente El Salvador, também têm

revelado a mesma sorte de problemas. “Pandillas” ou “maras”, forma como são denominadas as gangues nos países latinos, são formadas por pré-adolescentes ou adolescentes. As meninas participam em número menor que os homens e são marginalizadas das atividades importantes. Essas desempenham função de caráter sexual e são consideradas perigosas, capazes de traição e não confiáveis, com exceção das que passam por provas especiais que demonstrem seu valor.

Na Inglaterra, recentes estudos têm evidenciado que o número de mulheres que recebeu pena de prisão dobrou entre 1974 e 1981. Embora as taxas femininas continuem baixas, seu crescimento é mais veloz que o observado para o sexo masculino. O perfil típico das mulheres que infringem a lei mostra que são adolescentes ou jovens, primárias no crime, presas por roubo em lojas e têm como destino a advertência ou a sentença sem detenção. O pequeno grupo que se desvia desse perfil é composto por alcoolistas reincidentes, prostitutas, além de um pequeno número que comete crimes sérios de homicídio e praticam terrorismo. As adultas geralmente são presas por crimes contra o patrimônio: roubo, furto, fraude ou falsificação. Em segundo lugar, e com frequência bem menor, vêm as apenadas por violência contra a pessoa. (Heidensohn, 1995).

Estatísticas norte-americanas indicam o incremento da delinqüência feminina. Em 1980 havia 12.000 presas em todo o país. Em 1995, este número mais que quintuplicou, chegando a 65.000, levando a que fossem construídos vários presídios femininos. (Snell & Morton, 1994)

No universo juvenil, a relevância também é grande: um em cada quatro jovens presos nos EUA é do sexo feminino. (American Correctional Association, 1990) Este estudo aponta que metade das presas provém de grupos minoritários,

61% já sofreram abuso físico (geralmente recorrente), 54,3% já foram vítimas de abuso sexual (comumente repetidos), 80,7% já fugiram de casa (em geral várias vezes), 53,8% já tinham tentado suicídio, cujo motivo mais alegado foi sentirem que ninguém se importava com suas vidas.

Os atos cometidos por essas jovens são de pouca gravidade. Um grupo muito importante de ofensas decorre de atitudes que violam a autoridade familiar (23% das jovens): fugir de casa, necessitar de supervisão, ser incorrigível, estar além do controle, gazetear durante as aulas e necessitar de cuidado e proteção. Outro freqüente motivo de aprisionamento decorre de crimes menos severos como os roubos, especialmente a lojas (25,6%). Jovens mulheres americanas pouco se envolvem com atividades de maior risco, como homicídios e roubos mais graves (3,4%).

Outro estudo, desta vez, com mulheres americanas adultas aprisionadas em 1991, mostra o seguinte perfil: 32% foram vítimas de abuso físico ou sexual (geralmente recorrente) antes dos dezoito anos de idade, praticado por parente ou pessoa próxima; 58% eram provenientes de lares sem ambos os pais e, em muitas dessas casas (34%) os adultos abusavam de álcool e drogas; 20% passaram por outras instituições e abrigos sociais; 43% eram vítimas de abuso físico e sexual dos companheiros. (Snell e Morton, 1994)

O perfil dos crimes cometidos pela mulher adulta norte-americana é semelhante aos praticados pelas jovens, confirmando a pouca gravidade social e a severidade da pena. Há, contudo, algumas distinções. As mulheres adultas não podem ser detidas por violar a autoridade familiar, causa primordial entre as jovens. Por outro lado, nota-se maior envolvimento das adultas com o abuso de

drogas, que duplicou entre 1985 e 1994 (o dos homens aumentou em 50%). Em 1994, roubar lojas foi a principal causa de apreensão (15,5%), seguida por violações relacionadas às drogas, com 9,3%.

Esse perfil do crime feminino comprova a tese da menor gravidade nos atos praticados por mulheres. Constata-se, entretanto, que embora o perfil dos crimes não se alterou significativamente (com exceção do envolvimento das mulheres americanas com o tráfico de drogas), há uma tendência significativa de crescimento do aprisionamento de mulheres nos países relatados.

Constata-se pelos dados apresentados, que as mulheres que chegam a se envolver em delitos, geralmente sofreram inúmeros agravos físicos ou emocionais durante sua vida, sendo portanto, elas próprias, pessoas muito vulneráveis. Ao cometerem atos contra a lei, geralmente o fazem em situações menos graves, com exceção recente da entrada de várias delas no tráfico de drogas. Esse é o novo fator que altera esse quadro, pois aí o enfrentamento de riscos cresce abruptamente. O tema do envolvimento feminino com o tráfico de drogas é ainda pouco trabalhado seja em nível internacional como nacional.

A realidade brasileira sobre a delinqüência feminina também tem sido pouco investigada cientificamente. Episodicamente esse fenômeno ocupa espaço nos meios de comunicação, embora no imaginário social brasileiro, a figura da mulher delinqüente ou presa é bastante impactante. Um dos poucos estudos voltados para a mulher no crime é o de Zaluar (1994), realizado em bairro popular do Rio de Janeiro. A autora aponta que elas constituem menos de 25% do total de pessoas envolvidas em quadrilhas do tráfico de drogas. As que se “envolvem” têm

papel secundário nas atividades delinqüenciais. Especializam-se mais freqüentemente em roubar lojas e supermercados.

Alguns dados nacionais indicam a dimensão do problema da delinqüência feminina entre jovens. Em 1997 haviam 20.352 adolescentes entre 12 e 20 anos cumprindo medida sócio-educativa¹ no país. Apenas 7,4%, do sexo feminino, existindo 12 infratores homens para cada adolescente infratora.

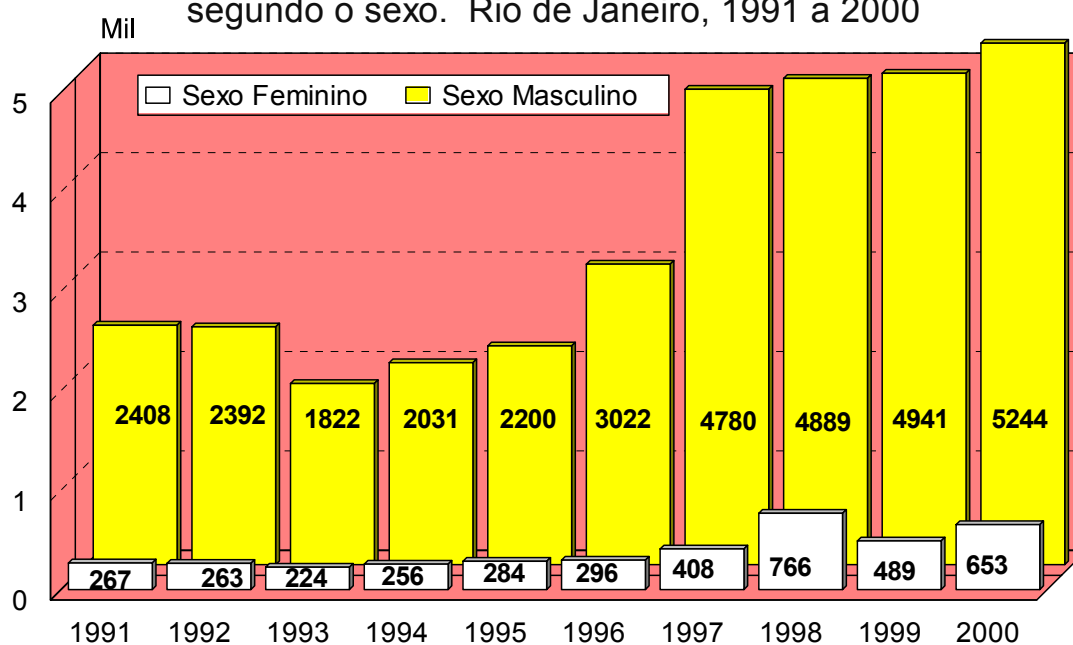
Pesquisa nacional efetuada por Volpi (1997) com jovens internados nos anos de 1995 e 1996 com medida de privação de liberdade, relata que apenas 5% são mulheres. Os principais estados onde existem maior número de meninas em privação de liberdade são São Paulo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Paraná, Pernambuco e Rio de Janeiro.

A situação existente no Rio de Janeiro pode ser constatada no gráfico 1, que apresenta os atos infracionais registrados na Segunda Vara da Infância e Juventude do Rio de Janeiro. Essa Vara é responsável pela aplicação de medidas a jovens em conflito com a lei do município do Rio de Janeiro, incluindo-se as de privação de liberdade, para as que vêm de todo o Estado.

¹ Medidas Sócio-Educativas são as ações previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente para serem perpetrados aos adolescentes em conflito com a lei pelo juiz. Podem ser de advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional.

GRÁFICO 1

Distribuição dos atos infracionais cometidos por adolescentes segundo o sexo. Rio de Janeiro, 1991 a 2000



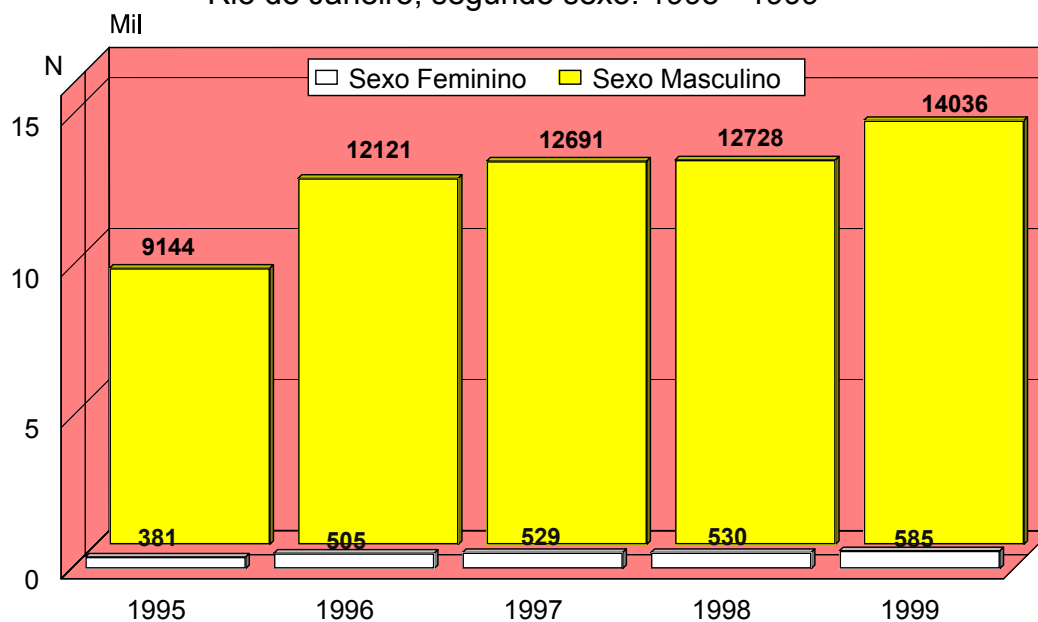
Fonte: Segunda Vara da Infância e Adolescência do Rio de Janeiro

Observa-se a enorme distância existente entre os sexos quando está em jogo o comportamento infracional, havendo, em 1998, 6 rapazes para cada moça em conflito com a lei (relação muito menor que a relatada para o país). É também, significativo o aumento dos atos infracionais a partir de 1996, para ambos os sexos.

No gráfico 2, que mostra a realidade entre os presos adultos, nota-se a mesma tendência de crescimento, embora em intensidade menor, apesar do período investigado ser mais restrito.

GRÁFICO 2

Distribuição dos crimes cometidos por presos adultos no Estado do Rio de Janeiro, segundo sexo. 1995 - 1999



Fonte: Departamento de Sistema Penitenciário

É digno de destaque o número de adolescentes que cometeram atos infracionais em 1998, que é de 766, valor bem superior aos 536 registrados no sistema para aprisionamento de adultos.

Para se compreender melhor quais atos as jovens mulheres vêm praticando no Rio de Janeiro, deve-se atentar para o quadro 1. Cabe ressaltar a inexistência desse indicador estatístico na Segunda Vara da Infância e Juventude do Rio de Janeiro. Por ser essa uma questão tão fundamental, para a realização dessa dissertação foi preciso despender muito tempo e esforço coletando dados do plantão institucional.

QUADRO 1

Atos infracionais cometidos por adolescentes no Rio de Janeiro em 1998

Tipo de crime cometido	Total*		Mulheres**	
	N	%	N	%
Tráfico de drogas	1662	27,6	84	31,9
Uso de entorpecentes	1290	21,5	34	12,9
Roubo	653	10,9	57	21,7
Furto	506	8,4	53	20,2
Lesão corporal	314	5,2	9	3,4
Porte de armas	296	4,9	4	1,5
Formação de Quadrilha	282	4,7	-	-
Dano	125	2,1	3	1,1
Homicídio/tentativas	36	0,6	1	0,4
Ameaça	35	0,6	-	-
Seqüestro e cárcere privado	15	0,3	1	0,4
Quadrilha	14	0,2	-	-
Estupro	13	0,2	-	-
Estelionato	9	0,2	1	0,4
Outros	754	12,6	16	6,1
Total	6004	100,0	263	100,0

Fonte: Segunda Vara da Infância e Juventude do Rio de Janeiro.

* Única estatística oficial divulgada pela Vara da Infância e Juventude -VIJ.

Não discrimina sexo masculino e feminino. Dos 6004, 766 eram mulheres.

** Levantamento manual efetuado no livro de registros do Plantão existente na VIJ.

Nem todos os adolescentes passam pelo Plantão, motivo pelo qual esses dados não representam um perfil exato das infrações femininas. É apenas uma tentativa de aproximação a uma realidade desconhecida.

Neste quadro nota-se que os atos infracionais relacionados ao tráfico e uso de drogas são hoje importantes motivos para apreensão de adolescentes de ambos os sexos. O tráfico de drogas lidera como o delito mais praticado também entre as mulheres (31,9%). Vale destacar as mais baixas proporções de meninas

envolvidas com porte de armas e formação de quadrilha. As proporções da prática de homicídio são baixas, para ambos os sexos, comparado com outros tipos de infração.

O tipo de crime cometido pelas mulheres adultas é muito similar ao dos homens, como se pode observar no quadro 2.

QUADRO 2

Crimes cometidos por adultos presos no Estado do Rio de Janeiro, em 1998.

Tipo de crime cometido	Homens		Mulheres	
	N	%	N	%
Tráfico de entorpecentes	5818	45,7	243	45,6
Uso de entorpecentes	153	1,2	6	1,1
Roubo	2207	17,3	92	17,3
Furto	603	4,7	25	4,7
Outros crimes, contra o patrimônio	1272	10,0	53	9,9
Lesão corporal	258	2,0	11	2,1
Homicídio	513	4,0	22	4,1
Outros crimes contra pessoas	133	1,1	6	1,1
Extorsão mediante seqüestro	345	2,7	14	2,6
Crime contra costumes	58	0,5	3	0,6
Estelionato	560	4,4	24	4,5
Outros crimes	336	2,6	14	2,6
Presos provisórios	469	3,7	20	3,899
Total	12725	100,0	533	100,0

Fonte: DESIPE

No quadro 2 observa-se que o envolvimento com o tráfico de drogas é também a causa mais comum de prisão atualmente, seguindo-se os crimes contra o patrimônio. Apenas 4,1% das mulheres se encontram presas por homicídios.

Trabalhos anteriores sobre o universo prisional feminino no Rio de Janeiro (Lemgruber, 1983; Dantas 1985; Silva 1989; Pereira, 1993; Silva 1994; Oliveira, 1995; Bastos, 1997) foram realizados quando os roubos eram a principal razão para a detenção de mulheres, fato que veio a se modificar em meados da década de 90. Pouco se sabe anteriormente, portanto, sobre a inserção das mulheres no tráfico de drogas. Um artigo que trata do tema foi publicado por Zaluar (1994), que fala a respeito das “*mulheres de bandido, mistura de mulher-mãe e de macho na guerra entre homens*”, relatando três casos considerados fora do padrão feminino na comunidade em que viviam, ainda na década de 70. Nos três relatos, as mulheres tinham um perfil de independência e sabiam se articular ao esquema do tráfico local, cuidando dos ‘negócios’ para parentes e tomando para si, os homens que desejavam como parceiros sexuais. Contrapondo a essas exceções, a autora descreve o perfil habitual das mulheres relacionadas ao tráfico, naquele período, como personagens secundárias.

Usualmente, o envolvimento das mulheres começa pelo amor por um bandido ou pelo vício. Começam a furtar para ajudar o namorado ou para pagar a droga. São elas também que escondem as drogas e as armas em casa e que passam a roubar nas lojas para dar roupa bonita e dinheiro aos namorados. Freqüentar a boca e estar metida entre bandidos, no entanto, pode ser entendido como possibilidade de estupro pelos rapazes. (Zaluar, 1994: 227)

Na década de 90 a situação se modificou em muitos aspectos. A inserção de mulheres no tráfico de drogas sobrepujou os delitos menores (furto, roubo) que até então eram a primeira causa seu de aprisionamento. Entretanto, desconhece-se a magnitude e a real posição de adolescentes do sexo feminino no tráfico de drogas do Rio de Janeiro. Por esse motivo, o que será discutido a seguir se

baseia no trabalho *Filhas do Mundo - A Infração Juvenil Feminina* (Assis & Constantino, 2000), um estudo qualitativo que teve como população alvo as internas do Educandário Santos Dumont no Rio de Janeiro. A análise se refere à sua privação de liberdade por causa de vários tipos de delitos.

A constatação do aumento do número de mulheres trabalhando no tráfico é fala corrente dentre as entrevistadas, que no entanto compreendem ser preciso ter algumas características consideradas pouco femininas para conseguir sucesso nessas atividades. Os atributos tidos como fundamentais são: disposição, sinônimo de coragem, força física para correr, pular muros e nadar, além de brio para apanhar sem entregar o nome dos integrantes do ‘movimento’. Não podem “*amarelar na hora*” ou aparentar insegurança, pois são cobradas ao “menor vacilo”: “*nem parece que é bandida, cheia de medo!*”

Segundo a pesquisa referida, a inserção feminina no tráfico se dá sob as duas principais formas:

A primeira delas reflete a profunda sujeição aos mandos masculinos, correspondendo ao que habitualmente se denomina “mulher de bandido”. A iniciação das adolescentes é feita pelo parceiro. É habitual que este tente vedar sua participação ativa, deixando-a restrita ao limite do lar. As meninas comentam que às vezes, chegam a ponto de se esconder do parceiro para fazer uso de drogas. Entretanto, pela proximidade com as atividades ilegais, essas jovens rapidamente tomam ciência das condições reais do mundo em que vivem, assistem a vários episódios de violência, temem por seus parceiros e aprendem a defender-se e a defendê-lo, mesmo acima de sua própria segurança. Como essas ligações afetivas têm vida muito curta, rapidamente elas estão formadas nos

códigos existentes no tráfico, passando a buscar posições mais ousadas nos relacionamentos afetivos posteriores, dentro do “movimento”, ou mesmo começando a agir totalmente independente de qualquer homem.

Outro distinto grupo de garotas que se envolve no tráfico o faz de forma mais independente de maridos e namorados, podendo ter a entrada facilitada por parentes ou amigos. Essa forma de inserção não indica que tenham excluído a influência masculina em suas vidas, mas que este não é o fator determinante da entrada e continuidade na atividade infracional. Estão prioritariamente preocupadas em obter, à custa do próprio esforço, um rendimento capaz de manter o padrão de consumo que desejam possuir. Atuam como vendedoras, vapores ou endoladoras, circulando pela comunidade com muita facilidade, por vezes, descendo para o *asfalto*, para levar a droga para outros usuários, como prostitutas, travestis e jovens de classe média.

As mulheres que atuam diretamente na venda desenvolvem as mesmas atividades que os homens, no que se refere aos cargos subalternos, como os de vapor² e endolador³, tendo que efetuar as mesmas funções, sem nenhum privilégio. Cumprem as escalas de trabalho e se relacionam com os demais jovens de igual para igual. A mulher tem preferência quando se trata de transportar drogas para outros locais, atuando como “mula”, porque há a idéia de que são menos visadas pela polícia, e portanto teriam mais êxito na entrega do material (Assis & Constantino, 2000:135)

Uma exceção no grupo entrevistado, que merece destaque, é o de uma jovem assumidamente homossexual. Essa menina se diferencia das demais por ser totalmente responsável pelo sustento de sua família. Atua como se fosse um

² vapor: aquele que vende a droga.

³ endolador: aquele que embala a droga

dos homens do tráfico, motivo pelo qual chegou a ser gerente “do branco”(cocaína), posição privilegiada na hierarquia desse negócio.

Explica seu sucesso: “ *acho que é por eu ser igual a homem, lá eles não me tratam como se fosse mulher, eles até me chamam de Paulo.*” (A. , 16 anos). Para se diferenciar, A. veste-se como homem, tem o respeito total do grupo e quando não está presa, lidera muitas vezes, a troca de tiros cotidiana na comunidade em que atua.

O grupo de moças que atua no tráfico deve dar, como teste, provas de bravura e coragem masculina. As jovens demonstram como a mulher é, constantemente, cobrada para exibir padrões de comportamento tipicamente do sexo oposto. E para isso vivenciam freqüentemente situações arriscadas , como troca de tiros com a polícia ou traficantes rivais, justificando, em caso de bravura, a sua permanência no tráfico.

Uma das experiências mais impressionantes dessas adolescentes é a convivência com a morte quase cotidianamente. O ato de matar o outro é encarado como questão de sobrevivência, condição para não morrer, aliviando, dessa forma, seu próprio sentimento de culpa. Uma estratégia para lidar com as emoções provocadas pelos homicídios com requintes de crueldade é a de se acostumarem com a violência, recalcando o lado sentimental que certamente é inibido. Nos seus relatos, sempre racionalizam as situações de crueldade afirmando se tratar de uma luta pela sobrevivência, uma defesa da própria vida, “ou mata ou morre”.

O manejo da arma de fogo geralmente lhes é ensinado pelos traficantes com quem as garotas desde cedo se envolvem. No treinamento utilizam-se

métodos de aprendizado passo a passo, como num treinamento de guerra, instiga-se nelas o desejo de manejar a arma de forma a conquistar o “status” e o respeito do grupo. Aquelas que obtêm êxito aumentam sua auto-estima e auto-confiança, além de conseguirem a atenção dos rapazes para sua proeza e destaque entre as demais.

O amor e o encantamento pelas armas, que simbolizam fortemente o poder e a força masculina, foram destacados por muitas adolescentes, que as consideram “lindas” ou uma espécie de brinquedo com que substituem algumas fantasias infantis que ainda possuem (como o exemplo de uma menina que colocou o adesivo do Mickey em sua arma). Ao mesmo tempo, estão fortemente conscientes do poder mortífero que carregam em suas mãos. Algumas garotas em suas falas, enfatizam o caráter de proteção que as armas lhes dão, proteção que não alcançaram obter na vida, através do cuidado e do carinho familiar e social.

Responsabilidade e coragem, são sinônimos de estilo de vida exigido no trabalho no tráfico. É uma experiência onde o risco de morrer ou ser presa a qualquer momento, obriga a que essas meninas não deixem nenhum erro para trás. Assim, essas meninas se consideram adultas. Por outro lado, o prazer do risco da vida sempre por um fio se contrapõe ao perigo e ao medo. Traficar pela “farrá”, pela “curtição” e pela diversão da vida em grupo, desafiar policiais, correr riscos a todo momento são ações que gratificam, sobretudo numa idade onde o gosto pela aventura faz parte dos sonhos e dos desejos. (Assis & Constantino, 2000:137)

Por tudo que foi apresentado até aqui, percebe-se que, na experiência da delinqüência existe uma certa atração dessas jovens pelo perigo. Mais do que em outros delitos, o estudo anteriormente citado, revela que o tráfico de drogas se configura como uma atividade privilegiada de vivência de risco. Tanto os rapazes

como as moças que se envolvem nesse tipo de comércio ilegal, vivem cada minuto de suas vidas enfrentando desafios e riscos severos. Portanto faz parte desta dissertação **compreender essa atração ou essa escolha pelo mundo de tantos riscos, que acontece frente a poucos “possíveis sociais” por parte das jovens mulheres que entram para o tráfico de drogas.**

Alguns comentários são necessários para compreender o fenômeno de crescimento tão elevado dos atos infracionais no Rio de Janeiro.

No ano de 1998, a Segunda Vara da Infância e Juventude registrou um percentual recorde na década de 90, com 13,6% das infrações cometidas por mulheres. O crescente envolvimento das mulheres com infrações ficou comprovado, tanto entre as adolescentes como entre as adultas, especialmente decorrente da sua inserção no mercado ilegal de drogas. No entanto, fica uma grande indagação sobre o porquê desse fenômeno estar mais evidente entre adolescentes (crescimento de 170% para as meninas e 122% para os meninos, entre 1995 e 1998) do que entre adultos (aumento de 41% no mesmo período, para ambos os sexos).

Outro questionamento muito sério é sobre a elevadíssima frequência de adolescentes infratores captados no sistema por uso de entorpecentes (21,5%), Seria essencial conhecer o encaminhamento que tem sido dado pela Justiça Juvenil, aos casos de infrações que chegam ao seu conhecimento, e que alternativas poderiam ser decididas por ele, que não fossem a privação de liberdade. Infelizmente essas informações não estão disponíveis. Existem várias hipóteses e opiniões de profissionais que trabalham diretamente com esta clientela, no sentido de um exagero punitivo em relação aos delitos, muitas vezes

se confundindo o uso e o pequeno porte de drogas ilegais, com o tráfico de drogas no seu sentido mais amplo. Por tudo que foi até aqui relatado, há que se ter muito cuidado ao se avaliar atuais estatísticas sobre infração e criminalidade, pois é muito comum e bem mais fácil encarar qualquer aumento numérico como um recrudescimento exorbitante do mundo infracional, quando na verdade os dados revelam apenas maior ou menor rigor repressivo e punitivo das autoridades competentes.

Além do que foi descrito acima, não se deve esquecer que no mundo do crime, em geral, há uma estatística oficialmente registrada e outra “escondida” e desconhecida das instâncias oficiais. Entre essas duas magnitudes, existe uma constante oscilação levando a que os dados oficiais nunca reflitam a realidade. Desta forma, um aumento das notificações pode ser considerado como aquele que reflete o aumento do registro e não uma elevação dos crimes.

Esse aumento do registro pode se dar por: mudança nos mecanismos de controle e repressão policial, social e jurídico, questão de fundamental importância na realidade do Rio de Janeiro; alteração da tolerância social sobre determinados tipos de crimes, que passam a incomodar e a serem mais visíveis; distinta percepção social sobre o jovem infrator, diminuindo-se a tendência a sua proteção e a maior ênfase em denúncia e punição. No Rio de Janeiro, a rigidez do atual Juiz da Segunda Vara da Infância e Juventude parece colaborar com o incremento das estatísticas. O número de internações desde que assumiu o cargo vem crescendo assustadoramente, levando a que as unidades responsáveis pela medida sócio-educativa de Restrição de Liberdade permaneçam constantemente superlotadas. Mesmo as instituições destinadas para o cumprimento de medida de

semi-liberdade (onde ao adolescente é permitida a saída para estudar e ida para a casa nos finais de semana), têm se tornado em locais de internamento, pois o juiz veda, em muitos casos, a saída do jovem. Esse procedimento da esfera da Justiça tem sido alvo de muitas discussões entre os profissionais que lidam com essa população, principalmente pelo fato de ferir a filosofia e os preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Com base no acima exposto, e principalmente devido a mudança significativa ocorrida na década de 90 com a captação de mulheres pelo mercado ilegal de drogas, este trabalho tem como perspectiva aprofundar o conhecimento a respeito da inserção de adolescentes do sexo feminino nesse tipo de delito no Estado do Rio de Janeiro, assunto pouco explorado apesar de seu aumento significativo na realidade do Estado. Mais especificamente, visa entender as razões que levam essas jovens a assumirem os riscos da vida no mercado ilegal de drogas. Para tanto, busca compreender as percepções e visões de mundo das adolescentes infratoras envolvidas no tráfico de drogas.

Esta dissertação de mestrado é um recorte da pesquisa da qual participei, *Filhas do Mundo – A infração Juvenil Feminina no Rio de Janeiro*, realizada pelo Centro Latino Americano de Estudos de Violência e Saúde “Jorge Careli”-CLAVES/FIOCRUZ, que resultou na publicação de um livro (Assis e Constantino, 2001). Em pesquisa, financiada pelo Ministério da Justiça, PNUD, trabalhamos com adolescentes infratoras que se encontravam sob custódia judicial no Educandário Santos Dumont. Os delitos praticados eram, em grande parte, os que se referem ao tráfico de drogas (art.12 do código penal). As jovens ao descreverem a rotina na vida do tráfico, mais do que nos outros delitos,

demonstram o quanto estão expostas a inúmeras situações de extrema exposição ao perigo e à violência. Com base na referida investigação e em novos encontros com essas adolescentes em conflito com a lei, realizados durante a execução dessa dissertação, aprofundarei a compreensão de sua própria visão sobre os riscos por elas vivenciados a partir de sua inserção no tráfico de drogas.

Assim o objetivo deste estudo será o de investigar os motivos que levam as jovens (12-17 anos) a assumirem os riscos do tráfico de drogas, visando a contribuir para a reflexão sobre o fortalecimento de sua subjetividade e para a promoção de sua saúde.

Em seguida apresentarei o caminho trilhado para alcançar tais objetivos.

CAPÍTULO 1

A ESCOLHA DE UM CAMINHO: CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Inúmeras são as possibilidades de caminhos para quem quer chegar a determinado ponto. Mas há sempre um melhor, ou porque é mais próximo ou porque é o mais adequado. Neste estudo optei pela abordagem qualitativa como forma de responder à pergunta que vem aguçando minha busca de aproximação do objeto. Visando a compreender o que, para as jovens privadas de liberdade pelo envolvimento com tráfico de drogas, as leva a correrem todos os riscos a que estão expostas nessa atividade. Trabalhei principalmente a partir da linguagem expressa nas suas falas, entendendo suas próprias explicações ao mesmo tempo como justificativas contraditórias, como fragmentos de situações e sobretudo, como a configuração de uma “lógica interna” de suas ações, tal qual a vivenciam. Como aponta Minayo (1994):

...a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização das variáveis. (:21)

O material de análise foi obtido através de entrevistas, levantamento de prontuários na unidade de internamento e de processos na Vara da Infância e Juventude, realização de grupo focais e observação participante. Esta última técnica propiciou a elaboração de ricos relatos de campo, redigidos diariamente durante mais de um ano de convivência com as meninas na instituição. Esse conjunto de informações permitiu esclarecer aspectos da fala que, por sua vez,

puderam ser melhor entendidas no contexto observacional. Os registros de prontuário foram de importância capital no delineamento do perfil do grupo de estudo.

Essa dissertação dá continuidade à pesquisa “Filhas do Mundo - A infração Juvenil Feminina no Rio de Janeiro” (2000), na qual participei realizando as entrevistas de campo e mantendo uma presença cotidiana na instituição para observação da dinâmica e da rotina institucional e das relações entre as jovens e o suposto “sistema de medida sócio-educativa”.

Retomei, como parte desta dissertação, a análise das entrevistas realizadas com adolescentes apreendidas por tráfico de drogas, visando a fazer uma releitura, totalmente original, sobre a concepção e a vivência de riscos sob a ótica das jovens infratoras.

1.1- As entrevistas

O trabalho de campo do estudo original transcorreu no período de agosto de 1998 a dezembro de 1999 no Educandário Santos Dumont, única instituição do estado responsável pela internação de jovens do sexo feminino. Esta instituição faz parte do DEGASE, Departamento Geral de Ações Sócio-Educativas da Secretaria de Justiça e Interior do Estado do Rio de Janeiro. Durante todo este tempo as pesquisadoras, dentre as quais me encontrava, permaneceram cotidianamente na instituição. Foram entrevistadas 27 adolescentes internas, 20 mães e 10 funcionários. Cada adolescente era entrevistada durante duas ou três sessões; as mães e funcionários em apenas uma ocasião. Os encontros eram

gravados após obtido o consentimento informado do entrevistado, e transcritos para meio magnético.

É importante ressaltar que por se tratarem de jovens sob custódia Judicial, para a realização da pesquisa foi necessária a autorização sob forma de ofício, do Juiz da Segunda Vara da Infância e Juventude, Vara esta, responsável pelos jovens em conflito com a lei. Tal autorização aconteceu após a análise do Projeto pelo próprio juiz e pelo Ministério Público. Nesse caso específico, de posse da licença judicial, não foi preciso ter o Consentimento Livre e Esclarecido conforme preconizado na resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde que normaliza as pesquisas com seres humanos, pois as jovens estão sob guarda e tutela do Estado. No entanto, o grupo de pesquisadores fez questão de receber o consentimento verbalizado pelas jovens. Este trabalho foi submetido ao Comitê de Ética da Escola Nacional de Saúde Pública.

No estudo original foram ouvidas 27 adolescentes, distribuídas em relação ao tipo de delito cometido da seguinte forma: dez tinham envolvimento com o tráfico de drogas (artigo 12), três foram apreendidas por uso de drogas (artigo 16), doze, por roubos (artigo 157 do Código Penal) e duas, por homicídio (artigo 121 do Código Penal).

Para a dissertação trabalhei com a análise de 12 entrevistas de meninas inseridas no tráfico de drogas. Tendo sido 10 jovens apreendidas diretamente por esse motivo e outras duas que respondiam por uso, mas que durante a entrevista evidenciaram seu envolvimento com o tráfico. As conversas com elas foram conduzidas buscando conhecer também suas trajetórias de vida. Para isso foi utilizado um roteiro semi-estruturado.

As entrevistas semi-estruturadas, segundo Minayo, permitem:

Enumerar de forma mais abrangente possível as questões que o pesquisador quer abordar no campo, a partir de suas hipóteses ou pressupostos, advindos obviamente, da definição do objeto de investigação (Minayo, 1994:121)

Todo o empenho foi realizado no sentido de desenvolver uma narrativa que refletisse a própria opinião da entrevistada sobre sua vida, suas vivências e atos praticados, com ênfase especial para a interpretação pessoal e para a introspecção nestes eventos e circunstâncias. Esta metodologia é apropriada para permitir que a informação resultante fosse matéria prima para uma análise em profundidade do objeto de estudo.

O roteiro semi-estruturado (anexo 1) possibilitou abordar os seguintes temas:

- **família:** sua estrutura, relacionamento entre familiares, narrativas sobre as questões pré e perinatais da entrevistada, a estabilidade nos cuidados iniciais dispensados a ela quando criança, se algum tipo de violência aconteceu no âmbito da família, se houve maus-tratos psicológicos na família, a situação econômica familiar, a escolaridade dos membros da família, a existência de história pregressa de doenças na família e a relação familiar pós-infração;
- **adolescente:** sua escolaridade, seu trabalho, como gasta o seu dinheiro, como utiliza drogas e álcool, os namorados e filhos, as pessoas em quem confia, seus amigos, planejamento do futuro, reflexão sobre a vida;

- **experiência infracional:** as justificativas dadas para o ato infracional, utilização de drogas e álcool na prática de infrações, o porte de armas, a vida na rua, o momento da prisão, a violência policial, o envolvimento com o tráfico de drogas e o sentimento em relação à infração;
- **vida na instituição:** a chegada às instituições, o convívio cotidiano entre infratores, o dia-a-dia com técnicos e monitores, a visão sobre as oficinas e aulas, as visitas familiares, expectativas para saída da instituição e as lições aprendidas.

1.2 - A observação participante

Outra fonte importante de material foi a **observação participante** da rotina da instituição, das jovens no pátio e das atividades. Esse acompanhamento proporcionou-me a oportunidade de escrever ricos relatos de campo.

Minayo (1994) chama atenção para a importância da observação participante apontando que alguns estudiosos *“a tomam não apenas como uma estratégia no conjunto da investigação, mas como um método em si mesmo, para compreensão da realidade.”*(:135)

Para obter tais informações foi necessário uma proximidade bastante grande com as meninas que num primeiro momento se mostraram desconfiadas com a nossa presença (minha e das outras pesquisadoras) na instituição. Com o tempo, deixamos de ser estranhas e a partir de bate-papo informal no pátio, elas próprias pediam para conversar conosco. Anteriormente, a equipe técnica indicava a jovem para ser entrevistada. No entanto, a conversa só acontecia de fato, quando a menina mostrava interesse. Percebemos logo que isso não seria um

problema, muito pelo contrário. Foi difícil explicar para elas que precisavam aguardar que uma abordagem terminasse para que outra fosse ouvida. Queriam falar sobre tudo. Isso de cara demonstrou para nós a carência de atenção que essas adolescentes sofrem na instituição.

Um elo muito grande entre as entrevistadoras e as entrevistadas se formou. E logo surgiu uma dificuldade: as jovens não entendiam porque a entrevista deveria acabar depois do terceiro encontro apesar de toda a explicação dada na primeira abordagem. E em alguns casos, de fato o “papo” não cessou no fim da entrevista. No meu caso, as meninas me procuravam para contar novidades do seu processo, de uma briga ocorrida ou reclamar do atendimento. Muitas delas verbalizaram o interesse de que eu me tornasse sua psicóloga, mesmo sabendo que o meu papel ali era de pesquisadora.

Em alguns momentos me sentia confusa nesses dois papéis: pesquisadora e psicóloga. Apesar de ter clara a minha limitação e porque estava ali, a carência daquelas jovens e a confiança que depositaram em mim, ao dividir histórias muito íntimas e dolorosas, me colocaram numa posição quase de obrigação de fazer algo por elas. Indagava-me: Com que direito eu invado a vida dessa menina, mexo com coisas que estavam guardadas, sensibilizo-a e não lhe ofereço nada em troca? (obviamente consciente de que o fato delas poderem falar sobre seus dramas já possibilitava uma certa elaboração e já seria ir além do que lhes é oferecido na dinâmica institucional burocrática), por que não dou continuidade? Como fazê-lo? Um caminho encontrado, depois de discussão com a equipe de pesquisa, foi tentar sensibilizar os profissionais da instituição, principalmente psicólogos e assistentes sociais, a dar um suporte maior para aquela jovem que

nós percebíamos demandar um atendimento específico. Obviamente, o sigilo era mantido e nenhuma informação recebida por nós era repassada para os profissionais da instituição.

As jovens me surpreenderam com uma grande demonstração de confiança ao me oferecerem os seus diários para serem lidos. Esses textos são prática corrente dentre as meninas que sabem escrever. Recebemos dez diários que foram analisados. Encontramos nesses cadernos grandes declarações de amor, pedidos de desculpa à mãe, letras de músicas, desenhos, desabaços sobre a solidão que sentem na instituição, entre outras coisas.

Enfim, elas me ensinaram, na prática, o que os livros já vêm questionando: a falácia da neutralidade científica. Como ficar distanciado do objeto de investigação, quando ele é da mesma natureza do pesquisador e está ali pedindo socorro? Como pensar em neutralidade se a escolha de seu objeto perpassa o desejo, o desejo de conhecer sobre algo específico que nada tem de neutro? Minayo, alerta em sua orientação sobre pesquisa qualitativa que:

...não se pode pensar num trabalho de campo neutro. A forma de realizá-lo revela as preocupações científicas dos pesquisadores que selecionam tanto os fatos a serem coletados como o modo de recolhê-los. Esse cuidado faz-nos lembrar mais uma vez que o campo social não é transparente e tanto o pesquisador como os atores, sujeitos-objeto da pesquisa interferem dinamicamente no conhecimento da realidade. (1994:107)

1.3 - Fontes de dados secundários

Foi também efetuada por mim e outros pesquisadores uma coleta de dados do prontuário de cada interna entrevistada nos anos de 1998 e 1999, para extrair informações sobre o atendimento realizado pela equipe técnica. Nesses documentos obtivemos dados pessoais das meninas, o motivo da apreensão, o seu comportamento, informados por técnicos, dentro do cotidiano na instituição e informações sobre suas relações familiares. Buscamos, a partir desse conjunto de materiais, analisar também a ótica institucional com que essas jovens são acompanhadas.

A última fonte de material por nós coletado refere-se às sínteses dos processos de cada jovem, na Segunda Vara da Infância e Juventude (VIJ) do Rio de Janeiro. Por causa da inexistência de estatísticas específicas para o sexo feminino nessa Vara, efetuamos um levantamento do livro que registra as entradas no plantão VIJ, no período de setembro de 1997 a junho de 1999.

Meu olhar para a releitura desse material, como já foi dito enfocará o tema do risco.

1.4 - Grupo Focal

Para aprofundar especificamente o tema do risco, como mencionado anteriormente, foram realizados, em 2001 2 grupos focais com adolescentes internas no Educandário Santos Dumont e no CRIAM – Centro de Recursos Integrados de Atenção ao Menor – de Ricardo de Albuquerque, esta última, instituição responsável pelo cumprimento da medida de Semi-liberdade destinada a meninas, no Rio de Janeiro. Os grupos foram realizados apenas com

adolescentes que respondiam por tráfico de drogas. Para realização dos grupos novamente foi necessária a autorização judicial, concedida para a realização do trabalho em apenas 3 dias específicos, em cada instituição. A pesquisa aconteceu em fevereiro de 2001. Devido à restrição de tempo de permanência, o número de grupos foi reduzido. A proposta inicial era trabalhar com 4 a 6 grupos. O que perdemos na quantidade tentei recuperar na qualidade da dinâmica grupal que caracterizou tais encontros.

Segundo Minayo et al.(1999) a técnica de Grupo Focal viabiliza o acesso, através da interação, às visões e aos dados que dificilmente seriam disponibilizados sem a situação peculiar da troca e do debate. Krueger (1994) define Grupo Focal como *“uma determinada técnica de entrevista, direcionada a um grupo que é selecionado pelo pesquisador a partir de determinadas características identitárias, visando obter informações qualitativas.”*(:15)

Minayo (1999) ressalta que *“ao buscar obter informações qualitativas, persegue-se apreender os valores e códigos do grupo, seus modelos explicativos da realidade social e de suas próprias experiências; assim como seus quadros de relevância.”* (:24)

Buscando apreender mais essa técnica e retirar dela todo o potencial para o trabalho compreensivo, tentei entender seu uso e sua história nas ciências sociais.

Apenas na década de 40 o termo “Grupo Focal” foi utilizado e estruturado por Robert Merton e colaboradores, que realizaram pesquisas sociais com soldados durante a Segunda Guerra Mundial, cujo objetivo era conhecer a eficácia do material de treinamento para as tropas e o efeito de propagandas persuasivas. (Perretti- Watel,2000). Em 1952, Thompson e Demerath estudaram os fatores que

influenciavam a produtividade nos grupos de trabalho, ao mesmo tempo em que Paul Lazarsfeld e outros adaptaram o Grupo Focal para pesquisas em Marketing. Nos anos 90, esta metodologia passou a ser amplamente utilizada em pesquisas de opinião, de marketing, mas também em várias áreas de conhecimento, dentre as quais o campo da saúde, vários autores têm analisado o comportamento de risco em crianças, adolescentes e adultos a partir dessa técnica. (Berg,1995; Carey,1994; Morgan,1997; Minayo,1994)

O Grupo Focal foi definido por Morgan (1997) como uma técnica de pesquisa. É denominado grupo, por envolver mais de dois participantes, possuir sessões semi-estruturadas, um *setting* informal e um moderador que coordena e lidera as atividades e os participantes. O termo focal é designado pela proposta de coletar informações sobre um tópico específico.

Os Grupos Focais são eficientes na etapa de levantamento de dados, pois um número pequeno de grupos pode gerar um extenso número de idéias sobre as categorias necessárias para o estudo desejado. Auxilia o pesquisador a conhecer a linguagem que a população usa para descrever suas experiências, seus valores, os estilos de pensamento e o processo de comunicação.

A seleção dos participantes do Grupo Focal tem como base suas experiências em comum e relacionadas ao tópico de investigação. Certa homogeneidade dos participantes é necessária para manter o diálogo. Esta homogeneidade está relacionada ao *status*, ao nível sócio-econômico, à idade, à educação, dentre outras características (Carey,1994; Morgan,1997).

Quanto maior a complexidade do tema, menor deve ser o número de participantes no grupo. O ideal é de cinco a dez pessoas por sessão. No grupo

pequeno, de quatro a seis pessoas, cada membro tem maior oportunidade para falar, e isto facilita o aprofundamento das idéias, mediadas pelo moderador no gerenciamento da dinâmica e na atenção individualizada às opiniões de cada participante (Carey, 1994; Morgan, 1997).

Os dois grupos realizados no Educandário Santos Dumont e no CRIAM de Ricardo de Albuquerque, apresentaram características bastante similares. Ambos foram compostos por sete meninas que variavam de 15 à 18 anos de idade. Apesar de não ter sido uma questão explícita o pertencimento a classe social, ficou claro, durante as informações sobre condições de vida expostas pelo grupo, que todas eram provenientes de comunidade de baixa renda. Esse dado não traz nada de novo, pois a maioria das jovens que está internada nestas instituições pertence aos segmentos mais pobres da população carioca. Isso não significa dizer que apenas as jovens mais pobres participam do tráfico de drogas, embora sejam as mais presentes nas instituições de reclusão.

Os grupos contaram com a participação de duas pesquisadoras. É importante que haja duas pessoas neste processo onde uma delas faz o papel de moderador do grupo e outra se responsabiliza pela relatoria e pela gravação.

Antes de iniciar o trabalho de grupo, que aconteceu em uma sala isolada onde o sigilo pudesse ser mantido, explicamos o sentido da pesquisa, sobre a importância de utilizar o gravador e que era imprescindível sua presença ali por vontade própria. Pedimos o consentimento das jovens e iniciamos a conversa. A dinâmica dos grupos aconteceu sem maiores problemas, necessitando apenas de minha atenção para estimular as mais tímidas a entrarem na discussão. Em um grupo uma das jovens se emocionou ao se tocar em determinado tema,

necessitando de nossa intervenção no sentido de lhe oferecer um suporte afetivo maior.

Por conhecer com maior profundidade a realidade das adolescentes, sabíamos de antemão que o nosso roteiro não deveria ser muito longo, pela dificuldade de prender sua atenção por muito tempo. Isso demandou a elaboração de um roteiro curto mas que suprisse as informações necessárias para o estudo (anexo 2). Enfatizamos assim os seguintes tópicos:

- O que as jovens entendem por risco;
- Situações de risco vivenciadas em suas vidas: violência familiar, história de abusos, comunidades expostas a situações de violência, vivência de rua, familiares envolvidos com a criminalidade, uso de drogas, relações amorosas com pessoas envolvidas com infração, entre outras;
- Percepção das jovens acerca das situações de perigo a que estão expostas no tráfico de drogas.

É importante assinalar que neste estudo, o Grupo Focal foi utilizado como fonte complementar em estudo com multimétodos, uma vez que a entrevista individual e a observação participante já haviam sido realizadas detalhadamente.

1.5 - Análise dos dados

Na análise dos dados tentei trabalhar na perspectiva da hermenêutica-dialética a partir da síntese elaborada por Minayo (1994). A autora aponta que tal método é o *“mais capaz de dar conta de uma interpretação aproximada da realidade. Ele coloca a fala em seu contexto para entendê-la a partir do seu*

interior e no campo da especificidade histórica e totalizante em que é produzida.”

(:231)

O importante dessa abordagem é que ao mesmo tempo ela valoriza os discursos apresentados, dentro da lógica interna, estabelecida pelos próprios atores sociais, mas também inclui a possibilidade de não tratar ingenuamente os “discursos”, pois eles expressam contradições, expressões de poder ou dominação, assim como devem ser colocados no contexto das condições e das relações de produção em geral e de sua própria produção.

Dessa forma, as falas, os debates, as observações sobre o universo das jovens, retratado por elas ou vista sob o olhar dos pesquisadores, não são tratadas como uma verdade em si, mas como expressão de uma reflexão própria, de uma “verdade da experiência”, que só pode ser entendida no âmbito mais amplo da especificidade histórica, da condição e situação de classe, dos elementos da biografia pessoal e dos “possíveis sociais” que contem suas opções que como diz Sartre “são sempre expressões de liberdade, nem que sejam para aceitar determinações.”

1.6 - Apresentando as entrevistadas

Através de uma pequena síntese da história de vida das jovens protagonistas deste trabalho, apresento a partir de agora, fragmentos significativos numa interação entre sua visão e sob meu olhar de seu mundo. As histórias apresentam vivências comuns experimentadas e refletidas de forma única por cada uma. Creio que não conseguirei passar a emoção que presenciei em cada um daqueles rostos, mas gostaria pelo menos de ser capaz de respeitar a

singularidade de suas vidas e de suas explicações. De maneira alguma quero compactuar com a lógica institucional que trata essas meninas como uma massa homogênea, portadora de apenas um atributo que é a delinqüência. Apenas para garantir o anonimato de suas narrativas receberam um pseudônimo, mas dificilmente esquecerei seus verdadeiros nomes, pois suas histórias foram para mim inesquecíveis.

QUADRO 3

ADOLESCENTES ENTREVISTADAS
<p>Olga, 15 anos, 5ª série do 1º grau. Criada parcialmente pelo pai, que expulsou a mãe de casa. A violência física e verbal sempre foram constantes. A mãe optou por deixar os filhos com o marido como castigo para o pai das crianças. O pai se casou com uma garota adolescente, acirrando os conflitos familiares. Se relaciona com parceiros ligados ao tráfico de drogas. Teve sua primeira entrada no sistema aos 15 anos, apreendida em casa onde havia armas e drogas (art.12 e 14).</p>
<p>Anita, 13 anos, 2ª série do 1º grau. Vive na rua desde muito pequena, junto com irmãos. Passou por abrigos. O pai nunca a registrou. Foi assassinado. A mãe se casou novamente. História de intensa violência física entre pais e filhos e entre o casal. Sofreu estupro aos 14 anos. É reincidente no sistema. Teve a primeira entrada aos 13 anos, por ser apreendida por policiais usando maconha com colegas (art.16). Ficou apenas um dia no Educandário Santos Dumont e foi encaminhada para o CRIAM, em Semiliberdade, sendo vedada a possibilidade de realizar atividades externas como ir a escola e para casa nos finais de semana. Após 3 semanas nessa unidade participou de incêndio de alojamento (art.250), retornando ao ESD.</p>
<p>Elen, 13 anos, 3ª série do 1º grau. História de seqüência de abandonos. Deixada ainda criança com um casal, onde teve muitos problemas, sofrendo severas agressões físicas. Na adolescência voltou para a casa da mãe, vivendo com ela, o padrasto e 2 irmãos. Não deu certo. Passou pela casa do pai, tias, colégio interno e abrigos, de onde fugia. Viveu durante períodos na rua. É reincidente no Sistema. A primeira apreensão foi aos 13 anos de idade, sendo encontrada com cigarro de maconha em abrigo público no qual vivia e por suspeita de furto. Voltou ao Sistema por ter fugido de casa no mesmo dia em que foi liberada da instituição, tendo recebido mandado de busca e apreensão. Ficou cerca de um mês na ESD em internação provisória, até ir para o CRIAM, com Liberdade Assistida e tratamento anti-drogas. Evadiu novamente da unidade e foi apreendida, tendo outra entrada no ESD em menos de um mês. Orgulha-se de ser <i>cria</i> da instituição.</p>

Úrsula, 16 anos, 8ª série do 1º grau. Dada para uma tia muito rígida, quando ainda era criança. Voltou para a casa da mãe na adolescência, não se adaptando ao convívio: “passou de Cinderela a gata borralheira”. Se envolve sempre com parceiros ligados ao tráfico de drogas. Sofreu estupro praticado por um jovem do tráfico. Tem uma forte participação no tráfico de drogas. É reincidente. Aos 16 anos de idade ocorreu sua primeira entrada no Sistema, por estar trabalhando como “fogueteira” para os traficantes do local onde mora. Foi para o ESD em internação provisória, sendo entregue aos responsáveis um mês depois. Teve a segunda entrada seis meses após, sendo apreendida por policiais com 15 “trouxinhas de maconha”. Apanhou muito durante a apreensão, tendo tido necessidade de acompanhamento hospitalar. Foi diretamente para o ESD onde ficou por um ano.

Odete, 13 anos, 2ª série do 1º grau. Mãe morreu quando tinha um ano de idade. O pai já era viúvo e vivia com sua primeira família. Passou a ficar na rua, com o pai bêbado, que ameaçava vendê-la ou dá-la. A filha mais velha da primeira união do pai resolveu criá-la como filha. Mas ela fugia de casa. Vive na rua, na casa dos outros, em abrigos. Aos 13 anos de idade já possui duas passagens no Sistema: uma por roubo de transeuntes portando caco de vidro e outra por vender droga em sua própria casa.

Ana, 15 anos, 5ª série do 1º grau. Abandonada pela mãe com a avó que a criou até os 5 anos de idade. Viveu com uma tia, muito rígida, e com o pai (o padrasto que a criou e registrou). Apenas na adolescência ficou com a mãe. Morou em casa de patrões, sofrendo violência sexual por parte de um deles. Total distanciamento da mãe que é muito severa e já a entregou para polícia. É reincidente no Sistema. Aos 13 anos de idade foi apreendida vendendo baseado na praia de Copacabana. Passou por várias delegacias policiais antes de chegar a DPCA. Foi encaminhada para o CRIAM em semiliberdade. Apresenta nova entrada, cerca de um mês depois, por causa de briga com adolescente na própria unidade, além de ser acusada de ter “estuprado” uma menina (art.214), retorna ao ESD, onde continuou a cumprir medida. Relata episódio de destruição do apartamento da mãe, quando foi levada à Delegacia de Polícia. Tem envolvimento com prostituição.

Alba, 16 anos, 3ª série do 1º grau. Criada pela mãe. O pai saiu de casa quando ainda era pequena, não ajudando em casa mas sendo afetivamente ligado. Mãe se casou de novo, sofrendo muito com esta nova união. A violência física entre a mãe e o padrasto é extrema. É responsável pelo sustento da casa tendo participação ativa no tráfico de drogas ocupando posição de destaque na hierarquia do mesmo. Foi raptada aos 7 anos, verbalizando muita violência física nesse episódio, mas diz não se lembrar de violência Sexual apesar de não descartar essa hipótese. Comenta uma mudança de comportamento a partir de então se tornando homossexual assumida, se vestindo e sendo chamada como homem. É reincidente no Sistema. Teve a primeira entrada aos 15 anos, por suspeita de envolvimento com o tráfico de drogas. Evadiu após um mês. Um mês e meio após essa evasão foi pega por policiais militares, pelo mesmo delito.

Ingrid, 17 anos, 7ª série do 1º grau. Criada pela mãe. O pai saiu de casa, tendo se casado várias vezes. Não ajuda substancialmente. É ausente afetivamente. Tem história de muita violência física entre o casal genitor e entre pais e filhos. Um dos irmãos se envolveu fortemente com crack, obrigando a família a abandonar o local onde moravam. A mãe demonstra certa atenção apesar de deixar clara a preferência por outra filha. Ingrid se envolveu com um homem mais velho, de alta hierarquia no tráfico e passou a atuar também nessa atividade. Aos 17 anos teve a primeira entrada por ter guardado para o namorado uma bolsa com cocaína.

Alessandra, 16 anos, 1ª série do 2º grau. Mãe com problemas psiquiátricos severos. Pai nunca assumiu a paternidade. Foi criada pela mãe e por outros familiares com quem ficava quando a mãe era internada. Já viveu em abrigos. É natural de Fortaleza, vindo para o Rio para passar férias. Narra episódios fantasiosos no Rio de Janeiro. Vai morar com uma prima que a inicia no envolvimento com o tráfico. Entrou no Sistema aos 16 anos, por ter sido apreendida com quantidade significativa de cocaína. Ficou internada no ESD por três meses, quando foi enviada de volta ao nordeste e entregue ao Conselho Tutelar do Município onde vive.

Elisabete, 16 anos, 4ª série do 1º grau. Viveu parte da vida com a avó. Sua mãe separou-se cedo do pai, que morreu assassinado quando Elisabete tinha 2 anos. A mãe uniu-se novamente a outro homem, pegando e largando-a com parentes. Sofreu estupro aos 7 anos de idade. É dependente de cocaína e de medicamentos. Parece apresentar problemas psiquiátricos. É reincidente no Sistema. Aos 14 anos teve a primeira entrada no ESD resultante das constantes evasões que praticou no CRIAM do interior do Estado. O motivo original foi ter sido apreendida com doze "sacolés" de cocaína.

Ilda, 17 anos, 5ª série do 1º grau. Criada por tios (irmão por parte de pai e sua esposa) desde os 3 anos. Voltou a morar com a mãe e irmãos na adolescência. Tem um filho que fica com sua mãe. Logo saiu de casa para viver com namorado traficante. Passou dessa forma a se envolver efetivamente nessa atividade. É primária no Sistema. A entrada se deu aos 17 anos de idade, sendo apreendida em casa, onde guardava junto com o marido, grande quantidade de armas e drogas. Levou um tiro dos policiais no braço, durante a apreensão. Ficou 6 meses no ESD, indo cumprir medida de semiliberdade no CRIAM.

Ivete, 15 anos, Classe de alfabetização. Foi cuidada pela avó dos 2 aos 11 anos de idade. Voltou para a casa dos pais, mas pouco ficou, indo para a rua e para casa de colegas. Aos 15 anos teve a primeira entrada no Sistema por portar 19 "papelotes" de cocaína para venda. Em vinte dias recebeu medida de liberdade assistida no CRIAM, com indicação de matrícula escolar. Após dois meses evadiu e foi expedido mandado de busca e apreensão. Menos de um mês depois voltou ao Sistema por estar novamente inserida no tráfico. Permanece há mais de um ano no ESD, onde participou de novos episódios de agressão (at.129) e rebeliões (art.354).

Interessante ressaltar que entre todas as 27 jovens entrevistadas no estudo original, foi no grupo de meninas envolvidas no tráfico de drogas que tivemos a maior dificuldade de contatar e entrevistar as genitoras. No estudo como um todo, não tivemos acesso a 7 mães, dentre estas, 5 eram responsáveis por jovens envolvidas no tráfico de drogas. Parece acontecer um afastamento dessas meninas nas relações com suas famílias devido a prática do tráfico, muito maior do que no caso das que cometeram outros delitos. Elas próprias justificam esse alheamento como estratégia de proteger a família nos casos de abordagem policial. Esse dado é um agravante das situações de risco que essas jovens vivenciam, pois passam a prescindir até do apoio afetivo do lar.

As informações sobre o motivo pelo qual foram apreendidas e a síntese de seu histórico institucional foram elaborados, sobretudo a partir da leitura dos prontuários de cada uma. Isso leva a que as histórias de vida aqui construídas a partir das suas entrevistas trazem relatos de um envolvimento não conhecido pela instituição.

Dos dados iniciais, algumas constatações já ficam evidentes. A maioria está atrasada no calendário escolar, no sentido esperado série/idade, mas quase todas já estavam afastadas do processo educativo antes de cometer atos infracionais. Apenas uma delas estava estudando no momento de sua apreensão. Em geral, os registros mostraram que o afastamento da escola já havia ocorrido pelo menos dois anos antes da internação, para a maioria das garotas. Muitas delas, em termos de escolaridade saíram do sistema nos primeiros quatro anos do curso fundamental. O fato de já terem freqüentado a escola não significa porém que sejam alfabetizadas. É o caso de Anita, que estudou até a segunda série: *“eu não*

sabia escrever o meu nome, agora eu aprendi a escrever o meu nome, escrever o meu nome todo. Aprendi tudo aqui dentro” [ESD].

Apenas uma das adolescentes da amostra chegou a se matricular no 2º grau, sem conseguir prosseguir. As jovens com vivência de rua abandonaram a escola ainda mais precocemente e têm um comportamento sem limites e agressivo, invadindo o espaço do outro e abolindo regras sociais convencionais. Na rua, espaço de limites difusos e confusos, muitos dizem que aprendem da vida o que lhes deveria ter sido oferecido pela família e pela escola.

Os motivos para a evasão escolar são variados. A saída de casa é a explicação mais usual dada pelas garotas, de um lado mostrando a família cumprindo o papel fundamental de garantir o uso do direito à educação, e de outro, denotando a dificuldade de conciliar os estudos com a vida na rua e com as atividades do tráfico de drogas. O interesse no investimento escolar claramente decai à medida que se eleva a inserção nas atividades ilegais, onde, com certeza, algum cálculo, ainda que imaturo, influencia na escolha de outro caminho: *“eu parei, parei para ficar me divertindo na rua. Porque senão não ia dar. Estudar e ficar nessa vida ali. Porque eu mudei muito.”* (Anita)

Outra importante causa para o afastamento tem a ver com o próprio desenvolvimento da sexualidade feminina. Sonhar com os grandes amores torna-se prioridade para algumas destas garotas, que colocam na relação afetiva o ideal de suas vidas, ratificando assim uma ausência de planos futuros de progressão intelectual, já sinalizada pelas constantes repetências e afastamentos escolares. A gravidez e o nascimento do filho também impedem a jovem de conviver com os antigos colegas de escola. Fica assim sacralizada a concomitância da perda da

virgindade e a entrada no mundo adulto, que, para estas garotas, não mais se coadunam com a idéia de aprendizado formal, como exemplifica uma delas: *“ficava com vergonha, as pessoas cochichavam e o uniforme ficava feio”*. As provas físicas da maturidade sexual se voltam contra a imagem da inocência e pureza que, paradoxalmente, ainda gostariam de possuir. Episódios de violência sexual também inviabilizam a continuidade dos estudos, como fala (Elen) *“acho muito importante [estudar], é porque agora eu não tenho mais jeito para estudar, porque eu já passei por muita coisa, e eu achava que o meu tempo de escola era aquele mesmo, agora não pode ser o meu tempo de escola mais não...”*

As demais razões para o afastamento escolar são fruto das transferências de núcleos familiares e por conseqüência de bairros e de escolas, da responsabilidade de cuidar dos irmãos menores e das dificuldades originadas na própria escola. Esta última, facilitou a exclusão de algumas dessas jovens. Ivete foi expulsa por ter xingado a diretora, que não aceitou um bilhete justificando sua falta por causa de um problema de saúde. Situações como essa, típicas de jovens que têm baixa socialização em relação a limites hierárquicos e não sabem lidar com autoridades, são tratadas a ferro e fogo, contribuindo para o agravamento da situação e da decisão final de afastamento dos estudos. Episódios de violência no ambiente escolar também contribuíram para o afastamento de uma das meninas, para quem os conflitos costumavam ser resolvidos por agressões físicas.

Sempre fui atentada...eu parei de estudar porque eu meti a porrada em um garoto lá e os irmãos deles queriam me bater aí eu não ia para a aula. (Ana)

As mães dessas jovens que conseguimos entrevistar têm, em média, trinta e oito anos de idade. São, portanto, também jovens, considerando-se o aumento da expectativa de vida feminina para além dos setenta anos, na entrada do século XXI. Apesar da idade cronológica, aparentam ser mais velhas. A maioria tem sulcos no rosto e usa trajes senhoris, denotando uma vida de muitos sofrimentos e discriminações. Várias compareceram à entrevista com um ou dois filhos, algumas grávidas, evidenciando a dificuldade de obterem apoio doméstico ou comunitário para a criação das crianças pequenas. Interessante notar a precocidade com que essas mulheres dessas famílias tiveram seus filhos. Indagando-se à idade que hoje teriam suas mães, se fossem vivas, percebe-se que estariam por volta dos 55 anos.

A escolaridade das mães também é precária. Duas delas são analfabetas e várias têm apenas o primeiro grau incompleto. A baixa escolaridade também foi relatada para os irmãos e pais da maioria das participantes da pesquisa.

O grau de carência dessas famílias não chega a afetar as necessidades básicas, exceto para três que viviam em maior escassez, com a “despensa” vazia e falta de carne nas refeições: *“tinha-se que comer arroz puro”* (Elen). Para as demais, a pobreza da família não é explicada por elas pela falta de suprimento básico de alimentos ou moradia, mas especialmente pela impossibilidade de terem acesso ao consumo dos bens mais sofisticados, almejados pelas adolescentes: roupas para festas e dinheiro para passear. As jovens exigem esses bens de suas mães como se desconhecessem sua falta de condição para oferecê-los, e vêem nisso um motivo para “se virar” em busca do objeto de desejo. Querem uma roupa nova para as festas, de forma a não repeti-las seguidamente. Alguns pais se

desdobram para dar-lhes o que desejam, tendo que dividir o pouco que têm com as diversas demandas dos muitos filhos. Cotidianamente, estes conflitos causam atritos e sofrimentos para mãe e filha.

O problema do aluguel da casa em que moram é descrito como questão crucial para muitas famílias, consumindo a maior parte da renda familiar. As casas costumam ser pequenas para o número de pessoas que nelas vive. Oscilam entre as consideradas grandes (com dois quartos, sala, cozinha e banheiro), até as muito pequenas, possuindo apenas quarto, sala e banheiro.

A ocupação da maioria das mães é compatível com atividades de baixa remuneração: domésticas, funcionárias de limpeza, camelô, lavradora, funcionária de supermercado e creche, comerciante, costureira, cozinheira, auxiliar de enfermagem. Os pais apresentam as seguintes ocupações: lavrador, caminhoneiro, oficial do exército, biscateiro, pedreiro, feirante, marceneiro, traficante, funcionário público, funcionário de limpeza, empresário e técnico em eletricidade.

As adolescentes entrevistadas afirmam que já tiveram experiência de trabalho, excetuando uma que claramente verbalizou ser o seu destino, a criminalidade. Todas as demais já exerceram atividades, especialmente de empregadas domésticas, babás e no comércio. Pelo menos seis adolescentes começaram a trabalhar ainda crianças para ajudar as mães, vendendo balas e doces nos sinais, expostas à violência das ruas. Para essas, o tempo da mendicância se mistura com o dos furtos que ali aprendem a fazer. *“Eu sou mais acostumada a pedir, eu pedia. Tinha vez que eu levantava cedinho, aí eu ia para a*

rua pedir. Se a gente pedir vocês acham que está errado, se eu estou roubando, piorou!” (Ana)

As adolescentes inseridas no tráfico descrevem essa atividade ilegal como um tipo de trabalho que executam. Úrsula apresenta esta questão.

Se você deixa de trabalhar você não ganha. Mas é sujo, é um trabalho sujo. Mas trabalho, porque era cansativo sabe, acordava cedo 8 horas tinha que estar na ‘boca’, ver aquela coisa, aquela atividade, corre pra lá, corre pra cá e passa por isso, se machuca, chega no final do dia você está exausta às vezes machucada, às vezes você roda, apanha. E quando a gente é presa a gente fala que foi acidente de trabalho. Às vezes quando a gente pergunta: cadê fulano? E ele está preso, a gente fala que está de licença.

Meirelles (1998) já havia alertado para a relação que o tráfico de drogas tem com o mercado formal de trabalho.

Outros trabalhos mencionados pelas jovens, em menor escala, foram o de costureira, modelo e dançarina.

A dinâmica de suas ocupações era excessiva para a idade que as jovens tinham quando as exerciam. Isabel, aos 9 anos já trabalhava em casa de família, assumindo os cuidados da casa e das crianças ali presentes. Começava suas atividades às 6 horas da manhã e ia ocupada até o final do dia, deixando de lado tarefas escolares e momentos lúdicos, necessários ao seu próprio crescimento.

A relação com seus empregadores foi assinalado por elas, como sendo muitas vezes difícil e pouco amistosa. Ana sofreu assédio sexual do patrão e ameaçou contar o fato à esposa. Sofreu episódio de agressão física severa: *“aí ele começou a me bater, bater, me bateu muito, até eu chegar a desmaiar. Eu fiquei uma semana sem comer porque o meu maxilar destroncou”*.

Embora todos os integrantes das famílias em estudo tenham tido inserção ocupacional, o sustento das casas é responsabilidade fundamental da mãe. O pai contribui em apenas em um dos domicílio. Os padrastos também ajudam no período em que permanecem na família. Apenas uma menina, das entrevistadas, contribui sistematicamente, assumindo, na prática, a manutenção de sua família.

Nos momentos de maior crise familiar, quando a situação financeira se torna muito difícil, os avôs e tios das adolescentes ajudam no sustento da casa.

Metade das adolescentes entrevistadas possui a cor da pele parda ou negra. Um levantamento das fichas de todas as 59 internadas no ESD no dia 1 de setembro de 1999 mostrou que 51% eram negras, 24% estavam registradas como de cor da pele parda e apenas uma em quatro eram brancas. Essas diferenças de cor da pele também se expressaram nos grupos focais. As 14 adolescentes eram em sua maioria negras ou pardas, eram provenientes de famílias com baixo poder aquisitivo e possuíam baixa escolaridade.

O perfil das jovens infratoras reflete também a discriminação racial e econômica existente no país, pois a maior parcela dos que constituem essa raça encontram-se nos estratos sociais mais pobres. Conseqüentemente, a maioria dos presos são oriundos da raça negra. É preciso ter em mente mais este dado ao analisar as histórias de vida das mulheres alvo do estudo.

Portanto, com poucas exceções, as mulheres entrevistadas estão sujeitas a três tipos de discriminação em relação aos eixos estruturadores da vida social: gênero, raça e classe social. (Saffioti, 1997) Ser mulher, pobre e descendente da raça negra, no contexto de discriminação existente no país, certamente, limita as possibilidades de crescimento e desenvolvimento juvenil, como também restringe

e facilita algumas “opções” tomadas. São, portanto, importantes conceitos para o entendimento da forma como as crianças do sexo feminino se tornam mulheres adultas, socialmente construídas.

A história dessas doze jovens trazem componentes para pensar os motivos pelos quais trilharam o caminho da infração. A seguir, discutirei as principais teorias que tentam explicar a delinqüência juvenil feminina, vendo em que medida se adequam ou não ao estudo aqui proposto.

CAPÍTULO 2

AS TEORIAS QUE SE ARRISCAM A EXPLICAR A DELINQUÊNCIA FEMININA

Existem muito poucas teorias que tentam explicar a especificidade do feminino na delinquência. Em contraponto pode-se observar que a questão da delinquência juvenil de um modo geral é objeto de muitos estudos.

As que consideram a delinquência feminina, independente do enfoque que apresentem, coincidem em dois tópicos: a) o pequeno número de mulheres que praticam crime (o que muitas vezes justifica a falta de estudos específicos) em relação aos homens; b) e a baixa gravidade dos delitos.

Gostaria de começar a discussão desse capítulo a partir desse dois pontos. Em estudo do qual participei intitulado *Filhas do Mundo - A infração Juvenil Feminina* (Assis & Constantino, 2000), percebemos claramente que houve mudanças no perfil das adolescentes infratoras. O número de meninas envolvidas em delito continua inferior em relação aos meninos apesar de ter aumentado nos últimos anos. No entanto, o tipo de delito praticado mudou significativamente: hoje, grande parte das jovens internas foram apreendidas por tráfico de drogas, como foi melhor explicitado na introdução deste trabalho. Onde antes havia a predominância de pequenos furtos, encontramos, atualmente, no Rio de Janeiro, a participação efetiva no mercado ilegal de drogas (o mesmo acontece com os meninos). Lemgruber, por ocasião da atualização da 2ª edição de sua obra *Cemitério dos Vivos* (1983;1999), já havia alertado para esse fato. Esta autora fez

uma nova introdução para demonstrar o quanto a realidade do Presídio feminino Talavera Bruce havia mudado desde seu trabalho de campo realizado em 1976. Segundo ela, o aspecto que mais sofreu mudança foi o tipo de delito pelo qual as mulheres foram presas:

QUADRO 4

Mudança de perfil dos delitos praticados por presas adultas (1976 – 1997)

Crime cometido	1976	1997
Furto	35,1%	5,3%
Roubo	18,5%	22,8%
Tráfico	20,8%	47,0%
Seqüestro	0,6%	10,7%
Homicídio	8,9%	2,8%

Fonte: Lengruher, J. *Cemitério dos Vivos*, 1999.

O tráfico de drogas lidera como o delito mais freqüente e de maior crescimento nesse período. Não se pode deixar de apontar o aumento significativo na participação de mulheres nos roubos e em seqüestros, delitos considerados graves.

A prática no tráfico de drogas foi o núcleo do estudo que realizei. Ficou claro que nesse tipo de delito a menina participa de atividades que apresentam, muitas vezes, requinte de crueldade, uma das características dos castigos infringidos pela organização do tráfico. Não são raros os casos em que as jovens participam de homicídios precedidos por torturas, além da troca de tiros, como parte do cotidiano dos traficantes. As meninas sempre ressaltam que não recebem

nenhuma “regalia” por serem mulheres. Muito pelo contrário, devem se mostrar mais corajosas para terem seu espaço garantido.

Então resta uma indagação: Pode-se considerar que os delitos praticados por mulheres são de fato menos graves dos que os praticado por homens? Parece que em relação ao tráfico de drogas, não. Percebemos que quando as adolescentes alcançam posições mais altas na hierarquia do mercado ilegal de drogas (“segurança”, “gerentes” e até mesmo “dono”) precisam se submeter às regras gerais da organização, não havendo diferenças por gênero.

Então, me parece que as teorias que serão apresentadas a seguir apresentam a limitação de considerarem ainda, a participação da criminalidade feminina em relação a um quadro similar ao encontrado por Lemgruber em 1976. O incremento do tráfico de drogas com a participação das mulheres, principalmente no Rio de Janeiro, inaugura uma nova fase na especificidade da criminalidade feminina.

Segundo Bastos (1997) duas vertentes de pensamento se distinguem dentro da criminologia. Uma seria oriunda da antropologia e coloca o indivíduo e seu comportamento como centro da atenção. No entanto, a autora não explica em profundidade tal enfoque. Outra se originaria da sociologia, que se preocupa em desvendar a cadeia de fatos sociais causadores do ato criminoso. Bastos chamou a primeira delas de perspectiva biopsicológica ou biopsicanalítica, centrada no indivíduo; e a segunda, de perspectiva sociológica ou ambientalista.

Vários autores, nesta linha mais tradicional, buscaram agrupar as teorias em dois blocos: abordagens bio-psicológicas e enfoques sociológicos (Gonçalves,2000; Bloss,1996). Este último autor, observa a primazia de

publicações de cunho sociológicos em relação àqueles que envolvem os aspectos individuais dos criminosos.

2.1 - Teorias bio-psicológicas

A mais antiga e *tradicional* tentativa dos estudiosos de criminologia para entender a delinqüência feminina surgiu com Lombroso no final do século XIX, tendo ainda hoje influência no curso do pensamento criminológico. (Lombroso e Ferrero, 1895). O autor defendia a tese do “criminoso nato”. Apontava que os delinqüentes apresentam um elenco de características biológicas que, aliadas, constituem uma tipologia, às quais chamava “sinais de degenerescência”. Em sua análise da mulher criminosa, entretanto, Lombroso e Ferrero constataram que ela não apresentava de forma consistente e, em igual intensidade, os mesmos sinais encontrados no homem criminoso. Concluíram então que essas diferenças se deviam ao fato das mulheres terem evoluído menos do que os homens. Basicamente isso era explicado pelo estilo de vida feminino ser considerado por eles como menos ativo, mais sedentário e desprovido de desafios. Por não levarem em conta as raízes culturais de tais diferenças, Lombroso e Ferrero novamente centraram-se em explicações **biológicas**. Assim, para eles, as mulheres seriam organicamente mais passivas e conservadoras do que os homens devido, basicamente, à imobilidade do óvulo comparada à mobilidade do espermatozóide. Logo, tenderiam menos ao crime. Esse autor e os seus sucessores (Thomas, 1923; Cowie e cols., 1968; Richardson, 1969) acreditavam que as diferenças inerentes aos homens e mulheres é que influenciavam o grau e o tipo de envolvimento de ambos na delinqüência. Assim, as características

biológicas e psicológicas do ser humano eram vistas como fatores predisponentes para a criminalidade.

Os hormônios e o papel reprodutor das mulheres determinariam, segundo os autores citados, inexoravelmente sua emoção, falta de confiabilidade, infantilidade, desvio e imaturidade. As mulheres também eram rotuladas como ciumentas e vingativas, corpulentas ou masculinas, moralmente deficientes, possuindo configurações cromossômicas anormais ou problemas relacionados com a menstruação e a puberdade. (Heidensohn, 1995)

A crença nas diferenças condicionadas pela biologia e fisiologia como explicações para o comportamento feminino, condizente com noções populares largamente difundidas, recebeu o aval científico, fundamentando as primeiras teorias sobre o crime feminino. (Heidensohn, 1995)

Buscava-se explicar o fenômeno do envolvimento da mulher com a criminalidade pela idéia de desvio sexual. Para elas, duas possibilidades opostas eram factíveis: mãe ou prostituta. As jovens criminosas eram representadas principalmente pela segunda opção. Mesmo em casos de assalto ou furto, as explicações privilegiavam a repressão sexual ou a histeria feminina. E a delinqüência das mulheres era patologizada.

Bastos (1997) alerta para o fato de que as teorias psicológicas, de modo geral, e em particular as que tratam da conduta psicométrica, identificam o criminoso como pessoa anormal, portadora de traços patológicos isolados ou reunidos em síndromes complexas, através das quais formulam-se conceituações teóricas facilitadoras da utilização de técnicas psicodiagnósticas comuns ao cotidiano da perícia psiquiátrica. Essas concepções, segundo a autora, auxiliam a

explicação e compreensão do comportamento criminal de sujeitos que apresentam evidentes alterações psicológicas ou psiquiátricas. No entanto, Bastos ressalta que o campo de abrangência dessas concepções não ultrapassa os limites determinados pela especificidade da circunstância patológica. Por esse motivo, segundo ela, tais abordagens não adquirem, valor geral, de modo a poderem ser consideradas teorias explicativas do fenômeno criminal como um todo, muito menos em relação à especificidade do delito praticado por mulheres. Essa autora vai buscar subsídios para explicação da delinquência feminina na psicanálise.

Freud (1976) também é um dos autores que deram ênfase às diferenças de gênero na origem da delinquência, ao reconhecer nas mulheres a inveja do pênis (do “falo”, do poder masculino), como uma possível fonte de problemas de comportamento (se houvesse uma identificação masculina). Este complexo de masculinidade poderia levar à homossexualidade e, presumivelmente a padrões de delinquência feminina.

Mais recentemente, um dos autores que se destaca na explicação da criminalidade feminina pela linha psicanalítica é Bloss (1996). Seu trabalho prioriza o aspecto individual na etiologia da delinquência juvenil feminina, defendendo a tese de que a delinquência seria o resultado de uma desordem da personalidade. Segundo ele:

Delinquência, por definição, refere-se a um transtorno da personalidade que se manifesta num conflito aberto com a sociedade. Esse fato, por si só, tornou o aspecto social do problema o fator principal, estimulando a pesquisa sociológica que por sua vez, chamou a atenção sobre as condições ambientais relacionadas de forma significativa com a conduta delinqüente...o estudo da delinquência por necessidade sempre foi multidisciplinar e nenhuma disciplina deve considerá-lo de seu uso exclusivo. (:151)

Segundo ele, os fatores pré-edípicos são determinantes na etiologia da delinqüência feminina. Para este autor a delinqüência masculina e feminina percorrem caminhos separados e são essencialmente diferentes.

...a delinqüência feminina está próxima das perversões; o mesmo não pode ser dito com relação ao menino. O repertório de delinqüência da menina é muito mais limitado em amplitude e variedade do que o do menino; além disso, possui uma significativa ausência de atos agressivos destrutivos contra pessoas e propriedades, e também deixa ao menino o rico campo de aventuras impostoras. A conduta instável da menina é restrita ao roubo tipo cleptomaníaco, à vadiagem, à conduta provocativa e sem-vergonha em público e à franca instabilidade sexual. É claro que essas ofensas são divididas com o menino que participa delas, entretanto, elas constituem apenas uma fração de suas transgressões. Na menina, parece que a delinqüência é um ato sexual aberto ou, para ser mais correto, um *acting-out* sexual. (:153)

Maranhão, citado por Gonçalves (2000), resume as principais características explicativas da delinqüência em linguagem analítica como sendo:

- 1.falta de identificações, traduzida por uma incapacidade de envolver-se em relacionamentos afetivos significativos;
2. Uma impossibilidade no estabelecimento de relações objetais que não tenham um caráter narcísico, ou seja, o refúgio no narcisismo permite ao indivíduo evitar frustrações, reforçando simultaneamente o egocentrismo. Tal funcionamento é claramente típico de um: 3.

Processo primário, em que prevalece a busca imediata do prazer, a satisfação das necessidades instintivas, libidinosas e/ou agressivas e a incapacidade de adiar ou diferir a sua consumação. Desta forma, segundo Maranhão, pode-se dizer que 4.

O super-ego está pouco ou defeituosamente desenvolvido, já que não foram internalizados os interditos que permitem uma socialização adequada. Finalmente, segundo ele, tudo isto redundando numa 5. oscilação permanente da auto-estima, traduzida por uma alternância entre estados de megalomania e de profundo

aniquilamento e desvalorização. Este autor não traz no entanto, nenhuma contribuição específica para a compreensão da delinquência feminina.

Em relação as teorias bio-psicológicas Bastos(1997) conclui:

Todas essas explicações biopsicologizantes do comportamento violento fundamentam-se em premissas deterministas. São modelos que combinam fatores causais objetivando produzir uma ciência causal e mecanicista que desconsidera fenômenos originados em condicionantes econômicos e ideológicos do controle social. (:41)

2.2 - Teorias Sociológicas

2.2.1 – Teorias Modernas

As *teorias modernas*, principais responsáveis pelo pensamento criminológico ocidental, por várias décadas privilegiaram a **estrutura social** como responsável pela origem da delinquência, o que foi um marco importante na quebra da idéia hegemônica do biológico e comportamental como determinantes. Passaram a valorizar a inserção do infrator na estrutura social e as desigualdades de classes, responsabilizando a falta de opções econômicas e sociais ou a desorganização das unidades econômicas e produtivas como as causas da delinquência. (Merton, 1957; Shaw e Mckay, 1969)

Heidensohn (1995) ressalta uma especificidade dessas teorias: a ausência quase total da dimensão de gênero. Considera esse fato injustificável, face aos muitos estudos que demonstraram que idade e sexo são os melhores preditores de delinquência. A hegemonia masculina na sociologia é explicada pela autora pela tradição machista dos estudiosos da criminologia, pela dominação masculina na vida acadêmica e pelo fato da delinquência feminina não ser, até então, vista como um problema social.

Essa autora argumenta ainda que o esquecimento das mulheres no universo teórico se deu, reforçando o machismo, pois ao se focar a estrutura social como responsável pela delinqüência, os jovens infratores adquiriram *status* de resistentes, sendo considerados seres admiráveis e heróis. Retirava-se assim, o caráter de anormalidade e patologia, que até então explicava a delinqüência. Apenas os homens passaram a ser concebidos dessa forma. Enquanto as teorias modernas não se preocupavam com o crime feminino, o comportamento das mulheres criminosas continuava rotulado como inapropriado e não feminino; e elas, como portadoras de alguma anomalia ou por problemas no desempenho do seu papel sexual.

Essas teorias modernas foram criticadas por encararem de forma fatalista as origens da criminalidade, tirando dos sujeitos a capacidade de definir ativamente suas escolhas na vida. A principal crítica feminista recai no fato de não ter dado importância ao papel de socialização diferenciada entre os sexos, ponto considerado fundamental a partir de então.

2.2.2 – Teorias Feministas

As ***teorias feministas*** fizeram uma crítica radical à criminologia masculina. A tese mais debatida era a de que a emancipação/libertação feminina seria uma explicação para o envolvimento da mulher na vida infracional, pois, à medida em que uma mulher conquistasse liberdade para desenvolver seu potencial e atingir seus objetivos, se exporia a mais situações criadoras de estresse e frustrações, que poderiam induzi-la ao crime (opções anteriormente restritas aos homens). Ficaria também exposta a oportunidades cada vez maiores de cometer crimes.

Uma das principais responsáveis por essa linha de pensamento foi Adler (1975), segundo a qual os efeitos da liberação feminina podiam ser claramente constatados na crescente imitação do comportamento masculino, visto através do maior envolvimento em lutas e gangues (não apenas como cúmplices dos parceiros, mas em grupos totalmente femininos) e no aumento da delinquência feminina em geral e especialmente das adolescentes. Essa autora provocou um pânico moral, pois antevia um aumento abrupto do crime feminino nas próximas décadas, bem como uma elevação dos roubos e violências praticadas por mulheres, ações tradicionalmente de características masculinas.

Essa versão inicial do feminismo na criminologia foi duramente criticada. As primeiras teorias feministas falharam, pois a noção de que o movimento das mulheres estava causando um aumento na criminalidade feminina não se comprovou, por não haver suporte empírico de que as mulheres estariam cometendo crimes mais violentos ou “masculinos”. (Lemgruber, 1983)

Essa discussão continua, no entanto, a influenciar o debate sobre a criminalidade feminina. Recentemente foi utilizada para explicar o maior envolvimento de meninas em gangs (Chesney-Lind, 1999; Heidensohn, 1995). Lemgruber, estudando a inserção da mão de obra feminina no mercado de trabalho carioca na década de 70 fez análise similar. Sob seu ponto de vista, à medida em que as disparidades sócio-econômicas e estruturais entre os sexos se reduzissem, ocorreria aumento recíproco da criminalidade feminina: “ *é possível que em futuro próximo, o Brasil, tenha sua população cativa muitíssimo aumentada*”. (Lemgruber, 1983, p.15). Duas décadas depois, reedita o mesmo

livro e reelabora esta questão:

A participação das mulheres nos números totais de presos do Sistema Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro cresceu de 3,5% em 1976, para 4%, em 1997. Esse incremento pequeno leva a crer que uma das teses defendidas nos anos 70, a de que à medida em que a mulher tivesse maior participação na força de trabalho, ela cometeria mais crimes, não se sustentou. Entre 1976 e 1997 a participação da mulher na força de trabalho no Brasil praticamente dobrou e não houve mudança proporcional e significativa na composição da população presa seja em nosso estado, em nosso país, ou mesmo em partes do mundo, que também tiveram aumento expressivo da participação feminina na força de trabalho. Esta constatação leva a crer que outras variáveis explicam as diferenças nas taxas de criminalidade e encarceramento femininas e masculinas. (Lemgruber, 1999: 16)

O debate das teorias feministas teve o mérito de deixar muito mais evidente para a sociedade a questão da criminalidade feminina. O aprofundamento desse pensamento influenciou sobremaneira o desenvolvimento de outras teorias, das quais merece destaque a do *controle social*. Dessa união, surgiu importante *insight* para a compreensão da delinqüência feminina.

2.2.3 – Controle Social

O *controle social* exercido sobre as mulheres é um mecanismo eficaz para explicar a baixa presença da criminalidade feminina e o seu distinto perfil. Há duas fontes principais de controle social: no nível institucional mais ampliado tem-se a polícia, a justiça e a mídia; e no nível das relações sociais mais próximas, a família, a escola e os grupos de amigos.

Gonçalves (2000) ao elencar as teorias da delinqüência destaca essa corrente como uma das de maior suporte empírico. Segundo ele, as demais teorias se preocupam com “o que causa o desvio?”, esta no entanto, enfatiza “o que causa a conformidade?”. A resposta a essa questão é a de que a

conformidade é produto do controle social e o desvio, conseqüentemente, surge por ausência daquele. Lemgruber(1999) reforça alertando que parece haver um maior grau de conformidade a determinados padrões morais entre as jovens do sexo feminino:

... as conseqüências da diferente socialização das meninas em nossa cultura estariam relacionadas ao tipo de crimes cometidos por mulheres e à natureza de sua participação em delitos criminosos. Ensinadas a se portarem de maneira passiva e não-agressiva, ao contrário dos meninos, a mulher necessariamente acaba por envolver-se em delitos sem características violentas. Quando o fazem, em geral estão desempenhando papéis secundários e auxiliares ao lado dos homens. (:4)

Nye, citado por Gonçalves (2000), aponta que existem quatro tipos de controle social: **1.** Controle interno, que se adquire pela conscientização de normas e valores fornecidos pelas práticas educativas socializadoras; **2.** Controle indireto, que tem a ver com afeto e respeito que a criança nutre pelos seus pais e, portanto, evita de algum modo ofendê-los, desobedecendo-lhes; **3.** Controle direto, que se exerce através de grupos sociais bem específicos como família, amigos, vizinhos, polícia e que tem a seu cargo a aplicação de medidas mais ou menos severas de controle (ameaça, punição,etc.); e **4.** A satisfação legítima das necessidades, isto é, a sociedade fornece meios adequados para o indivíduo satisfazer as suas carências de afeto, reconhecimento e segurança. Baseado, sobretudo na importância da família como fonte de aprendizagem dos mecanismos de controle, segundo Gonçalves, Nye não apresentou dificuldades de provar sua teoria.

O principal resultado do controle social sobre as mulheres é instaurar uma divisão de esferas: a pública, destinada ao homem; e a privada, restrita ao lar, destinada a elas.

O lar é o local que a sociedade delega ao controle feminino. Nele, as mulheres têm papel destacado na reprodução das normas sociais, pois são *“encarregadas da produção de crianças saudáveis, que crescerão para serem cidadãos bem ajustados, que aceitam os papéis de gênero, são capazes de se beneficiar da educação e contribuir para a sociedade”*. (Heidensohn, 1995, p.167) Nesse sentido, destaca-se a sua importância na reprodução dos padrões sociais que mantêm a diferença de gênero.

Deve-se, entretanto, observar que toda a autoridade e controle da mulher não alcança o homem adulto, deixando antever os limites relacionais em uma sociedade patriarcal, autoritária e hierárquica.

Heidensohn (1995) aponta outros espaços além do lar, em que as mulheres podem exercer algum grau de poder: na comunidade local, nos trabalhos de assistência social e em atividades de bem estar semi-profissional. A principal atividade exercida por elas é a de cuidadora: de crianças, idosos e doentes.

Devido a essas atuações, a mulher coloca-se como a fundamentação familiar e como a base das relações sociais no mundo privado. Através da sua participação no controle nos níveis mais básicos da vida social, tem enorme responsabilidade em perpetuar a sociedade e as instituições.

O controle sobre a mulher é feito em todos os espaços da vida social: em casa, na via pública, no trabalho e nas políticas sociais. A dominação no domicílio, faz-se através da “detenção preventiva”. Para a mulher adulta, o

casamento e a domesticidade são formas eficazes de conseguir controlar e assegurar o seu bom comportamento. Para as crianças e adolescentes, as contenções domésticas se mostram distintas entre os sexos, com maior liberdade para os filhos homens. A menina tem sua liberdade mais restrita em prol de sua máxima proteção.

Essa vigilância sobre o controle do espaço tem se mostrado bem sucedido em sociedades com distintos padrões sociais e econômicos. Essa dominação se reproduz, pois é legitimada nas relações domésticas hierárquicas aprendidas desde o nascimento. Esse conjunto de práticas forma uma “ordem moral”, em que o grau e o modo de subordinação variam com o desenvolvimento das forças produtivas. Logo, numa mesma sociedade, a diferença no posicionamento da mulher, independente do estrato social, é fato fundamental para se levar em conta. Entretanto, deve-se atentar para o fato de que para as mulheres de estratos sociais populares, em que os ideais de casamento e maternagem ainda são prioritários, (Heindelsohn, 1995) e é *“mais forte a perpetuação dos modelos hierárquicos em que as relações de gênero são orientados pelo arbítrio da autoridade patriarcal, do controle e da divisão tradicional dos papéis sexuais.* (Minayo, 1997: 229)

A disciplina e dominação da mulher no lar também se dá pela violência doméstica. Essa forma de vitimização que está presente na sua vida cotidiana, mostra-se ainda mais agravada entre jovens infratoras.

A vitimização intensa e precoce e o excesso de dominação, têm um efeito contraditório pois circunscrevem a possibilidade de “escolha” feminina, facilitando a ida para a rua, o uso de drogas, a prostituição, o desemprego e a entrada na

vida infracional. Ou então, atuam num conformismo apático ou ressentido como modo de levar a própria existência.

Para tanto controle e vitimização familiar, tem-se notado como resistência o surgimento de neuroses e depressão. Essas doenças costumam ser atenuadas pela automedicação. Novamente, esse perfil encontra-se sobremaneira acentuado entre as jovens delinqüentes. (Heindelsohn, 1995; Chesney-Lind, 1999)

A apropriação do espaço público por ambos os sexos se dá de modo muito distinto. Há quase um monopólio “da rua” pelos homens, pois as mulheres temem profundamente a violência física e sexual, especialmente o estupro. Esses, dentre outros motivos, levam a que o espaço urbano ao qual a mulher tem acesso, seja compartimentalizado: há horas e locais que lhe são permitidos. Por trás de toda essa separação de esferas, está a figura masculina avaliando a reputação feminina e seu espectro de ação, ao lado da voz feminina, compactuando com a visão dominante.

Há também o medo de perder a reputação e ficar “mal falada”. Mesmo com o atual processo de liberação feminina, uma jovem não pode ser vista em determinados locais ou com algumas pessoas, especialmente quando isso envolve comportamentos desaprovados socialmente ou de maior risco para violência.

O controle sobre a mulher também é exercido no trabalho, pela dupla jornada (casa e trabalho externo), pela hierarquia que enfrenta no mercado de trabalho (comumente com salários mais baixos) e pelo assédio sexual ao qual freqüentemente se submete, face à baixa autonomia que possui. Por último, resta o controle social que no nível das políticas públicas, feitas e manipuladas ainda

por homens, das quais as mulheres não tomam conhecimento completo dos seus direitos e o da sua prole.

Segundo Heindelsohn (1995), esse super-controle tem se mostrado eficiente, pois as mulheres cometem menos crimes que os homens, de menor gravidade e são menos reincidentes na infração. Logo, a tradicional socialização feminina atua como um fator que protege a mulher de entrar no mundo infracional.

2.2.4 – Teoria da Escolha Racional

Gonçalves (2000) apresenta uma nova teoria para explicação da delinqüência denominada **Teoria da Escolha Racional**. Como o próprio nome indica esta teoria acentua o pressuposto da racionalidade, isto é, a idéia de que os indivíduos optam livremente pelo cometimento ou não de um crime com base na atribuição de um papel significativo à avaliação das situações. Deste modo, segundo o autor, há que se levar em conta que a situação criminal comporta três condições: **1.** A existência de um ofensor motivado e capaz; **2.** A presença de um alvo suficientemente atraente e vulnerável; e **3.** A inexistência de barreiras impeditivas, físicas ou humanas, que impeçam o acesso a esse alvo. Além disso, o autor dessa teoria, estabelece ainda vários pressupostos: **1.** O criminoso procura um benefício pessoal através do crime; **2.** Nessa circunstância, tem de tomar decisões e fazer opções, ainda que sejam muito rudimentares e **3.** O processo de tomada de decisão é limitado pelo tempo de que o indivíduo dispõe, pelo grau de acesso que tem a informações relevantes e pela sua própria capacidade cognitiva.

Apesar das críticas recebidas, principalmente por não abarcar os crimes cometidos e explicados a partir do descontrole ou ainda aqueles realizados sob o

efeito de “forte emoção”, é inegável a importância desse enfoque, uma vez que é difícil conceber qualquer ato humano sem algum processo de tomada de decisão que o anteceda.

Sendo assim, após apresentadas as principais teorias que tentam explicar o envolvimento feminino em criminalidade, faz-se necessário destacar que neste trabalho se entende a “opção” pelo mundo infracional não sendo apenas exclusivamente o resultado de uma variedade de pressões sociais, econômicas, estruturais e culturais, que se inter-relacionam de múltiplas formas e em diferentes intensidades. Dá-se igual importância ao aspecto individual, ou seja, à possibilidade de escolha, mesmo no meio de tantas circunstâncias adversas, o que significa algum grau de liberdade do sujeito de gerir sua própria biografia.

CAPÍTULO 3

VIVER EM RISCO: LIBERDADE OU DETERMINISMO?

Há algumas décadas, o conceito de risco está em voga no meio acadêmico.

Segundo Perreti-Watel (2000), na época do colóquio intitulado *Risque zéro?*, organizado em 1999 pelo Instituto Nacional de Estudos da Segurança Civil (INESC) na França, dois importantes jornalistas, Albert du Roy et Michèle Cotta, foram convidados para animar os debates. No primeiro dia, para começar a discussão, Albert du Roy contou uma anedota de circunstância. Naquela manhã ele se deixou levar por um pequeno exercício que não aconselha a ninguém:

Eu comecei a fazer uma lista, desde o momento que acordei, dos riscos que eu corro e dos perigos que eu faço os outros correr. É alucinante! Eu não tenho Coca Cola em meu refrigerador porém, ontem à noite, eu comi um bife de boi ou frango. Dirigindo, eventualmente, um pouco rápido para chegar na hora, poluindo, passando por túneis, acendendo um cigarro, bebendo uma taça de vinho, nós não paramos de correr riscos e de provocar perigos aos outros, e se refletíssemos sobre isso mais freqüentemente, nós não levantaríamos de manhã. É por isso que eu admiro o fato (nesta sala, várias pessoas têm por profissão se ocupar da segurança) de vocês continuarem a se levantar todos os dias! (:4)

Esta pequena história divertiu os especialistas que estavam em seu auditório. Se viver com risco implica cobrir o campo infinito de acontecimentos suscetíveis de acontecer a cada minuto, de todos os perigos que nos ameaçam, dos acidentes com a torradeira aos cortes com o barbeador, as batidas na estrada ao envenenamento pelos produtos químicos constitutivos nos alimentos, quem ousaria ocupar o cargo de especialista do risco?

A anedota de Albert du Roy levanta uma verdadeira questão. Colocando em evidência a disparidade de tudo que o sentido comum organiza atualmente sob o termo "risco", o jornalista convidava os especialistas, talvez involuntariamente, a precisar os limites de suas áreas de competência. O colóquio reunia filósofos, juristas, engenheiros, sociólogos, psicólogos, economistas e criminalistas, e os temas abordados abrangeram um largo espectro: riscos tecnológicos, ecológicos, sanitários, poluições, circulação automotiva, insegurança.

No momento da segunda jornada do colóquio da INESC, Michèle Cotta começou dessa maneira o debate: "Os riscos imaginários existem?" Esta questão fornece uma pista para responder às interrogações, que a anedota de Albert du Roy deveria suscitar. Para que o risco pudesse "existir" sem ser real, é necessário admitir que ele não se reduz aos fatos, aos elementos materiais: o risco é também uma idéia, uma construção do espírito. Se o engenheiro se interessa pelo objetivo do risco, o sociólogo privilegia a outra vertente, cuja pergunta de Michèle Cotta supõe implicitamente a existência. Esta questão traduz uma concepção muito reduzida e propagada do "risco subjetivo": as percepções desse tipo seriam o reflexo do "risco objetivo", mas um reflexo deformado pela nossa incorrigível irracionalidade, já que temos, segundo esse autor, uma triste tendência de temer os centros nucleares, tão seguros, e a pouco nos importar com os riscos de dirigir carros, por exemplo (Perreti-Watel, 2000). De fato, as percepções individuais do risco são variadas; mas, se elas não seguem estritamente os moldes da racionalidade probabilística, não deixam de ser coerentes.

Seveso, segundo Perretti-Watel, também comenta sobre o mesmo tema. Em 10 de julho de 1976, em uma pequena cidade do norte da Itália, a explosão de um reator químico, produzindo herbicidas, lançou na atmosfera o dejetos de dióxidos eminentemente tóxicos. Os habitantes foram retirados, o gado foi abatido, os prédios demolidos. Uma jornalista italiana relata as reações da população, pouco após a catástrofe. Numa reunião de informação sobre os riscos corridos pelas mulheres grávidas, os habitantes queriam absolutamente que estes fossem quantificados: "Vocês devem dar um número! Vocês falam de perigo, porém alguém deve exprimir o perigo em número!" A jornalista explica que determinar um número não é possível e que ela dispõe somente de informações pouco comparáveis recolhidas do Vietnã. Mas diante da insistência das pessoas ("Digam-nos este número! Nós sabemos que não é idêntico, porém queremos ter uma idéia!"), acabou por soltar uma probabilidade de 30% de contaminação, o que as pessoas aceitaram imediatamente. Em outubro de 1976, esses mesmos habitantes forçaram os arames farpados para se reinstalar na região mais contaminada, convidando uns aos outros, organizando piqueniques, como para afastar, negar coletivamente a ameaça, antes que as forças da ordem interviessem para os retirar novamente.

É interessante ressaltar que Perretti-Watel, em *Sociologie du Risque*, se detém no estudo aos "acontecimentos prejudiciais", isto quer dizer, às ameaças, aos perigos. O autor menciona a noção de risco como fator positivo advindo por exemplo de esportes radicais, mas não aprofunda a abordagem. Esta restrição abandona a possibilidade de analisar, a partir de seu pensamento, o risco como oportunidade e considerar os possíveis benefícios advindos da atividade

arriscada, como por exemplo, o desfrute do prazer. Essa abordagem, como se verá a seguir, apenas mais recentemente vem sendo associada ao tema.

Esta breve introdução já antecipa a complexidade do conceito de risco nas ciências sociais, e leva a aprofundar a sua historicidade, para melhor apropriá-lo aos objetivos desta dissertação.

3.1- Etiologia e historicidade do conceito de risco

A etimologia da palavra risco é um dos argumentos mais utilizados para restringir sua concepção a algo desfavorável. Os especialistas hesitam entre: o espanhol *riesgo*, que designava inicialmente recife que ameaça os navios; e depois, por extensão, todo o perigo corrido pelos comerciantes no mar; o italiano *risco*, do latim *resecum*, "o que corta"; e o românico *rixicare*, "disputar" (que deu "rixe"), que evocava a idéia de combate, portanto de perigo.

Na área da saúde, é concebido como um correspondente epidemiológico do conceito matemático de probabilidade. Portanto, nessa oportunidade, risco pode ser definido como a probabilidade de um membro de uma população definida desenvolver uma dada doença em um período de tempo (Almeida Filho, 1989).

Segundo Castiel (1999) *risco* é um vocábulo que dá margens a várias ambigüidades. O termo possui muitos elementos de seu uso pelo senso comum, havendo controvérsias quanto a suas origens. Aponta que no dicionário de epidemiologia, o verbete *risco* faz menção ao significado relativo à probabilidade em que um evento (mórbido ou fatal) ocorrerá, mas também como um termo não técnico que abrange uma variedade de medidas de probabilidade quanto a

resultados geralmente desfavoráveis. Conclui que uma das características básicas da noção de risco é sua imprecisão conceitual.

Esta palavra apareceu no século XIV com as ousadias marítimas que se desenvolveram na Itália. A noção de risco se modificou e se dispersou para todos os domínios. Risco tornou-se um termo de uso social, econômico, tecnológico, ecológico e político. O risco é corrido, tomado, calculado, dominado ou "gerenciado".

A conotação da palavra risco tem mudado nos últimos tempos. Após introduzida no século XIV, voltou a ser utilizada no XVII no contexto dos jogos. O risco significava a probabilidade de um evento ocorrer combinado com a magnitude de perdas ou ganhos que poderiam acontecer. Assim, o conceito em si era neutro. Hoje, entretanto, a noção de risco tende a ser associada a resultados negativos. Hayes (1992) alerta que a pessoa que avalia o risco julga as ações de outro indivíduo por considerá-las prejudiciais. Os perceptíveis benefícios para o indivíduo que se arrisca não são considerados. Segundo Hayes, a noção de risco como aposta – estimando tanto as perdas quanto os ganhos – poderia parecer uma concepção mais apropriada. A análise dos aspectos positivos e negativos do comportamento poderiam prover à pessoa que se arrisca, uma oportunidade de ter um papel ativo em avaliá-lo.

Segundo Spink (2000) risco é uma forma específica de se relacionar com o futuro. Sinaliza que é um vocábulo que emerge, com essa concepção de relação com o futuro, no século XVII. Mais especificamente, a palavra risco vai surgir num determinado momento do desenvolvimento histórico das sociedades ocidentais quando se tornava possível falar de um futuro que fosse passível de controle.

Evidentemente, o fato de ter surgido a palavra não significa que ela apareça com seu sentido pleno, como conceito formalizado, tal como a conhecemos hoje. Demorou cerca de quatro séculos para que ocorresse a *formalização do conceito de risco* e para isso foram necessários outros avanços do conhecimento, sobretudo técnicos. Por exemplo, o desenvolvimento da teoria da probabilidade, sem a qual o cálculo do risco não seria possível. É esse processo, segundo Spink, que levará, na segunda metade do século XX, à emergência do campo de saber denominado *gestão dos riscos*. Resultado do casamento entre o cálculo de probabilidades e a herança da função política da estatística, esse campo irá gerar sofisticados modelos de análise que incorpora três dimensões: o cálculo, a análise da percepção e a gestão dos riscos. A literatura da época enfatiza que, na medida em que pudéssemos definir quais seriam as variáveis importantes de algum problema e quantificá-las, todos os riscos seriam passíveis de controle.

Entretanto, logo depois, na década de setenta, começa um movimento liderado por antropólogos como Mary Douglas e Aaron Wildavsky, fazendo a crítica de seu uso apenas para fins de apropriação instrumental. Esses autores incorporam duas dimensões ao apontado anteriormente: uma limitação, nas abordagens iniciais, que não reconheciam os valores que permeiam não só a percepção dos indivíduos, mas a própria definição do que vem a ser risco. Segundo Spink, com o reconhecimento da presença dos valores na definição do que conta como risco numa determinada formação social começa a morrer o sonho do cálculo absolutamente técnico dos riscos. A segunda dimensão refere-se à transformação na natureza dos riscos que se tornam cada vez mais sistêmicos e

mais globalizado. O debate é técnico e questiona a própria possibilidade de cálculos de riscos cada vez mais imponderáveis.

Segundo Spink (2000):

A gestão dos riscos é um fenômeno da modernidade tardia e, sendo o risco uma forma de governo da população, é preciso também que se entenda esse enredo na perspectiva das mudanças que vêm ocorrendo na esfera da governamentalidade e que levam muitos autores a afirmarem que nós estamos vivendo o fim da sociedade disciplinar, ou modernidade clássica e o início da sociedade de risco ou modernidade tardia. Isso implica entender como nós passamos do foco da gestão da vida para o foco da gestão dos riscos. (:4)

A autora prossegue afirmando que:

... a principal transformação dos riscos, da modernidade clássica para a modernidade reflexiva⁴ é justamente a compreensão que os riscos modernos são pautados pela incerteza. À racionalidade da regularização sobrepõe-se a perspectiva do caos” (contornos:14)

Para entender os significados que o termo vem adquirindo mais recentemente creio ser importante recorrer ao raciocínio de Beck (1993). Para ele, o projeto da modernidade tardia implica a gestão dos riscos e não mais a gestão da vida,

introduzindo o termo “sociedade de risco” para falar desse deslocamento. Para ele, a modernidade tardia, ou a sociedade de risco, tem uma série de características, dentre as quais são três particularmente centrais: globalização, individualização e a reflexividade.

⁴ A expressão modernidade reflexiva está sendo aqui empregada no contexto das teorizações feitas por Beck (1993) sobre a vida na sociedade contemporânea. Beck utiliza uma periodização da modernidade em três estágios: pré-modernidade, modernidade clássica e modernidade reflexiva (ou tardia). A modernidade reflexiva, ou a sociedade de risco, na terminologia que Beck e outros autores vêm utilizando, começa a dissolver as estruturas da sociedade industrial.

A *globalização* é a interseção da ausência e presença, ou o entrelaçamento de relações sociais e eventos sociais que estão distantes dos contextos locais e que têm como principal consequência a destradicionalização das instituições sociais clássicas: a família e o trabalho. A *individualização* decorre dos processos da destradicionalização das instituições da modernidade clássica, fazendo com que as biografias pautadas anteriormente pela inserção em classe, se tornem reflexivas. Ou seja com o colapso das classes e da família como unidade estável da sociedade, os indivíduos tornam-se agentes de sua subsistência, sendo responsáveis por seu planejamento e organização. Hoje, definimos quem somos a partir de contextos que se distanciam cada vez mais dos contextos tradicionais da família, do trabalho, da educação. A *reflexividade* é a susceptibilidade das atividades sociais a uma revisão crônica à luz de novas informações. Segundo Spink (2000):

As novas redes de informação geram também novas formas de vigilância... hoje em dia predominam as formas que implicam em autocontrole: o acesso à informação é livre; cabe a você a responsabilidade do controle pelo uso da informação... o cruzamento do imperativo da informação com os processos de destradicionalização tem implicações importantes. Há, antes de tudo, uma tendência à desnormalização, sendo a norma substituída pelo imperativo da **opção**. (:4)

Spink aponta duas grandes tradições que inauguram a modernidade do risco: uma que se prende a *governabilidade* e outra ao *risco-aventura*. Segundo ela, *governabilidade*, na perspectiva do risco, incorpora duas estratégias: as medidas coletivas, voltadas ao governo de populações, e as medidas voltadas a regulação das complexas inter-relações entre corpos e espaços, subsumidas nos processos de *disciplinarização* a que Foucault (1986) se refere.

Como dito anteriormente, a norma abre espaço para a opção, e a autora aponta como uma das características da atualidade, ou seja, da sociedade de risco, a busca do sentido da vida na emoção e adrenalina, a concepção do *risco-aventura*. Trabalharei melhor esse tópico a diante.

Spink (2000) tem se debruçado no estudo dos sentidos possíveis de risco que circulam na sociedade. Em seu estudo buscou entender o uso que é feito da linguagem dos riscos . Para “medir” a importância do papel da mídia, analisou uma amostra de notícias jornalísticas extraídas do Jornal Folha de São Paulo desde a data de sua fundação (1921) até 1998 e todas as matérias com o termo “risco” no título disponível no *cd rom* do mesmo Jornal (1994 a 1997).

A análise quantitativa indicou que risco é um repertório cada vez mais disponível, de uso crescente a partir da década de oitenta e de uso intensivo a partir dos anos noventa. O uso é mais intenso nas áreas onde o conceito já se encontrava mais consolidado e formalizado: economia e saúde. Para as demais áreas, o termo é ainda recente e seu uso é variado: ora fala-se a linguagem dos fatores e probabilidade de risco, ora risco é metáfora para falar de perigos diversos.

A análise das 20 matérias da amostra apontou que risco é abordado em duas dimensões: risco como perigo e risco como probabilidade. Como sinônimo de perigo, o foco, segundo o estudo, pode estar no ator ou nos problemas em si, sendo este o uso mais encontrado pela pesquisadora nas matérias que falam de política, administração ou tecnologia. Quando risco é tomado como probabilidade de ocorrência, sendo portanto passível de cálculo, o discurso prende-se ora à

aventura, ancorando-se na linguagem dos jogos (chance de ganho ou perda), ora na tradição da governabilidade (ancorando-se no discurso epidemiológico).

Em uma outra etapa do estudo, Spink buscou entender o papel da Psicologia na construção da linguagem dos riscos, tendo como fonte de dados as publicações indexadas na base *PsycLIT* no período de 1887 a 1998. Verificou que o número de publicações que focalizam o tema cresceu mais do que o total de publicações indexadas nesta base de dados. As que continham o termo risco no título, apresentaram incremento surpreendente a partir dos anos 50, constituindo, segundo ela, um bom indicador da visibilidade que o conceito passou a ter na disciplina. Segundo a pesquisadora, a produção, em psicologia tendeu a privilegiar três abordagens: a) o estudo da percepção dos riscos e suas conseqüências para o comportamento face a eles; b) a imbricação entre conhecimento, atitudes e comportamentos e c) os processos de decisão frente aos riscos. Há ainda, segundo ela, um grande volume de pesquisas e discussões teóricas que buscaram entender a propensão aos riscos sob a ótica dos estilos de personalidade. Trata-se, portanto, segundo Spink, de discursos que emanam da tradição que a autora denomina de *governabilidade*. Ressalta a ausência de estudos nesta área de discursos que enfatizam o sentido de aventura. Nada constava, segundo ela, sobre o *risco-emoção*, seja na interface com os esportes radicais ou com o uso de substâncias psicoativas. Constata ainda que apesar da Psicologia ter incorporado o conceito na sua terminologia, foram muito poucas as publicações que problematizam seu uso ou ampliam sua perspectiva abordando aspectos culturais. Segundo a pesquisadora, a produção mais crítica parece localizar-se nas áreas de *Desenvolvimento e Educação*.

A etapa final do estudo foi entender o uso da linguagem de riscos na Educação em Saúde e suas implicações para as estratégias de disciplinarização da vida cotidiana. Utilizou para a análise, a base de dados *Medline* que inclui publicações da área biomédica. O período estudado compreendeu os anos entre 1966 e 1998. Foram analisados uma amostra de 305 artigos com o termo risco no título. Da mesma forma que na Psicologia, os artigos cresceram mais do que o total de textos. O cálculo de taxas de crescimento sugere, segundo Spink, que há dois picos nesta evolução: o primeiro ocorre na década de setenta, período em que as abordagens são introduzidas na área; o segundo ocorre no final da década de oitenta, refletindo provavelmente o interesse pelos comportamentos de risco associados à infecção pelo HIV. As expressões utilizadas para se referir ao tema foram classificadas em quatro categorias: risco como indicador; risco como abordagem teórica; risco como posicionamento (correr riscos ou estar em risco) e risco como intervenção (por exemplo, *risk reduction*, *risk prevention*). A análise verificou que a terminologia mais utilizada está associada à análise dos riscos na vertente epidemiológica, classificada na categoria “risco como indicador”. No entanto, Spink ressalta que a análise dos artigos, da amostra de educação em saúde, tomados numa perspectiva histórica, sugere que as estratégias para mudança de comportamento adotadas mais recentemente tendem a abandonar as abordagens individualizantes características dos anos iniciais do período analisado. As intervenções passam a incluir elementos do contexto social, buscando, segundo ela, adaptar-se às especificidades culturais dos grupos alvos. Entretanto, a pesquisadora aponta que essa maior sensibilidade ao contexto cultural ainda está longe de afiliar-se às correntes mais críticas dos estudos sobre

risco, provenientes de vertentes da Antropologia, Sociologia e Psicologia Social. Segundo ela, os artigos são teoricamente limitados pela exigência cada vez maior de avaliação das ações educativas.

Spink constatou ainda uma crescente centralidade da discussão ética nas publicações e considera este fato o *“sinal dos tempos modernos, decorrente da crescente incerteza e complexidade da vida cotidiana na sociedade de risco.”* (2000:13)

Uma vez situado como a concepção de risco foi encarada no decorrer dos anos, apresentarei a seguir, a partir de uma revisão bibliográfica, autores da área das ciências sociais e humanas distinguidos segundo a tendência a avaliar o conceito de risco como evento positivo ou negativo. Os estudos serão apresentados aqui em dois eixos. No primeiro deles trabalham-se duas questões: a) **risco como algo a ser evitado** por ser uma ameaça indesejável; b) **risco a ser enfrentado** pelo prazer e aventura que proporciona, trazendo o aspecto valorizado na atividade a ser realizada. O segundo eixo traz as abordagens que enfocam o **individual** e o **social** como categorias de análise para se entender o comportamento arriscado.

3.2 - Risco: Perigo a ser evitado

Como já foi constatado, historicamente os estudos epidemiológicos (que não são alvo deste estudo) são aqueles que mais apresentam essa visão negativa. Entretanto mesmo alguns trabalhos com enfoque sócio-antropológico costumam priorizar o risco como uma ameaça indesejável, muitos deles influenciados pela visão probabilística.

Para as ciências sociais ligadas à saúde, o *risco* pode ser mais bem entendido como um conceito instituído histórica e culturalmente. A Antropóloga Mary Douglas (1986, 1992) é considerada uma das mais produtivas pensadoras sobre essa temática. Seus estudos procuram apontar razões pelas quais diferentes culturas selecionam e dirigem sua atenção a riscos específicos e então prescrevem determinadas práticas como integrantes de seus valores e crenças. Nesta perspectiva, parece que, em geral, os grupos humanos desenvolvem estratégias de preservação de seus elementos identitários (contidos em seu modo de viver), e tendem a culpar o “estranho/estrangeiro” como responsável extrínseco pelos “riscos”/ “males” que afligem a “harmonia” de suas respectivas organizações societárias.

Douglas e Wildavsky (1982), em sua obra *Risk e Culture*, apontam que a análise de riscos foi desenvolvida como uma ferramenta objetiva para engenheiros e homens de Estado, que necessitam de fatos para uma tomada de decisão. No entanto, a obsessão pela objetividade parece não dar conta de um problema tão humano quanto o da opção por um risco, problema que envolve, inclusive, a vida e a morte. Segundo os autores a negação da subjetividade só traria empobrecimento à compreensão de porque determinado risco é aceitável para

uns e não para outros. Esses autores têm uma reflexão muito rica sobre a liberdade de escolha. No entanto se detêm a pensar quais as razões que levam alguém a se decidir por algo arriscado- sempre visto por eles como tendo exclusivamente conseqüências negativas (uso de drogas, optar por determinado estilo de vida proscrito, por exemplo).

Em ***Acceptable Risks***, Imperato e Mitchells (1985) trazem a noção de que os indivíduos são livres e bem informados ao tomar para si um risco como uma falácia. Partindo da premissa de que a vida moderna é cada vez mais perigosa, a despeito e como resultado de avanços científicos e tecnológicos, os autores exploram como os riscos são definidos e enfrentados por indivíduos, grupos sociais e pelo governo, e porque os riscos são aceitáveis para uns e não para outros. Os autores apontam para o fato de que escolhas aparentemente livres podem não ser tão livres quanto parecem, mas influenciadas por interesses políticos e econômicos e certas determinações que tendem a nos constranger.

Para Imperato e Mitchells, quatro questões são relevantes para se entender o comportamento de risco:

1. Em primeiro lugar, um grau de irracionalidade faria parte de nossa natureza básica, o que traria um descompasso entre nossas reações e os riscos realmente existentes. Por exemplo, prontamente faríamos uma viagem de carro sob uma chuva torrencial, mas tememos ameaças bem mais remotas, como sermos atingidos por um raio.
2. Da nossa irracionalidade emergiria um outro problema: a negação do risco. Enquanto a negação nos ajudaria a conciliar o sono num mundo tão perigoso, poderia ser prejudicial numa avaliação de perigo real.

3. A natureza imperfeita das informações interferiria nas escolhas inteligentes. As informações são, muitas vezes, inadequadas, complicadas ou erradas, e até mesmo os experts podem discordar entre si sobre até que ponto determinado comportamento é arriscado.
4. O risco de muitos comportamentos só será visto no futuro, enquanto o benefício percebido é imediato.

Os autores priorizam a contextualização dos riscos “aceitáveis” como dependentes dos grupos em que os indivíduos estão inseridos. Discorre sobre riscos sempre encarados como negativos. Todavia, ao apontarem que o risco de muitos comportamentos só serão vistos no futuro e os benefícios vivenciados de imediato, trazem um componente mais positivo do seu enfrentamento.

3.3 - O risco: prazer e aventura

Spink (2000) é uma autora que discute a noção de risco-aventura no cenário da gestão da vida. Segundo ela, a tendência à busca de sentido da vida na *emoção e adrenalina* é uma característica da atualidade, da dita *sociedade de risco*. Defende que há uma dimensão positiva no enfrentamento valorizada como ousadia que pode levar a descobertas. Ilustra bem esse lado positivo apresentando uma fotografia de um coreógrafo que afirma: *dançar à beira de um vulcão é a mais bela metáfora que conheço para risco. E ter a coragem de correr risco é a maior motivação de todas para a dança.*

A autora alerta para o fato que hoje, mais do que antes, nos deparamos com novas modalidades de aventura, seja na vertente dos esportes radicais ou na busca da emoção exacerbada pelas drogas lícitas e ilícitas. Alguns autores, segundo ela, procuram entendê-los à luz das características atuais da sociedade situando-os como formas de anteparo aos processos de destradicionalização que acompanham a globalização. No entanto, a posição de Spink, é tentar situá-los no contexto dos jogos. Se apropria do modelo de jogos de Roger Caillois apud Spink (1958). Este autor baseia seu modelo de jogos na interseção de duas dimensões: as diferentes modalidades de jogos e o grau de disciplinarização dos mesmos. Propõe, quatro modalidades básicas: jogos de competição, jogos de chance, jogos de simulacro e jogos de vertigem. Essas aparecem em duas formas: uma mais espontânea e outra mais regrada, ou seja, a primeira como uma forma menos socializada típica, por exemplo da infância, e a segunda, como a forma disciplinada, socializada e presa a regras de comportamento.

Spink considera que o fenômeno mais surpreendente da época atual é o enorme crescimento dos jogos de vertigem, onde situa o risco-aventura. Entretanto, os jogos de vertigem não se manifestam apenas nas formas disciplinadas e regradas. Retoma mais uma vez a teoria de Caillois para entender que o modo regrado pode ter formas culturais e institucionais assim como modalidades corrompidas.

As *formas culturais* englobam todas as modalidades de esporte que exaltam a velocidade, a adrenalina e a obliteração da razão pela concentração total na ação. Por exemplo, o esqui, o alpinismo, o surfe e as diversas modalidades de esportes que envolvem desafio, sobrevivência e vertigem.

As *formas institucionais* se fazem presentes, sobretudo nas profissões que exigem o domínio da vertigem. Inserem-se aqui as tradicionais profissões de risco, como os guias de montanha, os bombeiros, os detetives. Mas, inserem-se também as novas profissões que emergem para fazer face aos riscos manufacturados. Por exemplo, os gerente de risco em bancos de investimento, os responsáveis pela segurança de tecnologias capazes de induzir desastres em larga escala, como a energia nuclear.

Há ainda as *formas corrompidas* dos jogos de vertigem onde a razão é obliterada, por exemplo pelo uso de drogas psicotrópicas, sejam elas lícitas ou ilícitas. Esta é a forma de risco que David Le Breton(1991) chama de *blancheur*.

Recentemente, outros autores priorizam a noção de viver arriscadamente relacionadas à aventura e ao prazer. Dentre eles destacamos na literatura estrangeira: Duclos (1986), Lupton (1999) e Breton (1991) e como referência brasileira, além de Spink (2000), Rodrigues (2000) e Bueno (2000).

Duclos (1986) caracteriza o campo da sociologia de risco a partir de duas máximas: a primeira seria a de que o objeto da sociologia é a elaboração coletiva dos critérios de percepção da realidade. A segunda, é que esta realidade não desaparece sob o simbólico, e que ela se manifesta pela **periculosidade** das substâncias, pela **insegurança** dos sistemas organizacionais e técnicos, e, enfim, pelas reações dos indivíduos. Como se pode observar, as características negativas são as que predominam nessa definição. Porém, como Duclos investigou a percepção de risco entre trabalhadores da indústria química na França, encontrou não apenas um discurso de negação de risco, como também um discurso que tenderia a enfatizar as situações vividas como perigosas.

Segundo ele, os trabalhadores da indústria química seriam, ao mesmo tempo, os que têm um dos melhores níveis de conhecimento dos riscos aos quais estão submetidos e os que teriam um discurso dos mais negadores desses mesmos riscos. Os argumentos utilizados para minimizá-los consiste em tratar as situações de risco como parte do passado, ou para outras usinas de concepção mais antiga, ou ainda, reconhecendo os perigos, apontar categorias de trabalhadores que seriam mais suscetíveis.

Coexistindo com este discurso, o autor encontrou o seu oposto, a visão prazerosa do risco, a ênfase nas situações de perigo, apresentadas por um enunciado de auto-valorização, de dramatização e pelo discurso que Duclos chamou de “relativização individualista” (é como se o indivíduo tomasse distância em relação aos julgamentos realizados por instituições profissionais e sindicais e reivindicasse um ponto de vista autônomo.

Rodrigues (2000) ao descrever seu trabalho com jovens do Rio de Janeiro que praticam o “pingentismo” nos trens apresenta a vivência do risco como dramatização e carregada de auto-valorização: “...*por instrumento de suas proezas, brincando com a morte, aqueles personagens faziam uma espécie de exercício sobre a própria liberdade.*” (:4). O autor continua afirmando que nada têm de “inconsciente” em tais condutas e que estas não se devem à falta de informação. Todos, segundo ele, estavam conscientes dos riscos que corriam: “...*era exatamente esta consciência, muitas vezes requintadamente elaborada, quanto aos detalhes perigosos das manobras de pingentismo, que os fascinava e embriagava.*” (:4) E prossegue:

Ao se exporem aos maiores riscos, recriando-as contra a adversidade, eles se **fantasiavam** de senhores da própria vida e da própria morte. E disso obtinham a **intensidade de viver** que o clima festivo materializava. Pelo menos sob certos aspectos, não se tratava de carência ou de falta, mas de uma prática envolvendo os cálculos e as exatidões mais preciosos e apolíneos, contrabalançados pelos transbordamentos mais intensos e dionisiacos. (:5)

Lupton em seu estudo *Risk* (1999), também enfoca a questão do risco e subjetividade. Em um capítulo específico traz a idéia do risco relacionado ao prazer e o desejo como um componente da transgressão.

Breton em sua obra *Passions du Risque* (1991) aponta que o risco, mesmo imaginário, exerce uma fascinação sobre as pessoas na sociedade moderna. Aproxima o conceito de risco ao de prazer, de aventura e de poder. Dedicou em seu trabalho um capítulo sobre o risco na adolescência e o discute associado à delinqüência como uma escolha. Rodrigues (2000) se apropriando desse autor no que tange a delinqüência juvenil aponta:

...a delinqüência juvenil talvez possa ser vista sob esse prisma de **fascínio** pelo risco deliberadamente escolhido. Ela pode ser encarada como tentativas de **driblar** a morte, de **dançar** com ela, mesmo que metaforicamente ou em doses homeopáticas. Com freqüência, os jovens talvez busquem mais o contentamento produzidos pelos perigos, que consideram inerentes à transgressão, do que o proveito material dela derivado. Quem sabe, esta satisfação não poderia ser vista como uma forma de procura de vida, de intensidade de viver, de adrenalina como dizem. (:24)

Como podemos observar nas palavras em destaque, Breton e Rodrigues colocam o componente lúdico na experiência do risco mas, mais que isso evocam o sentido de aventura, tão próprio da juventude como seu elemento associado. Esse enfrentamento da vida e da morte, num grupo que cotidianamente coloca em xeque o sentido de sua existência, certamente se traduz numa sinonímia entre “tudo ou nada”, ou entre “vida dominada” ou “morte como liberdade”.

Bueno (2000) em sua obra *Prazeres e Riscos*, organiza uma série de textos sobre os prazeres advindos de atividades arriscadas. A crônica de Millor Fernandes, contida nesta obra, sobre os fumantes é uma defesa ao livre-arbítrio:

...os fumantes concordam até que fumo é um vício idiota. Mas persistem em fumar porque têm uma atividade ainda mais idiota – a da liberdade. Querem provar que nem só de pão, e de vida higiênica, e de saúde, vive o ser humano. Além, e através do fumo, o fumante aspira a gastar sua vida como bem entende. Arruinando conscientemente o seu corpo- um ato de loucura- o fumante ultrapassa a pura e simples animalidade da sobrevivência sem graça.

Essa imbricação entre o risco como perigo e o risco como prazer será um desafio para o capítulo seguinte onde analisarei as situações vivenciadas pelas jovens dentro dessas duas grandes categorias. Portanto, esse enfoque é central para minha discussão.

3.4 - Risco individual e social

Vários autores(Douglas & Wildavski (1982), Rhodes(1997), Castiel (1999), Deslandes & Mendonça (1998) apontam que a mais comum distinção estabelecida em abordagens de pesquisas sobre saúde e comportamento de risco está entre paradigmas que interpretam o individual e o social como unidades de análise. Em uma, comportamento de risco é conceitualizado como o produto de cognições, decisões e ações associadas individuais, e na outra, esse comportamento é pensado como sendo o produto de uma ação recíproca entre indivíduos, as ações de outros indivíduos, suas comunidades e ambientes sociais.

A tese central de *Risk and Culture* de Douglas & Wildavsky (1982) é a de que a percepção do risco é uma construção coletiva. Os indivíduos tenderiam a

fazer suas escolhas à luz de valores determinados pelas instituições às quais pertencem. Desde que um indivíduo não pode olhar em todas as direções ao mesmo tempo, a vida social demanda uma predisposição:

Quando olhamos de perto para a forma como os indivíduos fazem suas escolhas, nós veremos que eles optam por não estar a par de todos os perigos. A instituição na qual eles vivem colocam certos perigos em foco. Seu ambiente social seleciona e recorta o panorama para eles. (1982:72)

Segundo esses autores cada forma de vida social tem seu protótipo do risco. Temer o risco, junto com a confiança em enfrentá-lo tem alguma coisa a ver com o conhecimento e com a pessoa que somos. Valores comuns levam a medos comuns. Prosseguem afirmando que na percepção de risco, os seres humanos agem menos como indivíduos e mais como seres sociais, que internalizam pressões sociais e delegam seu processo de decisão às instituições às quais pertencem. Partindo deste marco teórico, Douglas & Wildavsk constróem uma tipologia de posições frente ao risco, baseada em dois tipos de organizações sociais: as coletividades hierárquicas e o individualismo. Partindo das características de cada um dos dois tipos, os autores descrevem como cada um se comporta frente as diferentes situações.

Segundo Dumont (1966), as sociedades hierárquicas estão organizadas de uma forma tal que cada uma de suas partes está orientada para o todo. Calcados nesta definição, Douglas & Wildavsky sustentam que a meta primordial de tais sociedades seria a sua manutenção, e o grande perigo a temer seria a sua própria desorganização. Este tipo de sociedade reafirma a cada momento a limitação das possibilidades do indivíduo enquanto tal, isto é, a glória de um membro não pode

ser distinta da honra coletiva; as responsabilidades são coletivizadas e os papéis anônimos; os problemas não são políticos, mas administrativos; a revolução é um fato indesejável, já que afetaria as tradições e desorganizaria o *status quo*; as novas idéias seriam mal vistas, pelo mesmo motivo. Os indivíduos assim se submeteriam a valores coletivos, às tradições e as regras, imersos na certeza de que os homens são mais sujeitos à falha que as instituições.

As coletividades hierárquicas incluiriam todas as grandes organizações caracterizadas pela hierarquia, como a igreja, as indústrias e as organizações políticas.

Já o individualismo é o apanágio da sociedade industrial, na qual o indivíduo é o centro do mundo social. Seu tipo ideal é o empresário em busca de maximizar suas oportunidades: o indivíduo clama pela autonomia e o faz tornando-a um valor universal. O individualismo reafirma a capacidade de cada um procurar o sucesso; ele não teme as incertezas, pois delas podem advir as oportunidades. Os autores prosseguem afirmando que o individualismo tomaria o **risco como uma questão intrínseca à sua vida: o risco é uma possibilidade de crescimento**. Já o comportamento hierárquico proscree os riscos individuais: é preciso se manter dentro da tradição, a qual até hoje fez as coisas correrem bem. O individualismo, ao contrário, enfatiza a ousadia e as mudanças.

No entanto, nenhum dos dois tipos de organização estaria preocupado com perigos a longo prazo, como as ameaças ao meio ambiente. Por esse motivo, Douglas et al. necessitaram propor um terceiro tipo de comportamento frente ao risco: o comportamento sectário. Este grupo tenderia a se opor ao restante da

sociedade, segundo mecanismos semelhantes ao de uma seita, militando contra ameaças não imediatas, como a poluição do planeta.

A concepção desta tipologia, portanto, se opõe fortemente à possibilidade de se chegar a um consenso sobre a análise de riscos.

Outro autor importante na discussão sobre os paradigmas individual e social é Rhodes (1997). Segundo ele, a maior parte dos estudos tem como propósito medir os determinantes individuais do comportamento de risco. Emprestado de uma combinação de tradições teóricas em psicologia e epidemiologia, a mira tem sido o mapeamento da extensão pela qual percepções individuais e conhecimentos de risco contribuem para sua evitação.

Segundo Rhodes, os paradigmas do social e do individual podem ser contemporaneamente vistos como paradigmas que competem na produção do conhecimento científico sobre risco. Se teorias devem considerar o risco como uma iniciativa socialmente interativa, onde o comportamento é baseado em constante atuação recíproca entre percepções de indivíduos e os caminhos pelos quais estes são organizados através do processo de interação social, então, segundo o autor, o que se faz necessário são teorias “socialmente situadas” sobre risco epidemiológico. Segundo ele:

Não só a epidemiologia moderna está mal equipada para alcançar a natureza situada das percepções e comportamentos de risco individual, mas também as teorias de risco social são normalmente mal equipadas para explicar as variações nos pensamentos e ações individuais em qualquer contexto dado. (Rhodes,1997:211)

O autor apresenta duas teorias: Racionalidade Situada e Teoria da Ação Social.

As **teorias de racionalidade situada** do comportamento de risco dizem que a racionalidade individual sobre risco é dependente de situações. Baseando-se em teorias cognitivas e comportamentais, enfatizam que podem existir diferentes percepções individuais de risco e comportamento. Enfatiza que as decisões não ocorrem num contexto vazio, por isso essas teorias conceitualizam o comportamento de risco individual como resultado das percepções de risco socialmente situadas. O reconhecimento que riscos epidemiologicamente definidos, por exemplo, o compartilhamento de seringas no contágio pelo HIV e hepatite, no contexto de outros riscos e perigos que os participantes consideram mais imediatos e importantes, como por exemplo a preocupação com a morte por *overdose*. Percepção de susceptibilidade e aceitabilidade do risco podem ser visto como uma função da perceptível proximidade do risco. Ainda, os riscos e custos perceptíveis de um sexo inseguro, por exemplo, não são mais importantes que os benefícios perceptíveis de aumento de prazer. Ainda assim, as teorias da racionalidade situada, trabalham com a noção da ação para a unidade da decisão individual.

As teorias da racionalidade situada enfatizam a pluralidade das racionalidades, contudo tendem a reduzir a ação para a unidade de **decisão individual**.

As **teorias de Ação Social** de Rodhes têm o intuito de fazer avanços em Teorias de Racionalidade Situada de dois modos. Primeiro, reconhecem que o comportamento de risco é o produto de interações sociais. Segundo, reconhecem

que percepções individuais e interações sociais são influenciadas por um contexto social e uma rede de normas. Do mesmo modo como a forma como usuários injetam a droga pode ser estruturado por normas grupais ou valores, percepções individuais de risco são mediadas por normas sociais sobre o que é o risco. Douglas, anota:

Se um grupo de indivíduos ignora alguns riscos manifestáveis, isto deve ser porque a sua rede social os encoraja para tal. As suas interações sociais presumivelmente têm um grande peso de codificação perceptiva sobre riscos (Douglas, 1986:66)

Tendo as relações sociais como unidade de análise tais teorias fazem, segundo Rhodes, consideráveis avanços em paradigmas individuais. O que é assumido ser um caso de escolha individual pela maioria das teorias comportamentais, é visto por teorias de ação social como uma ação recíproca de fatores sociais externos aos individuais.

Outros autores (Castiel, 1994;2000; Deslandes & Mendonça,1998; Mérchan, 1996) alertam para o hiato que pode ocorrer entre a medição dos riscos específicos e seu contexto sócio-cultural. Mérchan (1996) aponta que:

... na medida em que o *expert* se limite a medir riscos específicos e particulares dentro da esfera tecnocrática, que se restringe a munir o Estado com a informação necessária para execução e controle, a estreiteza do seu recorte implica, como foi dito, na disjunção do risco de seus contextos social e cultural e, ao mesmo tempo, na sua alienação de outros riscos recorrentes no cotidiano. (:105)

Nesta mesma linha Deslandes & Mendonça (1998) criticam a definição de risco centrada na “escolha individual”. Ressaltam que o “paradigma individual” é hegemônico na pesquisa e em campanhas de saúde sobre comportamentos de risco. A racionalidade individual é a unidade sobre a qual se construiu toda uma

trajetória de estudos e de orientação para a prevenção. Segundo esta lógica, o indivíduo devidamente informado será capaz de escolher, diante das muitas opções de ações, aquela que não lhe trará danos.

Castiel (1999), nesta mesma crítica ao paradigma individual traz uma discussão sobre risco e estilos de vida. Aponta que o gerenciamento dos riscos muitas vezes é apresentado pelos *experts* como algo ligado à esfera privada, de responsabilidade dos indivíduos, e posto em termos de escolhas comportamentais, enfaixadas sob a rubrica de estilos de vida. Levanta a seguinte questão:

Se são atribuídas às pessoas suas escolhas de estilo de vida, incluídos no “pacote” estão fatores e elementos considerados responsáveis por possibilidades de ocorrências danosas à saúde. Então, não é absurdo supor este subconjunto como o *estilo de risco*, como se de alguma forma as pessoas também “escolhessem” exposições a risco como forma de levar suas vidas...No entanto tais opções não devem ser vistas como fruto de disposições intencionais, racionais ou voluntárias. Cada um de nós é a resultante singularizada de complexas configurações, bioquímicas psicológicas, sócio culturais, em que o estabelecimento e as tentativas de reordenação da idéia de si mesmo são frágeis e dependem de contribuições genéticas, construções epigenéticas, biografia pessoal, estrutura psicológica inconsciente, elementos culturais e acasos. Portanto os “estilos de risco” são, a rigor, aspectos que muitas vezes participam e constituem os modos possíveis com que se lida com o mundo da vida real como ele se faz presente a cada um de nós. Claro que determinados “estilos” são perigosos”, seja para o próprio indivíduo, seja para os que o cercam. (:60)

Em relação a tudo que foi exposto fica uma indagação: Que participação tem o indivíduo na “escolha “ de viver arriscadamente? Será que não resta ao indivíduo nenhuma possibilidade de gerir a sua vida? Ou será que só ele é responsável pela escolha que pode lhe trazer conseqüências nefastas?

3.5 - Liberdade de escolha

A responsabilidade individual pelas escolhas é trabalhada por Sen (2000). O autor alerta que responsabilizar o outro pelo cuidado de seu interesse pode acarretar a perda de vários aspectos como motivação, envolvimento e autoconhecimento que a própria pessoa pode estar em posição única de possuir:

Qualquer afirmação de responsabilidade social que substitua a responsabilidade individual só pode ser, em graus variados, contraproducente. Não existe substituto para a responsabilidade individual. (:322)

Zaluar (1985) também fala a esse respeito ao mencionar as concepções dos trabalhadores e de pessoas envolvidas com a criminalidade a respeito do que levaria um jovem a optar pela vida de bandido traz a idéia do envolvimento no crime como opção:

Seja concebendo esta opção como “sina”, algo que “já está na pessoa”, drama pessoal ou um espaço de liberdade que resta aos sujeitos nestas condições de vida, ou seja, uma escolha pessoal, todos concordam que o que atrai nesta opção é a fama, poder e dinheiro fácil que ela traz. (:166)

Portanto, por mais restrito que seja o leque de possibilidades oferecidas ao indivíduo há sempre a possibilidade de escolha. Se tudo fosse exclusivamente socialmente determinado não encontraríamos, por exemplo, trajetórias de vida diferenciadas entre jovens inseridos no mesmo meio social como revelou o estudo de Assis (1999). Neste estudo foram comparadas as trajetórias de vida de jovens infratores e de seus irmãos não infratores e constatou-se que as características individuais dos jovens era um fator importante na determinação de suas escolhas.

À liberdade se opõe a determinação, princípio que se anuncia habitualmente da seguinte forma: as mesmas causas produzem os mesmos efeitos.

O homem é livre ou determinado? Na verdade, o que vamos discutir agora é que o homem é determinado e é livre. É necessário considerar esses dois pólos contraditórios de maneira dialética. O homem é realmente determinado, pois se encontra situado num tempo, num espaço e recebeu uma herança cultural. Mas o homem é também a consciência desse determinismo. Isso permite a ação transformadora que, a partir da consciência das causas, constrói um projeto de ação. Não se rompe o nexos causal, mas introduz-se uma outra causa – a consciência – que o transforma em ser atuante, e não simples efeito passivo.

O que é preciso observar na posição que pretende superar a antinomia determinismo-liberdade é que a discussão sobre liberdade não se faz no plano teórico, a partir do conceito de uma liberdade abstrata. Ao contrário, trata-se da liberdade da pessoa situada, pois o homem é um ser de relação, e a liberdade não é a ausência de obstáculos. Porém, só a consciência do determinismo não é suficiente, pois a liberdade só se torna verdadeira quando acarreta um poder, um domínio do homem sobre a natureza e sobre a sua própria natureza. A liberdade, como dita anteriormente, não é ausência de obstáculos, mas o desenvolvimento da capacidade de dominá-los e superá-los.

Segundo Sartre:

...o homem primeiramente existe, se descobre, surge no mundo; e que só depois se define. O homem, tal como concebe o existencialista, se não é definível, é porque primeiramente não é nada. Só depois será alguma coisa e tal como a si próprio se fizer. Assim, não há natureza humana, visto que não há Deus para a conceber. O homem é, não apenas como ele se concebe, mas como ele quer que seja, como ele se concebe depois da existência, como ele se deseja após este impulso para a existência; o homem não é mais que o que ele faz. Este é o primeiro princípio do existencialismo. (Sartre, 1987:216)

A liberdade humana em seus graus mais elevados, revela-se perfeitamente capaz de criar possibilidades, modificando e eliminando situações. **A liberdade humana é a vitória do homem sobre seu próprio determinismo.**

Portanto a diferença entre o homem e as coisas é que só o homem é livre. Sendo assim o homem é “condenado a ser livre” e dessa forma experimenta a angústia da escolha. Os valores não são dados ao homem, mas cabe a ele criá-los. Se o homem é livre, é conseqüentemente responsável por tudo aquilo que escolhe e faz. A liberdade só possui significado na ação, e na sua capacidade de impor modificação ao real.

Se toda liberdade humana é uma liberdade situada, poder-se-ia precisar que, sob o prisma sociológico, esta residirá, em particular, no ato de escolher entre situações dadas, e, no seio destas, entre os papéis sociais que se prestam a desempenhar, entre diferentes vocações, ocupações, compromissos assumidos.

As escolhas, portanto, são sempre feitas entre possíveis determinados, e quero defender neste ensaio que *“por mais reduzido que seja, o campo dos possíveis sempre existe...”* (Sartre,1987:153). Por menor que sejam as alternativas oferecidas a determinados grupos de pessoas, como o caso das

jovens infratoras, que em sua grande maioria conjugam três formas de preconceito: ser mulher, pobre e negra, acredito que a sua inserção no tráfico de drogas parte de uma escolha, de uma tentativa de mudança ao que seria determinado para sua vida: o trabalho em casa de família ou comércio. Repetindo assim o ciclo de vivência de suas mães e avós (Assis & Constantino, 2000)

Escorel (1999) lembra em seu estudo o que mesmo em situações limites há espaço para a autonomia do sujeito:

...vista como fruto de vulnerabilidades familiares, a população de rua não pode ser analisada sem se considerarem as características do sujeito, as suas possibilidades e formas de agir; não pode ser desconsiderada a sua autonomia, como se por ter nascido em determinada família economicamente vulnerável lhe coubesse um inexorável destino. No ato de ir morar nas ruas, há um elemento de deliberação individual que não pode ser confiscado na análise do fenômeno. (:131)

Analisar a inserção de jovens na criminalidade apenas pela carência econômica e pelas precárias condições de vida, deixaria descoberta a pergunta: porque tantos outros que vivenciam situações similares não se tornariam delinquentes? O estudo de Assis (1999) citado anteriormente revelou que o componente individual merece importância entre os fatores que levam à infração.

Assim, a noção de risco é bastante controversa compondo aspectos positivos e negativos. Seguindo Heidegger, o risco faz parte da condição humana, constituindo o processo de opção (portanto fazendo parte da dinâmica de subjetivação); e ao mesmo tempo, risco tem o sentido do perigo a ser evitado. Ambas as significações podem ser concomitantes nos momentos decisórios dando novos rumo à vida, ou reproduzindo o já vivenciado anteriormente, mas

sempre como opção (embora é preciso não esquecer, que esse processo de escolha se configura dentro de condições dadas).

A partir da definição do que é risco para as adolescentes, trabalharei nessa dissertação com esse conceito em dois blocos: **o risco representado pelas meninas como perigo e a opção do risco pelo prazer e aventura que proporciona.**

Aplicar as idéias sobre risco discutidas neste capítulo à realidade das adolescentes infratoras do Rio de Janeiro será uma tarefa desenvolvida a seguir.

CAPÍTULO 4

RISCO: PERIGO OU PRAZER?

As adolescentes como qualquer ser humano experimentam situações de risco no seu cotidiano, causadas pela influência de indicadores intrafamiliar e extrafamiliar.

Na fala das jovens identifiquei simultaneamente duas concepções: risco como perigo e risco pelo prazer.

Trabalharei dentro do bloco **risco como perigo**, os espaços onde essa visão foi representada pelas jovens com um peso maior: **família, escola e amigos**. **Risco como prazer** surgiu com maior ênfase nas situações de: **uso de drogas, de escolha e experiência com namorados e vivência na rua**.

A imbricação entre perigo e prazer é pontuada por teóricos como Rodrigues (2000) e Le Breton (1991), quando apontam que é a consciência e vivência do perigo que geram o prazer. Essa visão diferenciada do risco para a juventude e inclusive os pesquisadores é uma das dificuldades de sua comunicação com o mundo e com as propostas do setor saúde.

4.1 - Risco como perigo

As jovens narraram experiências e probabilidade de ocorrência de situações violentas como morte, seqüestro e estupro. Apresentam um repertório vasto de situações que viveram ou presenciaram, configurando sua experiência da realidade. Quando perguntadas quais são os riscos que uma menina corre na vida: *“Vários! De ser estuprada, de ser morta...vários riscos.”* Procuram justificar

essa ótica sobre os riscos que correm pela sua vivência, apontando que aprenderam com a vida a se defender dos perigos eminentes:

Porque a gente já somos um pouco vivida né, a gente sabe um pouco das maldades, já pensa logo nas maldades...eu que já vivi na rua só tenho maldade na cabeça, só penso maldade. (**grupo focal**)

Essa fala demonstra o quanto essas jovens abdicaram da ingenuidade e dos sonhos característicos da adolescência para desenvolver mecanismos de sobrevivência. Nesse sentido, uma história como a do roteiro de entrevista do grupo focal, onde uma jovem que foi convidada para ser modelo em um outro estado, é analisada pela jovem como “uma furada”, podendo resultar quase exclusivamente em morte, estupro, retirada de órgãos, recrutamento para tráfico ou prostituição. Para mim fica uma indagação: será que teríamos os mesmos desfechos para esse caso apresentado se o grupo fosse composto por outras jovens? Acredito que não. No entanto, para este grupo, as saídas para o caso estão muito próximas da realidade marcada por uma trajetória onde a violência é a regra e não a exceção.

4.1.1 - Família

Sudbrack (1996) identificou indicadores de risco no contexto familiar do adolescente: a violência doméstica, os padrões rígidos de disciplina e a falta de negociação com os adolescentes, o alcoolismo do pai, o desconhecimento das mudanças físicas e emocionais próprias à adolescência, a ausência dos pais pela jornada de trabalho, a falta de orientação e controle, a falta de consciência sobre a importância da escolarização e a pressão para o trabalho infantil.

As adolescentes entrevistadas se sentem em risco em sua própria família:

Eu acho que corre risco na família sim. Não tem assim pai, padrasto que estupra filha, irmão que estupra irmã...

Pai, padrasto que bate...

Madrasta...tem vários riscos.

Daí a menina vai pra onde, se ela for mal tratada, pra onde ela vai?

Eu por eu brigar com a minha madrasta dentro de casa, que eu sai de casa, e me envolvi na vida do tráfico. (grupo focal)

Quase todas reforçam a insegurança que sentem em relação ao núcleo familiar. Importante ressaltar a frequência com a qual o abuso sexual aparece nos relatos. O fato de ser mulher, segundo elas, as coloca em desvantagem em relação à probabilidade de ser vitimizada.

Eu acho que corre risco por exemplo, eu estou com rixa do meu irmão minha filha, eu fico alerta com ele. Que eu não sei que maldade ele pode ter comigo.

Às vezes nem é por maldade, é uma coisinha boba...

Tem pai que estupra filha, o que de repente eu não sei o que passa na cabeça do meu pai, ele pode querer me estuprar também...no final eu posso querer matar meu pai, nunca se sabe. Já apareceu filho matando pai, pai matando filho...

É essa coisa de pai, padrasto que abusa..

A mulher corre esse risco mais do que o homem. (grupo focal)

É importante ressaltar que essas jovens falam de família no impessoal, como se estivessem se referindo a outras famílias e não às suas. No entanto, fica claro que esse imaginário de família está relacionado a realidade que vivenciam. É esse o modelo de família que as meninas conhecem e projetam, o que pode ser conferido com os relatos de vida que a maioria transpõe para as entrevistas e para seus diários .

As meninas entrevistadas aprenderam ainda pequenas o significado de uma perda afetiva. A maioria delas teve seus pais separados antes dos cinco anos

de idade, o que impossibilitou, a várias, recordações identificatórias dos relacionamentos e dos papéis de gênero, que tanto significado tem para a vida social e afetiva.

Apenas uma adolescente ressaltou a presença constante da mãe nos primeiros anos de sua vida, período fundamental na formação do ser humano. Com orgulho falava que a mãe cuidava constantemente, aproveitando para trabalhar enquanto as crianças estavam na creche ou na escola, ou mesmo levando-as consigo para o trabalho.

Assim, a maioria das adolescentes entrevistadas morou com a mãe ou pai apenas durante alguns períodos de sua vida, tendo seus cuidados alternados de uma casa para outra, da família para amigos ou conhecidos e mesmo de casa para a rua.

Os motivos referidos pelas adolescentes para a pouca ou nenhuma convivência com seus pais são: a separação dos progenitores, a dificuldade econômica familiar, a necessidade de cuidar dos demais filhos, a difícil relação com o padrasto e madrasta, o envio para pais de criação ou parentes, a não aceitação do comportamento da mãe ou do pai, a fuga de casa, a vivência na rua e a escolha de morar com o namorado.

Nenhuma das doze jovens convivem atualmente com o pai.

Também nunca conviveram com a totalidade dos irmãos (em média quatro por família). Sendo deles separados precocemente pelos problemas de subsistência ou de separação ou perdas dos pais, cresceram espalhadas por vários núcleos familiares que mesclam irmãos oriundos das muitas tentativas de casamentos quase todas elas tentadas pela mãe, que geralmente e apesar de

tudo mantém os laços frágeis que ligam as vidas geradas ou acolhidas por ela. Todas as meninas têm irmãos menores que elas, o que implica na cobrança materna de ajudarem no seu cuidado, solicitação comumente rejeitada pelas adolescentes, o que se pode entender pela sua própria carência afetiva e interior..

Após a separação dos pais, as meninas costumam ficar com a mãe ou avós, especialmente do lado materno. O distanciamento do pai é progressivo. A morte do progenitor foi relatada por quatro adolescentes.

A dinâmica familiar acaba por resultar em jovens que passam boa parte de sua existência em vários núcleos relacionais que dificilmente respondem a seus anseios de relações primárias sólidas capazes de preservá-las dos riscos à que estão expostas por serem mulheres.

Morei alguns tempos com minha mãe. Aí morava, ficava um bom tempo longe dela. Ficava meses, quase anos sem ver. Aí depois eu voltava de novo, mas eu fiquei um bom tempo sem falar com a minha mãe. (Ana)

Estas mudanças familiares na vida dessas jovens freqüentemente se dão de forma abrupta, reforçando a ausência de estabilidade necessária ao seu crescimento e desenvolvimento.

A estabilidade nos cuidados durante a infância está relacionada à atenção constante, especialmente nas fases iniciais do desenvolvimento, por parte de pelo menos um provedor. Esse adulto deve propiciar continuidade de proteção e segurança na infância. O pior cenário para uma criança é aquele em que ela muda de provedor para provedor, ou é enviada para abrigos ou asilos. (Rutter, 1989)

Desta forma, a ruptura da estrutura familiar se torna um potente fator para compor o quadro de sofrimento em que vivem pela falta de “referências, de ordem e de continuidade para a criança seguir o seu roteiro em direção à vida adulta” (Farinatti e cols, 1993). Cria-se um problema não pela falta da estrutura em si, mas pela repercussão que tem na qualidade e estabilidade do afeto por parte dos seus provedores: o processo de identificação se dá de maneira a, muito cedo, tornar essas jovens responsáveis por si mesmas.

A **alternância de ambientes** pelos quais passam resulta, certamente, em sérios impactos para sua vida. O senso de estabilidade e de permanência na família são indicadores de proteção para a promoção da interação entre os membros familiares. O senso de estabilidade é identificado através da transmissão de um sentimento de segurança dos pais aos filhos, de que não haverá rupturas ou rompimentos nos relacionamentos mesmo diante de situações de estresse. A instabilidade, seria um importante indicador de risco para o desenvolvimento saudável (De Antoni, Medeiros & Koller, 1999).

Infelizmente para essas jovens, os laços parentais com a família ampliada também são frágeis. Poucas meninas mantêm uma relação positiva com os parentes maternos e paternos, especialmente, avó/avô, tios/tias, madrinha/padrinho, encontrando neles uma referência, a quem possam recorrer para serem compreendidas e protegidas nos momentos difíceis da vida. Assim o mais comum, em todos os sentidos é uma quebra na continuidade das relações significativas, quando o único apoio que conseguem lhes falha. Em consequência da falta de experiência e de um modelo identificatório, essas adolescentes têm pouco sucesso em estabelecer um padrão de relacionamento satisfatório com

outras pessoas que pudessem substituir o frágil ou inexistente vínculo familiar.
(Ribeiro e Ribeiro, 1995)

A **violência familiar** é uma constante na vida dessas jovens. Tanto a que se constrói na relação dos pais e entre eles e seus filhos.

A relação conjugal da maioria dos pais das adolescentes é narrada por elas como um processo de convivência entre brigas, discussões e agressões físicas. Apenas uma menina considera que seus pais se relacionavam bem, mesmo após a separação. A memória da relação conjugal projetada por elas traz sentimentos desagradáveis. As agressões são contadas como corriqueiras e naturais, corroborando o que se chama de “banalização da violência”, achado comum nas diferentes culturas e classes sociais, ao se tratar de violência intra-familiar.

Num primeiro momento de conversa com elas sobre as relações familiares, as jovens comentam sobre “discussõezinhas, uma vez ou outra, o que é normal de todo casal” ou sobre as “discussões de sempre”. A seguir, detêm-se nas brigas que envolvem agressões físicas, em que a mãe se torna a vítima principal, pela fragilidade e subalternidade com que se coloca na relação. O principal fator motivador das brigas, citado pelo grupo, é o ciúme da mãe pelo comportamento infiel do pai.

Eles brigavam toda hora, sempre tinha briga, porrada porque a minha mãe tinha ciúme do meu pai, porque ele não era fácil.
*Eles se dava bem só brigava lá por causa de mulher, que ele gostava de noitada sabe, e minha mãe ficava furiosa com ele. **(Elen)***

Anita comenta que ficava protegendo sua irmãzinha na hora em que a mãe e o padrasto se agrediam, batendo com a garrafa na cabeça do outro. Desistiu de tentar protegê-la, pois “quem ficava mal era eu mesma, depois eles dois se falavam”.

No caso de **Alba**, o grau de violência do segundo companheiro de sua mãe foi tão extremo, que quase ocasionou a morte de sua genitora. As lesões causadas à levaram à internação no CTI de um hospital.

Nenhuma jovem mencionou o diálogo como forma de administrar os conflitos familiares. O que demonstra que a violência é o canal de comunicação presente nessas famílias, naturalizada culturalmente e transmitida como uma “educação nas relações”.

Três meninas disseram ter recebido castigos, palmadas e pequenas agressões. Os castigos são: físicos, como ficar ajoelhada em caroço de milho; psicológicos, como passar determinado tempo lendo tudo que errou na prova; ou de restrição de liberdade, como ficar trancada no quarto e não poder sair de casa.

As demais nove jovens explicitaram que a agressão física foi a forma privilegiada de punição, escolhida pelos pais, padrastos, irmãos, avós ou madrastas para discipliná-las, como ilustra **Elen**. *“Meu pai um dia pegou o pé dele e botou atravessado no meu pescoço. Como se quisesse me matar”*. Outra jovem, **Olga**, sofreu tanta agressão que acabou saindo de casa para fugir da mesma violência que anteriormente expulsara sua mãe. Ela conta uma de suas terríveis experiências com a nova madrasta e o pai.

Ela me deu cabada de vassoura, quebrou a vassoura em cima de mim. Ele me batia que nem homem. Só me dava bicadão na minha cara. É isso que eu tenho revolta. Meu pai empurrou minha mãe, deu só na cara dela. Nós fomos pra cima dele, pra não bater na minha mãe. Foram os piores momentos da minha vida

Importante ressaltar que em meu estudo anterior (Assis & Constantino, 2000) onde foram entrevistadas 27 jovens envolvidas em diferentes tipos de delitos, foram nas entrevistas de meninas envolvidas com o tráfico de drogas que encontramos episódios de violência familiar mais severos. Podemos supor se esse dado facilitaria a inserção destas jovens nessa prática infracional e não em outra. Um dado comprovado é que as jovens que vivem nas ruas apresentam um grau extremo de violência intrafamiliar. Encontramos também esse dado entre as jovens envolvidas no o tráfico de drogas. Dentre os delitos é o que mais as expõem a cenas cruéis de violência próprias do cotidiano dessa atividade. Pode-se, portanto, tomar por hipótese que o fato de terem crescido em ambientes violentos as tornaria mais familiarizadas com as atrocidades praticadas nas relações entre traficantes e deles com a população que de alguma forma se envolve nos negócios de drogas.

Os motivos que comumente geram as situações de violência são: desrespeito às normas familiares, especialmente não chegar no horário marcado pelos pais; fuga de casa; falta à escola; recusa em ajudar nos serviços domésticos; namoros; uso de cigarro ou droga; ciúmes do padrasto em relação a mãe; ou mesmo atos banais como a adolescente comer uma fatia de salame, que era desejada pelo pai.

Em muitos casos as meninas parecem querer amenizar as agressões cometidas pelos genitores. Justificam as severas violências sofridas como sendo elas próprias as causadoras dos atos violentos. Além disso, muitas dizem não doer a violência física praticada por eles, como se os pais tivessem o direito de praticar tal ato: *“me batia de borracha. Aquelas borrachas de pneu... Não chegava a me machucar. Ficava aquelas marcas, depois sumia”*. (Elisabete)

A violência familiar perpassa gerações como foi identificado no estudo anteriormente citado (Assis & Constantino, 2000). As mães das adolescentes vivenciaram agressões similares às que suas filhas hoje sofrem. O que demonstra que as mães educam suas filhas com a mesma linguagem em que foram educadas. Sem diálogo, a violência se torna regra e é preciso que o ciclo seja quebrado para que os filhos dessas meninas estejam livres dessa saga amaldiçoada.

A **vitimização emocional** é outro fator crucial para se compreender o encaminhamento das jovens para o universo infracional. Costuma ocorrer acompanhada do abandono, mas tem dinâmica própria. Embora todo ser humano seja suscetível a vivenciá-la, as mulheres se encontram em posição de grande vulnerabilidade. Como afirma Garbarino *“rapazes externalizam seu comportamento através da agressão, garotas são ensinadas a falar sobre o que sentem. Rapazes são ensinados a punir outras pessoas, enquanto garotas são ensinadas a manter suas dores dentro de si”*. (Garbarino, 1999: 52) Certamente, o custo dessa internalização é elevado.

Uma das formas mais comuns de abuso emocional é a rejeição. A rejeição da criança pelo adulto ocorre quando este, consciente ou inconscientemente, se recusa a reconhecer a importância da criança e a legitimidade das suas necessidades. Frequentemente, não é percebida por quem a pratica, que se respalda em várias racionalizações que justificam as atitudes para com a criança ou adolescente vítima. A forma como a criança percebe e significa uma vivência de rejeição é responsável pelas conseqüências.

A rejeição é considerada um “câncer psicológico”, pois vai se desenvolvendo paulatinamente e interferindo no desenvolvimento da auto-estima da criança, na sua competência social e na sua capacidade de estabelecer relacionamentos interpessoais íntimos, positivos e saudáveis. Crianças que sobrevivem a severa rejeição na infância podem sofrer de retardo emocional, onde o embotamento afetivo dificulta a relação entre indivíduos adultos. (Garbarino, 1999)

Um estudo antropológico sobre rejeição (Rohner, apud Garbarino, 1999), realizado em mais de uma centena de culturas, mostra que embora cada uma delas tenha uma forma particular de expressá-la, em todas, as crianças rejeitadas têm maior risco de problemas psicológicos que vão desde a baixa auto-estima, problemas no desenvolvimento moral e dificuldades em lidar com a agressividade e a sexualidade.

As formas de abuso emocional costumam se associar a outras em que o adulto: isola a criança, separando-a de experiências sociais normais, impedindo-a de fazer amizades e afastando de todos; aterroriza-a, agredindo-a verbalmente, criando um clima de medo, ameaçando-a e amedrontando-a; ignora-a, privando-a

de estimulação essencial e reação, reprimindo o seu desenvolvimento emocional e intelectual; corrompe-a, conduzindo negativamente sua socialização, estimulando-a a se engajar em comportamento anti-social destrutivo, reforçando este desvio e tornando a criança inadequada para a experiência normal (Garbarino e cols., 1986).

Segundo De Antoni (2000), as agressões psicológicas prejudicam a estabilidade do microssistema familiar, pois incrementam os sentimentos de rejeição de menos valia nos seus membros e evidenciam a falta de compreensão e de união neste contexto.

No caso dos processos de rejeição, a preferência materna por algum filho agrava ainda mais o convívio entre irmãos, já deteriorado pela pouca intimidade existente entre eles, sobretudo quando cresceram em diferentes núcleos familiares.

Eu sou a caçula e não quero outro irmão depois de mim, não. Já chega meus irmãos antes de mim, que é uma guerra danada por causa de ciúmes. Eu acho que a minha mãe dá mais atenção a eles do que pra mim. (Ilda)

A situação se complica ainda mais quando a adolescente já tem seu filho e esse é criado pela sua mãe, aparecendo como uma nova pessoa a dividir o afeto materno. Ilda continua a falar de seus ciúmes: "ainda tem o neto. Agora tudo é o neto!".

Os ciúmes entre irmãos são difíceis de serem trabalhados pelas mães dessas jovens. Por um lado, são poucos os recursos econômicos para serem distribuídos entre tantos filhos. Por outro lado, dificuldades emocionais delas

próprias também contribuem para as complicadas relações que mantêm com os filhos. O núcleo familiar produz uma sinergia que se expressa nas carências de afeto, dificuldades de comunicação e reprodução do isolamento emocional em que cada um e o conjunto vivem.

Uma das **conseqüências do abandono e do abuso emocional** que muitas das mulheres entrevistadas expressam em suas vidas é a sensação de estranhamento, ao se reencontrarem, já na adolescência da filha. A distância que foi estabelecida entre elas as assusta quando são obrigadas a conviverem, pela primeira vez, juntas. **Ana** registra em seu diário a dificuldade de manifestar sentimentos em relação à mãe:

*Queria poder dizer para minha mãe as coisas que nunca tive coragem de dizer quando estava em casa. Queria dizer para ela que não existe nada mais importante na minha vida do que ela, dizer que a experiência que tô tendo tá me ensinando a viver.
Meu coração está sofrendo, porque minha mãe está me abandonando no momento que eu mais preciso dela. Cada dia que passa a dor da solidão me machuca mais.*

Ana foi abandonada pela mãe ficando com a avó materna que a criou até os 5 anos de idade, quando faleceu. Foi então viver com uma tia, muito rígida, que não a deixava sair de casa. Neste ínterim, sua mãe a visitava pouco. Passou ainda um tempo com o padrasto que a criou e registrou, a quem considera seu pai. Sua opinião sobre a supervisão materna durante os anos de seu crescimento demonstra o distanciamento entre ambas.

*Minha mãe sumia assim, um ano, e aparecia de vez em quando. Aí trazia aquele mundareu de presente, minha mãe sempre foi destrambelhada.
Ela não servia pra ter filho não, achava que filho era só pra ver. Ela via oi, tudo bem? Sumia e nem ligava.*

Ana tem uma visão muito crítica e dura de sua mãe, Tânia. Considera-a mais maluca que ela própria. Critica o comportamento materno, por envolvimento com prostituição de luxo em Copacabana. A incapacidade de diálogo é uma queixa freqüente. “Minha mãe é legal. A gente nunca teve contato uma com a outra. Eu não tenho coragem de chegar pra minha mãe e dizer o que eu sinto, e ela também não tem coragem de chegar pra mim e dizer o que ela sente. A gente nunca conversa”.

De Antoni (2000) confirma o que aqui já foi dito, que a falta de confiança entre os familiares revela que as relações são frágeis, principalmente a relação entre mãe e filha. Não há conhecimento mútuo, não há compartilhamento de problemas, dúvidas e desejos. Para Steinberg (1996), a falta de comunicação é um indicador de risco para o desenvolvimento saudável da adolescente, pois impede que a família estimule o desenvolvimento da auto-estima do filho e de estratégias eficazes na resolução de problemas. A falta de confiança e de diálogo no lar ou nos vários lares dessas meninas impossibilita que as mesmas disponham de recursos suficientes para enfrentar as dificuldades, tornando-as assim, ainda mais vulneráveis.

Vivendo juntas, os episódios de agressão física e verbal se tornaram constantes entre as duas e o atrito maior decorreu exatamente da semelhança de caráter de ambas: apresentam enorme necessidade de independência e nenhuma tolerância, uma vez que a socialização pela violência foi a prática adotada na relação. Tânia comenta no prontuário institucional ter obrigado Ana a engolir muitos cigarros, quando a viu fumando pela primeira vez, e os esfregou em sua cara. Ana tomou exatamente a mesma atitude quando viu o irmão fumando

maconha, hábito que ela própria tinha. Ela o fez engolir tudo e quebrou a boca dele. Também ameaçou o irmão de queimar sua mão, tal qual a avó fazia com sua mãe.

A adolescente tem mais de uma internação, tendo sido apreendida vendendo “baseado” na praia de Copacabana. Já teve vários empregos de babá, arranjos pela mãe. Num deles, sofreu assédio sexual e agressão física do dono da casa.

Desistindo de trabalhar, Ana voltou para casa onde as agressões entre mãe e filha continuaram, a ponto de numa noite, quando Ana estava em semiliberdade em casa, ter quebrado todo o apartamento sob o efeito de drogas. Tânia levou a filha de volta para a instituição, onde teve sua medida agravada. Pouco tempo depois, essa mesma mãe ocupava outro apartamento muito bem equipado em Copacabana, onde recebeu a pesquisadora para dar a entrevista. Reafirma sustentar-se com trabalho em seguradora e através do namorado suíço que a ajuda. Divide o apartamento com mais duas amigas, argumentando não querer receber mais a filha neste local quando sair do educandário para onde a enviou.

Pouco visitou a menina na instituição durante todo o período de internação. A relação se deteriorou mais depois do episódio da destruição do apartamento, quando Ana a chamou de “vagabunda e vários outros nomes”. O desabafo dessa menina mulher está registrado em várias páginas do seu diário, em que sonha com uma mãe como era sua avó. Essa sim, lhe dera carinho e a criara quando pequenina, até que a morte a levou, deixando para trás mais uma experiência de abandono. Continua a sonhar com uma mãe que seja presente em sua vida:

“completei quinze anos aqui. Esse dia foi o pior dia da infância. Esperava ansiosa a chegada da minha mãe, mas ela não compareceu”.

Nenhuma das jovens entrevistadas que cresceram sem a mãe por perto conseguiu superar o estranhamento causado pela convivência com a genitora, quando iniciada apenas na adolescência. O distanciamento, os diferentes hábitos, costumes e valores trouxeram seqüelas difíceis de serem superadas, especialmente no plano afetivo. Úrsula expressa esse sentimento: *“ela vem me dar um beijo, eu sinto vergonha. Não tenho mais aquele carinho assim. É muito difícil eu abraçar ela. Não sei, eu não me apego”.*

Várias delas ao não se adaptarem ao convívio com a mãe, optaram pela rua, por morar com novos parceiros ou mesmo construir o próprio lar, sozinhas. Apesar disto, há sempre povoando seus sonhos uma mãe presente, seja pela sua negação ou nas promessas de construção do futuro.

Com grande frequência é a adolescente em conflito com a lei que assume a responsabilidade pelo fracasso da relação mãe-filha. Mesmo existindo muita crítica em relação à ela, a culpa impera na vida dessas garotas por causa do sofrimento que sua vida infracional tem levado à família. **Ana** fala de seu sentimento:

Acho que a culpa é minha mesmo, mas minha mãe também tem culpa, se ela não fosse assim, se ela fosse uma mãe normal eu não estaria na vida.

4.1.1.1 - Abuso sexual

A experiência de abuso sexual em geral aconteceu muito cedo na vida das jovens cuja experiência aqui é narrada. Sete entre as 12 entrevistadas sofreram estupro e três vivenciaram episódios de assédio sexual, todas com menos de 15 anos.

São várias as conseqüências desses fatos. Distúrbios psicosexuais são alguns dos mais relatados como resultantes dessa violência, especialmente a incapacidade de atingir o orgasmo, o desprazer ou a aversão sexual, a redução de desejo sexual e a dispareunia (dor ou incômodo da penetração), a depressão, as condutas auto-mutiladoras e auto-aniquiladoras, a baixa auto-estima e a tendência suicida. (Farinatti e cols., 1993; Charan, 1997)

Juhu e Gazan, *apud* Azevedo (1989) indicam ainda problemas nas relações interpessoais. As interferências decorrentes do abuso podem se dar em três níveis: recusa de estabelecer relacionamento com homens (medo da intimidade); dificuldade em manter parceiros, tendo apenas relações transitórias; e a tendência a supersexualizar relações com os parceiros.

Nesta linha de pensamento, Gomes (1994) lembra da prostituição como outra possível conseqüência, fruto do rótulo decorrente da perda da virgindade. Grundlach (*apud* Charan, 1997) indica como provável resultado a homossexualidade feminina, devido à recusa da vítima em se aproximar de homens, social ou sexualmente.

Quando o agressor sexual é uma pessoa da família, o problema criado para a menina é muito grave, porque atinge-a no seu núcleo fundamental de proteção, de confiança, de afeto e de relação de dependência. No caso do incesto pai e

filha, Farinatti e cols. observam que *“é uma história de paixão e de violência, onde não há lugar para a ternura e as solitudes reais, mas sim para a fusão dos corpos e a difusão dos papéis familiares. As gerações não existem, todos são contemporâneos”*. (Farinatti e cols., 1993: 98) É visto como um segredo, às vezes carregado pela vida toda como uma *“marca de culpa e pecado”*. (Eisenstein e Souza, 1993) Farinatti e cols. (1993) apontam como provável consequência do incesto, as relações sexuais precoces fora de casa e a saída do lar.

O abuso sexual surgiu várias vezes nos grupos focais. Ao nos referirmos aos riscos que uma menina corre na vida, o estupro aparece freqüentemente. As jovens se sentem ameaçadas em suas próprias famílias. Infelizmente esse evento faz parte da realidade de muitas jovens como pode ser constatado nas entrevistas individuais.

Três jovens passaram por este tipo de problema. **Elen** é uma delas. Sua história foi apresentada anteriormente, onde se viram os recorrentes abandonos que sofreu por parte da mãe. Pouco se recorda do abuso de que foi vítima e sobre isso nada consta no seu relatório. O fato não chegou ao conhecimento da equipe técnica da instituição. O abuso ocorreu entre o período em que veio morar com sua mãe, por volta dos dez anos de idade e as suas várias tentativas de moradia com pais, tios, internato, rua e abrigo. Essa menina ficou pouco tempo em casa de sua mãe e padrasto. A dificuldade em falar sobre o tema foi flagrante. Um longo silêncio precedeu a narrativa. A primeira justificativa de Elen foi dizer que sua mãe não tinha conhecimento de que seu padrasto a havia molestado. Descreveu assim o ocorrido.

Eu estava deitada, isso eram três horas da tarde e meu irmão de seis anos que viu. Aí eu falei com a minha mãe. Ela começou a falar com ele. O meu irmão falou que ele estava deitado em cima de mim. Quando acordei o meu irmão falou isso pra mim. Mas eu estava dormindo.

Elen foi então indagada se havia sentido alguma coisa e responde imediatamente que não. Mas logo complementa: *“mas eu fiquei com nojo dele. Acho que eu vi e quis esquecer mesmo. Mas eu não lembro. Eu lembro às vezes do peso dele. Eu não gosto de ninguém em cima de mim mais. Fiquei traumatizada, eu acho”*.

Um dos impactos que essa experiência causou em Elen, com apenas treze anos de idade, é a dificuldade em manter relações sexuais. Comentando sobre as experiências sexuais que mantinha com outras garotas internadas na instituição, diz *“tinha vezes que eu nem sentia prazer. Mas com meu namorado eu também não sinto muito por causa daquela coisa do meu padrasto. Eu fiquei meio assim com homem”*.

A mãe de Elen se omitiu de atuar em defesa da filha. Fingiu não existir o problema e procurou afastar a jovem do meio familiar. Conseguiu, assim, manter o padrasto abusador em sua posição habitual de provedor financeiro e moral da família. Toda essa reação se deu de forma tão sigilosa e perversa, que levou a adolescente a se culpar por todas as mazelas familiares, e, principalmente, por todos os sofrimentos de sua mãe. A dominação masculina está tão internalizada como natural, que as meninas nem ao menos se questionam, ou às suas mães, a legitimidade ou ilegalidade das ações desses homens e sobre a escolha feita por elas. Assis & Constantino (2000) encontraram em seu estudo outras jovens

abusadas sexualmente por familiares e que apresentou o mesmo desfecho. As pesquisadoras encontraram ainda mães que sofreram o mesmo tipo de abuso em suas famílias de origem. Em ambos os casos, o silêncio é a regra. Um exemplo encontrado no estudo é o Nívea, mãe de Alba.

Nívea era obrigada a praticar sexo oral com dois tios durante toda a adolescência. Quando se casou, essa prática continuou com o marido, o que lhe despertava muito nojo. A repulsa dessa mãe à atividade sexual a leva a compreender a opção homossexual de sua filha Alba e a entender “*porque ela não gosta de sexo*”. As conseqüências do abuso a longo prazo ficam evidentes, se não em sua vida, na da própria filha.

Outra que sofria agressão física e sexual constantemente do marido, era Rosália, situação que deixou profundas marcas na filha **Ingrid**. “*A minha mãe já não queria mais se deitar com ele porque sabia dos casos dele. Ele ameaçava com arma e tudo, obrigando ela a transar com ele. A minha mãe corria pro nosso quarto. Ele vinha e puxava minha mãe pelos cabelos*”.

Seja a agressão sexual sofrida na infância ou na vida adulta, o sofrimento evidenciado por essas mulheres continua afetando a capacidade relacional com homens e com os filhos. O sigilo não acaba com o sofrimento dessas mulheres, pelo contrário, exacerba as experiências, tornando-as um acervo familiar intocado, evidenciado especialmente no trato com as filhas mulheres, prováveis e potenciais vítimas da mesma agressão.

Cinco adolescentes contaram episódios de abuso sexual provocados por pessoas de fora da família, com as quais não mantinham relacionamento. A história de **Odete** é muito distinta das demais. Foi morar com um homem idoso por

vários meses, aos onze anos de idade, sua primeira fuga de casa. Esse homem utilizava Odete para fazer sexo oral e anal e para a mendicância. Dava-lhe muitos presentes. Após ser descoberto onde viviam, Odete voltou para casa, mas, segundo a mãe, continuava a procurá-lo porque *“estava viciada nele”*. Odete ganha dinheiro com drogas e com prostituição. Sobre o assunto, comentou apenas *“eu já morei com um coroa que eu fazia essas coisas [sexo oral], eu tinha onze anos. Mas não gosto de falar nisso não”*.

Ana foi assediada sexualmente pelo patrão da casa onde era babá, sofrendo uma surra ao deixar a casa.

Alba foi raptada aos seis anos de idade, quando estava ajudando seu pai, na feira. Um homem a chamou para dar *“não sei o quê”* e a levou para o mato. Ela ficou quase uma semana desaparecida. Reage assim ao fato: *“eu não me lembro direito [se houve abuso sexual], eu só sei que quando eu penso nisso eu sinto nojo. Será que ele fez alguma coisa e eu não me lembro? Só me lembro dele me batendo e falava umas coisas que eu nunca mais ia ver minha família e eu chorava muito, muito. Fiquei um bom tempo com nojo de sexo depois do que aconteceu. A mãe de Alba comenta que o comportamento da filha mudou após o episódio: “ela mudou de comportamento, pediu depois de um tempo para raspar a cabeça dela, só queria se vestir de roupa de homem, andar no meio de menino. Até que ela falou para mim que queria namorar com uma mulher, mas eu já tinha percebido que ela tinha virado sapatão. O que eu podia fazer?”*

Elisabete é outra vítima que não comentou nada na entrevista sobre o abuso que sofrera, mas o fato encontra-se no seu prontuário e foi comentado pela mãe. Tinha sete anos de idade e apenas contou a história para a mãe aos 9 anos

de idade. A mãe narra sua versão do fato: Elisabete chegava perto dela, chorando, dizendo que estava machucada. Mas não falava como se feriu. A mãe ficava toda preocupada pois *“ela era muito nova para estar sangrando”*. O tempo se passou e a menina começou a ter problemas na escola. Anos depois Elisabete contou que um rapaz a chamou dizendo que ia dar doce e presentes. Colocou-a na garupa da bicicleta, levou-a para a casa dele e deu-lhe remédio. Disse não se lembrar do ocorrido. A mãe mudou-se do bairro sem saber quem era o agressor, apenas descoberto muitos anos depois, por reiterados estupros de crianças.

Úrsula sofreu abuso por parte de um gerente do tráfico, com o qual trabalhava, já na adolescência. No dia seguinte ele lhe pediu desculpas. Sobre o assunto comenta: *“relação com homem sempre você sente alguma dor, com mulher não”*, referindo-se as relações sexuais que vem estabelecendo com meninas da instituição.

O relato dessas experiências violentas mostram o quanto a idéia do direito masculino ao corpo da mulher continua arraigado, gerando e alimentando a dificuldade em mencionar o assunto. O silêncio contribui para manter a impunidade. Por outro lado, os maus momentos vividos acarretam conflitos nas relações sexuais posteriores. A expressão mais direta e facilmente observável é o nojo, o medo de novos intercursos e, leva a comparações propiciadas pela relação sexual com mulheres no espaço institucional. Mas os resultados da violência afetam toda a história de vida dessas meninas. No estudo de Assis(1999) com adolescentes infratores do sexo masculino, não encontrei nenhum tipo de referência a essa prática. Apesar do abuso sexual ser uma ameaça para todas as mulheres, a frequência com que ocorreram na vida dessas jovens é extremamente

maior do que na população em geral. A alta frequência pode estar ainda subestimada pela dificuldade que todas sentem ao falar sobre o assunto. Dessa forma, podemos pensar que a vitimização por abuso sexual e estupro é um dos fatores de risco para a delinqüência feminina.

4.1.2 - Amigos

Silveira (1999) assinala que a influência de amigos ligados à infração, juntamente com os conflitos familiares e uso de drogas como os principais indicadores de risco para a mudança de comportamento da jovem.

O grupo de amigos tem uma representação ambígua para as adolescentes: ora são modelos a serem seguidos e não merecem nenhum tipo de crítica, ora são completamente hostilizados e considerados “traidores”.

É na convivência com os amigos que encontram o apoio e a solidariedade que lhes foram negados na convivência do lar. O grupo de iguais torna-se o substituto afetivo de uma família que, no seu entendimento, negou-lhe o apoio de que necessitava. Mas, é também com o grupo que, por identificação opta por se inserir no mundo das drogas e dos atos infracionais.

A influência de amigos sobre um adolescente tem sido bastante ressaltada pelas teorias sobre delinqüência juvenil. É no grupo que muitas jovens encontram incentivo e apoio para a saída do lar e passam, em conjunto, a praticarem atos infracionais. É o caso de **Ivete** que saiu de casa aos 12 anos de idade para morar com uma colega em outra comunidade, passando, a partir de então, a se envolver com o tráfico local. A jovem, quando ainda criança, fugia freqüentemente para driblar o controle familiar: *“eu queria andar com as minhas colegas, eles não*

deixavam, e eu fugia mesmo.” Assis (1999) em seu estudo sobre adolescentes infratores do sexo masculino, reconhece o lugar especialmente importante do grupo de amigos, exercendo influência sobre os adolescentes infratores do sexo masculino.

Os grupos de amigos citados pela maioria dos jovens infratores integram o mundo infracional - não necessariamente da própria comunidade em que vive o adolescente. Poucos infratores conseguem manter amigos sem qualquer envolvimento com a vida infracional e participantes de experiências de vida em comunidade. Percebe-se que, à medida que o jovem vai se envolvendo em atos infracionais, seu universo de amigos passa a ser mais restrito (Assis, 1999: 75).

Entre as meninas, nota-se que a força do grupo se exerce com maior intensidade nos momentos em que os conflitos familiares se exacerbam. Em geral, a adolescente necessita de apoio dos colegas para sair do espaço doméstico, diferente do caso dos menino, que sempre conviveram com os companheiros na rua.

Elen, de apenas 13 anos, descreve com riqueza de detalhes o que precisava fazer para se livrar dos severos castigos da mãe: *“uma vez ela me botou uma corrente no meu pé, amarrou na cama, já me trancou dentro de casa e eu sai por um buraco lá em cima...eu não consigo ficar sozinha, eu gosto de ficar conversando com os outros na rua...”*. A jovem se vangloria das amizades que fez no tráfico em sua comunidade: *“...ficava na rua o tempo todo e falava que ia para a escola. Aí eu ficava na boca com os caras, todo mundo me conhece desde criança, desde pequena nesse meio, aí depois eu comecei a usar droga, fumar, cheirar, cheirar cola...”*

As meninas desenvolvem amizades para ir a bailes ou passear na comunidade, mas o destaque que dão às amigas e amigos é reduzido, se comparado ao percebido entre os rapazes infratores, que muito falam dos companheiros do mundo infracional. (Assis, 1999) Uma possível explicação é que quando estabelecem relações amorosas com os parceiros as amizades ficam em segundo plano em suas vidas.

Assim, ao mesmo tempo que os amigos são importantes referenciais, as adolescentes, no grupo de discussão, verbalizaram se sentirem ameaçadas por eles. Outro dado importante se refere ao fato de trazerem nas falas uma discussão negativa de gênero: não consideram as mulheres confiáveis, preferindo a companhia de homens. Segundo elas, as meninas seriam fofqueiras e os meninos mais sinceros. A dificuldade de relacionamento entre elas foi constatada na minha permanência no Educandário onde os conflitos são constantes e as amizades fluidas. Como tive experiência em instituições de meninas e meninos, pude perceber que as brigas acontecem com muito mais frequência entre as meninas. E os grupos formados entre os meninos são muito mais constantes.

Eu acho que no grupo de amigos a gente corre risco. Porque quando a gente pensa que é amigo mesmo...a gente pensa que é amigo e não é. Quer ver nosso mal, fica com raiva da gente, quer ter amizade, se aproximar pra fazer uma maldade...

Eu acho que na verdade amigo não existe, amigo eu acho que é só a minha mãe. Eu tenho colega, que é pra poder botar as conversas e as fofocas em dia...

Eu acho que corre maior falsidade, maior despeito.

Não tem mais nada que isso além de falsidade. Agora mesmo nós tamos aqui, não tô falando de nós, tá uma falando com a outra, daqui a pouco ela vê um grupinho vai lá para aquele grupinho fazer fofoca, é uma mandando recado pra outra, você fala alguma coisa aqui, pode ter certeza que vai fofocar pra outra...falam ao mesmo tempo.

É melhor andar sozinha do que mal acompanhada.

E - Vocês concordam com isso?

(Todas concordam)

Aqui eu ando mais sozinha, mas na rua eu só ando com homem.

É que com homem não rola falsidade. (concordam)

Homem joga limpo. (Grupo Focal)

Chama atenção o fato de que, apesar de terem tantas experiências negativas com a figura masculina, principalmente decorrente da violência sexual sofrida, as jovens dizem preferir a companhia masculina, que poderia representar um maior risco à de outras meninas.

A falta de confiança entre as meninas as torna ainda mais vulnerável, pois a tentativa de muitas em encontrar nas amigas o apoio que não tiveram na família escorre pelos dedos. É que suas necessidades e carências são muito profundas e por isso, a jovem segue sozinha a sua trajetória.

4.1.3 - Escola

Guimarães (1998) em seu estudo *Escola, Galera e Narcotráfico* trata das diferentes formas de conexão da escola pública com a violência. O foco de sua análise recai sobre o envolvimento da instituição com três fenômenos distintos: o narcotráfico, as “galeras” e os movimentos juvenis. A proximidade da escola com o tráfico de drogas e o envolvimento de alunos com essa atividade, seja diretamente ou pelos namoros das jovens com traficantes, são alguns dos motivos das expressões de violência que ali ocorrem nas relações interpessoais e institucionais.

A visão de escola para as jovens entrevistadas está basicamente associada à violência e ao uso de drogas. Sem nenhum atrativo e apelo vivencial para elas, a escola é representada pelas meninas como um local propício para uso e tráfico de drogas. Chamam atenção os episódios violentos, inclusive fatais, relatados pelas adolescentes. Por alguns momentos fica difícil reconhecer o ambiente descrito como um estabelecimento de ensino, sua descrição estando mais próxima a de um campo de guerra.

*Na escola, a escola é o lugar onde tem mais risco, mais droga!
Antigamente existia, só que era mais encubada, agora tá tudo mais à
moda...
Antigamente tinha só que era mais fechado, ninguém sabia, agora não...
Criança de 7, 8 anos tudo com baseado na mão fumando assim na frente
de todo mundo...
Ainda mais quem estuda de noite, **que de noite é o bom. De noite que
é melhor. Tem mais facilidade.**
...tem estudante, aluno que estuda com você, dentro da mochila você
não sabe o que tem dentro da mochila, pode ter uma arma, te matar...
Eu estudei também e já vi né, porque tem gente que faz parte da vida do
crime e estuda também, é raro mas tem...aí já puxa uma arma, já entra
na escola...
Eu já vi gente morrendo na porta da escola, próprio aluno matando outro
aluno...
Eu já vi gente morrendo na quadra da escola.
Lá onde eu estudava, um moleque brigou com um outro moleque, no
outro dia o moleque levou arma e matou o moleque na sala de aula. Não
teve nem como a professora fazer nada.
Eu já fui numa escola que teve um seqüestro, que os vagabundos
invadiram a escola em pleno dia, pegou 5 garotas e levou para favela pra
fazer não sei nem o quê com a garota, a escola chega até fechou, porque
elas estavam tipo assim vendendo droga clandestina na escola, e a boca
de fumo era do lado da escola, e tava atrapalhando a boca de fumo
deles. O viciado achava melhor ir dichavado⁶ na escola do que ir na boca
de fumo direto. Aí pegaram e foi de vala⁷ com certeza.
(grupo focal)*

Importante apontar que o que é *bom* na fala da jovem é a “maior liberdade” do turno noturno. Nada de positivo é trazido em relação ao espaço escolar, as recordações que dele portam são a bagunça, as brigas ou os motivos de sua expulsão.

Quando uma das entrevistadas se refere ao fato de alguns jovens inseridos na criminalidade ainda estarem estudando: “*é raro mas tem*”, na verdade falam sobre sua percepção de incompatibilidade da vida infracional com a vida escolar ou da possibilidade de levar a prática infracional para a escola.

⁶ dichavado: despercebido

⁷ foi de vala: foi assassinado

A grande maioria das meninas não frequenta mais a escola formal. Algumas delas se afastaram antes do envolvimento em delitos, outras encontraram na escola, amigos influentes para sua iniciação na delinquência.

Nos exemplos dados pelas adolescentes percebemos que a vivência escolar dessas meninas difere da população jovem em geral. Não quero com isso dizer que a droga e a violência não estejam presente nas escolas, mas a experiência e os eventos como os narrados pelas meninas não fazem parte do cotidiano de todos os jovens, mesmo os de baixa renda que não estão envolvidos em episódios de ilegalidade. É doloroso constatar que a principal instituição socializadora da sociedade (depois da família) apenas deixou nessas meninas uma linguagem primitiva expressa pela rejeição e pela violência.

4.2 – Risco pelo prazer

Essa concepção de risco é defendida por muitos teóricos(Duclos, 1986; Le Breton,1991; Rodrigues,2000; Spink,2000).

Seu sentido aparece na fala das meninas entrevistadas quando se referem a sua **entrada no mundo das drogas, na escolha dos namorados e vivência na rua e no tráfico de drogas**. A percepção sobre o risco no tráfico de drogas, por sua importância, será trabalhada em capítulo a parte.

O risco dá sentido a sua vida, associado ao prazer e à aventura. Aparece sempre relacionado a necessidade de *“viver cada dia como se fosse o último”*.

... tudo que é mais perigoso, é melhor...tem mais emoção de fazer as coisas Tudo que é escondido é melhor, tudo que é perigoso é mais gostoso, a gente faz com mais vontade...Coisa errada é bom de fazer.
(grupo focal)

Por esta fala, percebi que o risco continua sendo compreendido dentro da experiência do perigo, mas o seu enfrentamento é gerador de um prazer tão intenso que as jovens *escolhem* assumi-lo.

A adolescência é uma fase onde viver aventuras é um componente do desenvolvimento normal. No entanto, a avidez dessas jovens pelo momento é surpreendente. Agem sem pensar nas conseqüências ou minimizando-as mesmo conscientes de que seus atos podem levar a sua morte.

*Ainda mais a gente que é dessa vida, a gente corre mais risco ainda.
Hoje a gente pode estar vivo, mas amanhã a gente pode não estar.
O bagulho é esse mesmo, por isso que para mim a vida é o momento.
Eu vivo só por hoje, eu não sei o que vai acontecer amanhã.*
(grupo focal)

Essa discussão deixa claro o quanto para essas jovens o futuro é incerto. Apesar das jovens estarem se referindo à vida no tráfico de drogas, posso transportar esse discurso para sua vida como um todo. Elas estão dando dicas da impossibilidade de planejar o futuro vivendo em situações tão adversas como: situação econômica precária, falta de referencial familiar, sendo vítimas de violência física, psicológica e sexual, atraso escolar, falta de opção para o mercado de trabalho, entre outros. Assis (1999) ao pesquisar a vida de meninos infratores aponta:

O limitado horizonte que a maioria desses jovens têm em suas vidas pode ser percebido pelas carências – as necessidades mais básicas: moradia, escolaridade, emprego e lazer. Seus direitos, como cidadãos, são desrespeitados desde o nascimento. (1999:208)

No entanto, precisamos estar atentos para o fato de serem pessoas muito jovens e que ainda há tempo para desenvolver nessas jovens a auto-estima que possibilite criar estratégias de mudança e traçar metas que sejam viáveis para seu futuro.

4.2.1 - Uso de drogas

Um dia eu morrerei. Um dia todos morrerão e quando eu for morta e sepultada, plantarás um lindo pé de maconha em meu túmulo. E quando for fumar dessa maconha provarei a todos que mesmo morta ainda faço sua cabeça. (Elen)

Spink (2000) aponta a utilização de drogas legais e ilegais, principalmente pelos jovens, como uma das características de nossos tempos. O uso de drogas estaria associado à busca pelo prazer no que ela chama de *risco-aventura*.

O consumo de drogas é unânime entre as jovens entrevistadas. Todas relatam o uso de algum tipo, seja ela legalizada como álcool, cigarros, comprimidos tranqüilizantes; ou ilegal, especialmente a maconha, a cocaína, o crack, a cola de sapateiro e outras substâncias inalantes fortes como removedores de tinta (Tinner e Bin). A maconha é a mais consumida, seguida pela cocaína, cola e álcool. A maioria, porém, não é apenas usuária e faz uso abusivo de drogas. É importante ressaltar que a alta frequência do uso de drogas por essas jovens não serve de parâmetro para medir o consumo da juventude em geral.

Minayo e cols. (1999), mostram que o álcool é a substância mais utilizada pelos jovens cariocas (32% dentre os da classe média e 37% na classe popular), seguido pela maconha. Dentre as meninas, sobressai o uso de medicamentos.

Morris e cols. (1995), mostraram que jovens presos norte-americanos, de ambos os sexos, revelaram taxas elevadas referentes ao uso de drogas e excesso de bebida. Singer e cols. (1995) confirmam estes achados entre 83% das mulheres adultas presas, sendo as principais substâncias a cocaína e o álcool. O perfil dos adolescentes atendidos pelo Departamento de Ações Sócio Educativas- DEGASE, mostrou que as adolescentes do sexo feminino estão consumindo mais drogas do que os meninos. É importante ressaltar a grande incidência de uso de tranqüilizantes pelas meninas. As entrevistas confirmam esse dado: grande parte das jovens faziam uso diário de medicamentos, assim como suas genitoras.

QUADRO 5

História de uso de drogas na vida entre os adolescentes do DEGASE – 1999.

DROGAS	ADOLESCENTES SEXO MASCULINO		ADOLESCENTES SEXO FEMININO	
	Nº	%	Nº	%
Cigarro	477	81,1	28	80,0
Álcool	286	48,6	18	51,4
Inalantes	153	26,0	21	60,0
Maconha	539	91,7	32	91,4
Cocaína	325	55,3	22	62,9
Tranqüilizantes	57	9,7	11	31,4
Xarope	20	3,4	6	17,1
Alucinógenos	31	5,3	6	17,1
Crack	60	10,2	4	11,4
Outros	177	30,2	5	14,3

Fonte: Superintendência de Saúde. Relatório: Perfil dos adolescentes do DEGASE. Estudo sobre o uso de drogas e a prevalência de doenças sexualmente transmissíveis.

A utilização das drogas provoca distintas sensações descritas pelos jovens. A maconha induz à fome e à tranqüilidade. O uso de cocaína acarreta, na maioria delas, delírios, agitação, paranóia. Uma delas, após ter cheirado muita cocaína na rua, falou com Deus. Perguntada se achava que o ocorrido estava relacionado ao efeito da droga, diz que havia acontecido na verdade, mostrando a confusão no que se refere ao discernimento entre o delírio e a realidade.

A cola também é mencionada por seus efeitos delirantes. *“você vê coisas: mesa voando, vindo atrás de você, pessoa andando atrás de você, você se vê cheia de sangue...Formiga gigante, barata gigante, é muito engraçado.” (Ivete).*

A maconha lidera como a droga que causa sensações mais prazerosas e acaba por se tornar um símbolo entre as jovens que tatuam sua folha em seus corpos. O ritual do uso é tão valorizado que acabam por imitá-lo na instituição fumando casca de maçã. A maconha acaba sendo portanto a droga da qual as meninas sentem mais dificuldade de se desligar.

Os efeitos que acompanham o uso das drogas ilegais vêm associados a sentimentos positivos, como dar sentido, prazer e sensibilidade à vida, como se pode verificar nas falas de algumas meninas.

*Ocupava um espaço grande da minha vida, dava algum sentido.
Pela droga eu tinha porque acordar, eu acordava para conseguir dinheiro para me drogar.
A droga dá um prazer na vida, dá uma pitadinha de sensibilidade.
(Ana)*

Apesar da grande maioria apresentar o aspecto lúdico do uso de drogas, algumas meninas mencionaram as conseqüências do uso especialmente dos efeitos de esquecimento e dano cerebral, o que não as impede de consumir.

Aí pra mim droga, toda droga é droga, é a opinião que eu dou é que todo mundo fale não pra droga. (Alessandra)

Será que eu vou conseguir parar. Droga é a desgraça dos jovens. Come o nosso cérebro e faz a gente só fazer merda. Eu queria isso. Queria nascer de novo para mudar tudo. (Anita)

Elisabete diz que cocaína é “deprimente”, e que vai parar de usar, porém quanto à maconha, assume postura diferente “*porque eu acho que ela não me prejudica em nada*”

As jovens se dizem viciadas ou não pela capacidade de terem controle sobre o uso. **Ilda**, embora inicialmente se diga viciada há vários anos, rejeita essa idéia ao afirmar que sabia se controlar no tráfico e não cheirar a cocaína que não era dela. **Ivete** também se diferencia pois “*quando não queria fumar não fumava.*” O auto-controle é a regra para estas jovens que trabalham no tráfico de drogas. O fato de estarem constantemente com uma quantidade grande de droga as coloca em teste a todo tempo. Aquelas que “*perdem a linha*” e consomem o que deveriam vender são consideradas irresponsáveis perdendo o direito de trabalhar nessa atividade.

4.2.2 - Namorados

...diferentemente do que ocorre com os homens, o coração pode levar muitas ao crime. Não faltam presas com uma história de amor bandido para contar. (Revista Veja, 2000)

Eu comecei a gostar dele de uma tal forma que eu não só me envolvi com ele como na vida que ele vivia, na vida do tráfico. (Ingrid)

Segundo Guimarães (1999), o envolvimento amoroso de meninas com jovens do tráfico é um dos fatores importantes para mudança de comportamento.

Comparando a delinqüência juvenil masculina (Assis, 1999) e a feminina, podemos destacar a influência de namorados ou parceiros ligados à criminalidade como a principal especificidade feminina.

Quando indagadas sobre os riscos que uma menina corre na vida, as meninas remetem a essa discussão:

*Ser seduzida a fazer loucuras...
Porque a gente mulher tem a mente muito fraca. Assim, chega um rapaz falar assim um monte de abobrinha pra gente, a gente pega e cai, pensando que aquilo ali é uma boa pra gente e aí a gente acaba se ferrando.
Tem cabeça fraca. Eu acho que é isso que eu falei (outras garotas concordam), porque o homem fala cada coisa que ilude a mulher, então faz a mulher cometer qualquer coisa, até coisa errada...
Fala que vai dar casa, comida e roupa lavada... (risos)
E quando a gente vai ver não é nada daquilo. (grupo focal)*

Ser seduzida aparece como risco e sedução está relacionada a prazer.

É com o namorado ou parceiro que muitas delas se iniciam na prática infracional. Todas as jovens entrevistadas se envolveram amorosamente com homens, quase sempre mais velhos, ligados à criminalidade. Os homens do tráfico de drogas se destacam na preferência das jovens por representarem força e poder.

A figura masculina do parceiro presente na vida das jovens na maioria das vezes representa uma relação tão autoritária e hierárquica como a que a jovem tinha em sua família de origem. Por essa razão, a preferência dos parceiros pela vida infracional acaba por trazê-las para o mesmo espaço de risco. Todas as adolescentes entrevistadas tiveram pelo menos um companheiro envolvido em

tráfico ou roubos. Muitas delas, apresentaram uma seqüência de envolvimento com homens criminosos, fazendo menção da sua admiração por homens mais fortes, poderosos e capazes de supri-las financeiramente.

A dependência que demonstram em relação aos companheiros, importante facilitador da vida infracional, pode ser constatada a seguir na história de **Ingrid**.

O pai é mulherengo e separado de Rosália, sua mãe. Obrigava, sob ameaça, Rosália a manter relações sexuais com ele e a agredia. Batia com madeira e fio. Também agredia Ingrid, embora fosse a filha mais chegada ao pai. Usava drogas e bebia muito. A mãe demorou muito a separar-se do marido por necessitar dele financeiramente para o sustento dos filhos. O pai de Ingrid afetivamente, nunca assumiu os filhos e pouco interesse demonstrou pela prisão da filha.

Rosália diz nunca ter sido feliz: *“a única felicidade que tenho, mesmo, são meus 5 filhos. Sempre assumi sozinha”*. A mãe não queria a gravidez de Ingrid. Se sacrificou mas não se separou de nenhum filho. Rosália já esperava a internação de Ingrid. Foi como que o cumprimento de um vaticínio.

O envolvimento da menina com o tráfico é grande.

Olha eu ia para a endolação⁸ pra ajudar ele, já cheguei a disputar revólver para ele, teve uma vez que os policiais deram batida na casa onde era feita a endolação e eu tava com arma e colete a prova de bala...eu me envolvi com tudo, eu cuidava do dinheiro do tráfico porque ele levava muito derrame, eu passei a ser o braço direito dele, tudo isso por amar demais ele, mulher é muito burra...

⁸ endolação: embalagem da droga.

Acompanhava todas as atividades da “boca” com o namorado, pelo qual ainda é muito apaixonada, sendo por várias vezes ameaçada pelas outras mulheres dele. Seu parceiro tem 38 anos e parece assumir a posição de pai: não a deixa usar roupas curtas, receber dinheiro ou presente dos pais, nem sair de casa. Já bateu em Ingrid, mas ela afirma que mereceu pois estava “*totalmente errada*”. Rosália crê que Ingrid apanha freqüentemente e que fica com ele por medo (repetindo o destino familiar). Mas a mãe não consegue perceber a paixão que mobiliza a filha.

Às vezes eu fico pensando o que fez eu me apaixonar tanto por ele, mas eu não sei. Estar com ele me dá uma segurança, mas ao mesmo tempo eu não tenho sossego pensando que ele pode morrer a qualquer momento.[...]
(Ingrid).

Ingrid, ao mesmo tempo, parece ainda querê-lo, embora demonstre medo de ser castigada por finalizar o namoro. Desculpa o namorado, dizendo que ele sempre buscou protegê-la. No entanto, por essa relação ela colocou sua vida em risco, pois o traficante escondia as drogas do “movimento” na casa de sua mãe que era obrigada a aceitar lá o traficante armado. Ao ser pega pela polícia, Ingrid assumiu toda a droga como sua, sem mencionar o nome do namorado. O amor por ele está bem marcado no seu caderno:

Estou triste, com o coração partido. Ando pensando onde estará essa pessoa que tanto amo, não recebi mais notícias estou preocupada. Queria ao menos ter uma oportunidade de vê-lo novamente, como sofro por esse amor! E nem sei se ainda sou amada.

Em seu relato, a jovem consegue agora perceber que a sua relação com o namorado representa um risco para sua vida:

*... mas eu já decidi, eu não quero mais...se eu disser que não gosto dele, que tudo acabou eu vou estar mentindo, eu gosto muito dele ainda, **ele me ensinou muita coisa, tanto boas como ruins**, a gente viveu 7 meses maravilhosos juntos, mas não dá, eu não sirvo para ser mulher de malandro e se eu quiser mudar eu tenho que me separa dele.*

Ingrid traz em sua fala o que Spink (2000) alertava: a ousadia característica do risco-aventura pode levar a descobertas e também ao amadurecimento na realização de outras escolhas.

Outras meninas também mantêm tipo de relação similar, com homens mais velhos que ocupam posição de destaque no tráfico de drogas. Tornam-se verdadeiros 'donos' e responsáveis pelas garotas, que aceitam em troca da proteção, a submissão, e no caso de algumas, até suportam a agressão física.

Apesar dos ônus, ser mulher de traficante, segundo as jovens, tem inúmeras vantagens e é geradora de muito prazer:

A mulher de traficante ela não está parada na boca de fumo, só fica em casa, ganha roupas, jóias, que eles dão do dinheiro do tráfico, o próprio dono da boca não fica ali no tráfico, eles botam os buchas⁹ para trabalhar pra eles pra eles ganharem dinheiro.

Compra vários trajas¹⁰...banca, dá dinheiro todo final de semana, todo dia... é só curtidão.

Tanto mulher de traficante, como amigo de traficante ou a gente mulher, tem uma regalia. Né. Se passa na rua e alguém te olha atravessado o amigo já quer comprar o meu barulho. (grupo focal)

No entanto, logo em seguida analisam essa vivência como uma situação momentânea, apresentando tanto as vantagens quanto os perigos que correm ao

⁹ buchas: o similar a "bode expiatório", aqueles que não estão diretamente ligados a algum fato.

¹⁰ trajas: roupas de marca.

ocupar essa posição, reforçando o que Rodrigues (2000) fala sobre a consciência dos riscos que enfrentam. A fala da jovem esclarece:

Corre risco dos policiais irem ao invés de pegar o marido dela, tiver em casa e achar ela, pega ela... Porque aconteceu comigo, eu tava dentro de casa com o meu marido e chega policia na minha porta procurando por nós dois, eu sem ter nada a ver, por eu estar com ele e ter que se assumir. Mas só pega mesmo se alguém caguetar, não é difícil, mas até chegar a ele tem muita gente protegendo ele, muita gente. Eu não vejo nenhuma vantagem. Porque depois ele morre ou vai preso, aquilo tudo que a gente construiu pode acabar, aí a nossa coisa de mulher de vagabundo e ele ter uma condição na favela, a gente se sente a tal, mas depois que ele vai preso ou então morre, a nossa moral cai, quando ele esta vivo, lá na favela, a gente anda de traje² de marca, anda bem no salto, geral respeita...quando ele morre a primeira coisa que as pessoas falam: cadê a moral dela? morreu? Tá aí, sem a filha ter nada, sem respeito nenhum...porque , porque quando o cara está vivo o cara tava na favela, se sentia a tal... Essa vida de mulher de traficante é sem futuro. Porque você sabe que está com ele hoje, mas amanhã pode não estar. Tem que tá preparada. É passageiro, é coisa de momento. Está ali, tem dinheiro, está com roupa bonita, jóia...mas tudo acaba. (grupo focal)

As jovens têm consciência do quanto é fluida essa relação amorosa, mas é como houvesse em seu impulso de vida sorver o prazer e a felicidade mesmo que seja numa relação fugaz e imediatista. E assim decidem “pagar para ver” como em todas as esferas de sua vida.

4.2.3 – Vivência de rua

Soltos nas ruas, os meninos fazem supor haver liberdade e responsabilidade sobre seus destinos. Essa imagem, se por um lado os desobriga da rotina imposta aos meninos de classe média, por outro os vulnerabiliza. (Milito & Silva, 1995:165)

A rua é representada pelas jovens entrevistadas como um local positivo, relacionado ao prazer e ao divertimento. Segundo Escorel (1999) : “*Para alguns a casa é igual ou pior do que a rua*” (:125). Dessa forma, esse é um espaço

ambíguo onde ronda os perigos que já relataram anteriormente, e onde é possível um sentimento de fruição de liberdade, de novidade e de aventura.

A falta de condições relacionais de inclusão na estrutura familiar de forma satisfatória fez que a metade das adolescentes tivessem vivência de rua, denotando o grau de abandono em suas vivências. A experiência na rua para muitas começou precocemente, entre os cinco e os doze anos de idade.

Em várias de suas famílias todos os filhos tiveram o mesmo percurso de abandono do lar a favor das incertezas do espaço da rua. Embora algumas tenham relatado vender mercadorias fora de casa quando muito pequenas, a fuga do lar foi uma estratégia para se livrar de uma série de problemas. Os motivos alegados são sempre os mesmos: a violência intra-familiar (física, sexual ou psicológica); o não querer ficar só em casa; a não aceitação do comportamento da mãe e das normas familiares; o mau relacionamento com madrasta e padrasto; o sentir-se explorada pelos pais; os conflitos com os pais decorrentes de namoros; e brigas com os irmãos.

Uma questão mostrou-se relevante como fator de fuga de casa: o excessivo rigor dos pais ou responsáveis, tentando impedi-las de saírem para namorar ou de se divertirem em bailes. Algumas das famílias exigem um padrão de comportamento sexual e religioso muito além do que elas pretendem ter e se sentem capazes de se adequar. Neste momento, a influência dos amigos da comunidade se faz presente de forma muito convincente, sobretudo, se eles portam modelos de liberdade que incitam à ruptura familiar.

Lucchine (1993) traça uma reflexão sociológica do que nomeou “carreira” da criança na rua, identificando o percurso que ela faz entre a casa e a rua, o

tempo que durou o processo de abandono do lar e as circunstâncias de saída do domicílio. Ele conclui que essa trajetória que vai depender do conhecimento adquirido do mundo da rua, assim como das estratégias de adaptação que utiliza para sobreviver. O autor explora três etapas na relação que a criança estabelece com a rua: a aproximação e a saída, a rua observada e a rua lúdica, a rua alternante e a rua negada. a) A primeira etapa é caracterizada por uma “lua de mel” com a rua, quando o espaço descoberto é curtido como jogo prometedor de autonomia e liberdade; b) Na segunda etapa, há uma identificação progressiva com a condição de “criança de rua”, favorecendo uma consciência de identificação coletiva; c) Na última, o jovem, desiludido com as adversidades que enfrenta nesse espaço, tenta deixá-lo procurando outras alternativas de integração.

Estudos apontam que as questões que levam a criança para a rua estão ligados: a) à situação econômica da família, b) a fragilidade da sua organização, c) a exploração da criança e d) a violência (Lusk,1992; Rosa de Souza & Ebrahim, 1992). No entanto, Lucchini (1993) pontua que não se deve negligenciar o papel da criança na sua saída para a rua, como também não se deve esquecer a atração que a rua exerce sobre ela.

A violência física e sexual sofrida no lar muitas vezes contribui para essa saída da menina de casa. Assim, a rua constitui-se numa alternativa de uma situação considerada muito pior e insuportável. No entanto a violência masculina não termina com a fuga para a rua. Tanto aí como em casa, a menina é a maior vítima de abusos sexuais (Moraes, 1993).

Duas das seis meninas que viveram períodos na rua foram vítimas de violência sexual nesse espaço de grande perigo para mulheres. **Elen** vivia na rua

desde os oito anos e relata o medo de aí ser agarrada, mostrando como os fantasmas do abuso sexual permeiam o imaginário feminino. Foi violentada aos nove anos. *“Os caras lá tiraram a minha virgindade. Eles me pegaram à força. Eram dois. Me machucaram toda. Não fico nem mais sozinha na rua. Fico sempre com outras pessoas”*

Anita também freqüentava muito a rua, mas se livrou de uma tentativa de estupro, pois os acompanhantes a ajudaram. Entretanto, certa vez, quando tinha cerca de 11 anos de idade, *“ainda era moça”*, sofreu estupro ao voltar para casa à noite. *“Quando descí do ônibus dois caras me agarraram para um canto escuro e me esculacharam. Eu não tinha nem força para gritar. Essa é a pior lembrança que eu levo. Eu tento esquecer mas não consigo. Acho que isso me revoltou ainda mais. Eu fiquei mais nervosa. Mas ninguém sabe disso”*. A reação de Anita ao relato foi imediata, chorando e pedindo para nunca falar a ninguém o que acabara de contar.

A rua também favorece o início do uso de drogas. As adolescentes que têm vivência na rua relataram início mais precoce do uso de drogas, sendo que por parte de algumas isso se deu aos sete anos de idade. O primeiro contato geralmente é explicado pela curiosidade e pelo incentivo de colegas da escola, do baile ou da rua, parentes ou namorado, reforçando a importância do ambiente e das companhias na formação de hábitos de vida saudáveis. Resistir aos vários convites para o consumo torna-se tarefa difícil, especialmente para a adolescente que deseja ser aceita por seu grupo.

Espaço amplo, livre, movimentado, cheio de desafios. Como bem salienta Acioli: *“a rua é um espaço para a sobrevivência, mas também para a ludicidade”*

(1995: 20). Atrai pela liberdade que proporciona e pelo distanciamento dos constrangimentos familiares que possibilita. Entretanto, por mais intensa que seja a vida na rua, de vez em quando a menina visita a família, tentando inutilmente resgatar o vínculo afetivo. Freqüenta ainda, mesmo que esporadicamente, outros núcleos de parentesco ou casa de amigos, buscando um descanso da insegurança que sente na aventura pela qual optou. Por exigir uma complexidade de ações cotidianas que geralmente ocorrem no ambiente de casa, a escolha da rua é freqüentemente relativizada. As meninas contam que circularam pelos inúmeros abrigos existentes na cidade do Rio de Janeiro, não conseguindo neles permanecer por conflitos internos com as outras garotas ou por não se adequarem às normas existentes. Muitas acabam por produzir danos ao patrimônio público. Todas as tentativas de obter segurança se mostram fugazes, seus relacionamentos e elas têm pouca perseverança frente aos inevitáveis aborrecimentos, normas e exigências do cotidiano.

Geralmente o espaço da rua é vivenciado em pequenos grupos. O medo da noite, provocado pela experiência vivida por elas e outras companheiras da violência sexual que efetivamente sofrem, transmite-se por todo os indivíduos que se unem para dirimir as ameaças ali existentes. A convivência grupal é variada, marcada pela mobilidade dos diversos personagens que aí vivem. Em geral, se formam grupos mistos e fugazes, servindo tanto para apoio durante os roubos quanto para a proteção noturna. A baixa tolerância e a experiência de frustrações que as condições adversas propiciam a essa população com a qual as meninas se juntam, acaba por provocar tanto atos de solidariedade como expressões de agressão, tomando a maioria dos relacionamentos pontuais e pouco duradouros.

Sendo assim, todos os âmbitos da vida destas adolescentes estão marcados pela ambigüidade: quem deveria proteger agride; a escola que deveria educar reforça situações violentas; os amigos que deveriam ser um ponto de apoio, traem; a fuga de casa como estratégia de sobrevivência desemboca na convivência com parceiros ligados a criminalidade e à rua, espaço lúdico porém extremamente arriscado. Enfim, a opção pelo tráfico de drogas, com todos os perigos inerentes a essa prática mas, sobretudo com o prazer que tiram dela, nada mais é que a continuidade de uma trajetória onde a luta pela sobrevivência sob o signo de rejeição e da violência se iniciou muito cedo. Após esta reflexão e passagem por suas histórias de vida, a frase “viver cada dia como se fosse o último” parece ter mais sentido para mim, e com certeza, para todos os que acompanharem a lógica existencial das jovens.

CAPÍTULO 5

A ESCOLHA PELO TRÁFICO DE DROGAS

A presença do tráfico na favela o inscreve no leque de escolhas e interpretações possíveis, sobre o sentido da sua própria experiência, que se oferecem hoje aos jovens favelados. O tráfico é um mercado de trabalho, mas não só. Ele é também uma das formas de expressão da revolta, uma maneira de administrar o risco e uma técnica de individuação. (Peralva, 2000:156)

Pensar a inserção no tráfico de drogas como uma escolha nos remete novamente a discussão teórica sobre liberdade e determinismo. O capítulo anterior mostrou o quanto essas jovens foram vitimizadas. A severa exposição a riscos vivenciada ao longo de suas vidas poderia justificar por si só a entrada para a vida infracional. Não seria absurdo supor que o meio social no qual essas meninas estiveram inseridas conduziu a sua conduta infracional. Mas voltarei a uma questão: se fosse exclusivamente o meio social o responsável pelo rumo de nossas vidas, com certeza teríamos um sem número de casos de mulheres envolvidas com a criminalidade, o que não é verdade. E mais especificamente, o que definiria, dentro do próprio universo infracional, a opção pelo tráfico de drogas e não por outro tipo de delito?

Está preservada portanto, a liberdade de escolha. Retomarei a Sartre quando diz *“o homem está condenado a ser livre...a escolha é possível em algum sentido, mas o que não é absolutamente possível é não escolher.”* (1987:25). Segundo o filósofo não há limites para a liberdade, afinal não temos a liberdade de deixarmos de ser livres. Se pensarmos no “possível social” das adolescentes

entrevistadas percebemos que apesar de restrita, a decisão final de por onde seguir é do indivíduo.

As histórias de vida dessas meninas apontam algumas probabilidades para a decisão pela inserção no tráfico. A riqueza dos depoimentos contraria a tendência da sociedade de generalizar a entrada para a criminalidade explicando-a por um único prisma: o da pobreza. É comum apontar essa causa como determinante, dizendo-se que os adolescentes estão na criminalidade pelos efeitos devastadores da pobreza, que se torna mais visível para justificar os mecanismos que a população pobre busca para manter sua sobrevivência. Nesta visão determinista, as concepções se diferenciam, oscilando desde a visão da favela como um espaço social desregrado ou imoral até a denúncia dos baixos salários e do nível de desemprego. Não resta dúvida que este aspecto é um dos fatores responsáveis pela existência desse quadro de paralisia social.

Peralva (2000) inicia o seu texto sobre inserção de jovens no tráfico de drogas da seguinte forma: *“nem todos os jovens favelados são bandidos”* (:129). A autora parte do princípio de que os jovens que vivem em contato mais direto com o mercado ilegal de drogas representam um potencial importante de engajamento nessa atividade, mais do que outros que não possuem esse tipo de contato. No entanto, apenas uma pequena parcela deles se insere efetivamente nessa atividade. Segundo ela a *“juventude favelada”* participa dessa experiência comum (a do contato com o tráfico), e é a partir desse fundo comum que escolhas individuais são efetuadas. Aponta para o fato de haver uma identificação entre os jovens e os traficantes: *“o bandido é jovem e recruta entre os jovens.”* (:129).

Peralva (2000) ao descrever a história de vida de um jovem envolvido com a criminalidade aponta:

...M., o jovem chefe do tráfico que entrevistei em 1997, negava que tivesse *escolhido* o caminho do crime e afirmava ter sido levado a isso pelas circunstâncias. Nesse meio particular que é a favela, o alistamento no tráfico faz parte, muito mais do que em outros lugares, do leque de possibilidades que se oferecem naturalmente a cada indivíduo. *Entrar nessa vida*, como dizem os favelados, tornar-se traficante, faz parte das *escolhas estruturais* que se lhes oferecem – o que está longe de ser o caso, pelo menos com a mesma intensidade, em outros meios sociais. (: 133)

E continua sua análise alertando que a adesão ao tráfico por parte desses jovens teria um fundamento estratégico. Ela seria uma via de mobilidade social, permitindo uma melhor integração à sociedade de massa, e assegurando ao mesmo tempo um *status* superior no sistema de estratificação interno ao universo onde vive. Peralva, no entanto, não faz nenhuma menção a inserção de mulheres no tráfico.

Meirelles (1998) em seu estudo sobre *vida e trabalho de adolescentes no Narcotráfico no Rio de Janeiro* define o mercado ilegal de drogas como um campo tipicamente masculino:

...de modo geral, o tráfico no Rio de Janeiro é um mercado de trabalho exercido essencialmente pelo sexo masculino. (:78)

No entanto, como foi observado na introdução deste trabalho, as mulheres estão ocupando espaço também no mercado ilegal de drogas. A *Revista Veja* no ano de 2000, com a chamada *O Tráfico é Feminino*, apresentou os seguintes dados: Dos 111.166 presos condenados no país, 4% apenas são mulheres; dessas, 60 em cada 100 estão envolvidas no tráfico; já entre os homens, somente

15 em cada 100 estão presos pelo mesmo crime. O que demonstra uma maior participação proporcional da mulher nesse tipo de delito.

As meninas verbalizam o incremento cada vez maior da participação feminina no tráfico:

Agora tem muita quantidade de mulher...apesar que agora a maioria é quantidade de mulher na boca de fumo, porque a mulher passa mais batido na frente dos homens. Então agora a maior quantidade de mulher trabalhando. (Grupo focal)

Era difícil você ver mulher no tráfico, isso era coisa de homem, essa coisa de arma, de matar. Agora que esta tendo mulher na boca e uma atrai a outra.” (Úrsula)

Apesar da constatação da presença feminina nessa atividade, algumas jovens ainda a percebem como um espaço masculino:

*Esse negócio de tráfico, essas coisas assim, é mais para homem do que mulher, é difícil a mulher se envolver com essas coisas.
E a mulher corre bem mais risco que o homem no tráfico porque a mulher é meio devagar sabe? O homem é mais...
O homem tem disposição para trocar tiro com os policia...
Mulher até que tem mais não são todas não. A maioria “peida”¹¹.
A mulher é muito mais fraca que o homem.
Porque tem muita mulher que quando vai presa não agüenta tomar porrada dos policiais e acaba entregando o morro onde trabalhava e sai da cadeia acaba sendo morta do mesmo jeito.” (grupo focal)*

Ao verbalizarem que o tráfico não é uma atividade tipicamente feminina, as jovens ressaltam o papel seletivo dessa atividade e a importância de sua escolha. Dessa forma valorizam as características que as fazem competentes para tramitar nesse local: “*tem que ter disposição para entrar e ficar na vida do crime.*”

¹¹ peida: se amedronta.

A disposição para executar o trabalho está sempre sendo provada: para que possa “*ser considerada*”, não pode “*dar mole*”, tem que “*saber fazer conta*” para não ter problemas com o acerto das vendas, e mostrar que é muito corajosa. Neste sentido, as meninas com melhor escolaridade têm mais sucesso no gerenciamento do dinheiro movimentado.

Úrsula diz que essa característica não é apenas uma exigência masculina, mas torna-se uma necessidade feminina de se mostrar à altura do meio.

Eu fico mais no meio deles do que no meio de mulher. [...] Eu também não aceito divisão só porque eu sou mulher. O que eles vão fazer eu quero fazer, então eu vou fazer também. Não quero que falem: você é mulher, vai ficar aí. Não, não tem essa.

Úrsula nos descreve os pré-requisitos para sua atividade:

Bom uma mulher tem que ter muita confiança com os caras, muita confiança mesmo, tem que ter muita habilidade pra correr, pra fugir, porque a polícia corre demais, corre a beça, jogam tiro, tem que saber dá pinote, passar por cima de muro, atravessar cerca, se jogar no valão, saber nadar...ter muita disposição pra apanhar quase até morrer, acabando o fôlego e ficar de boca fechada só falar: não sei, não sei, não sei.

As características masculinas como força, coragem e disposição colocariam o homem em vantagem em relação a mulher. No entanto, algumas jovens comentaram traços mais presentes nas mulheres, que contribuem para uma melhor atuação:

E eu acho que a mulher tem uma responsabilidade imensa. Muito mais do que o homem. ...pô eu tiro pelo meu cargo, meu cargo é um pouco mais superior, então quando a carga cai na mão de uma mulher eu acho que é uma responsabilidade incrível que às vezes certos homens não têm. As mulheres entregam o dinheiro certinho, sem faltar um real...

O homem na hora que corre deixa a carga pro lado, joga, deixa o dinheiro pro lado... a mulher assume numa boa. (grupo focal)

Essa percepção de uma maior responsabilidade da mulher em relação ao homem pode ser constatada nas entrevistas individuais. Muitas jovens, especialmente aquelas que eram mulheres de traficantes, comentaram o fato de ficarem responsáveis pela parte financeira do tráfico, pois alegavam que seus parceiros não tinham controle do dinheiro e levavam “volta” dos outros traficantes.

Essa visão de maior responsabilidade e presença feminina que se expressa como cuidadora e responsável hoje, também no mercado formal e legal de trabalho, passou a ser sumamente valorizado, inclusive em cargos superiores.

Pela fala das meninas percebi que a convivência entre homens e mulheres no tráfico não é totalmente pacífica. O componente machista faz que os rapazes não aceitem, a princípio, conformadamente, a presença das meninas. É por isso que, como já mencionado, essas adolescentes precisam provar a todo custo suas habilidades e competência para a atividade. A discriminação no trabalho ilegal se repete quando apreendidas pela polícia:

Eu acho que a mulher no tráfico corre muito mais risco do que o homem, porque a mulher é mais esculachada...quando ela entra na vida do tráfico ela tem que estar ciente que ela pode ser recriminada, que ela pode ser...porque quando a gente entra na vida do tráfico a gente é vagabunda, a gente não quer nada com a vida, a gente é piranha, a gente não tem nenhum valor.

Eles (meninos do tráfico) falam que a gente só pode estar dando em troca de drogas...ainda mais os policiais quando pegam, eles esculacham.

Eles esculacham, batem...quase me mataram...de tanta porrada, batem muito, esculacham, chamam a gente de vagabunda, piranha, puta, tiram a roupa da gente, batem na gente sem roupa. Então é por isso que a mulher corre mais risco. (grupo focal)

A mulher, numa visão tradicional, não teria sequer o direito a delinquir. Ao fazerem são extremamente desqualificadas pelos próprios parceiros e pela sociedade de uma maneira geral. Esse estigma, introjetado pela jovem, afeta diretamente sua auto-estima. Da mesma forma que em qualquer outra atividade onde competem com homens, também no mercado ilegal de drogas, as mulheres precisam estar constantemente mostrando que são capazes e buscando a tão sonhada igualdade entre os sexos.

Na verdade, é difícil definir com exatidão os reais motivos que justificam a opção dessas jovens pelo mundo do crime.

A fala de uma delas sobre a sua iniciação no tráfico chama atenção por algumas pistas sobre o processo de escolha:

Eu me envolvi porque na época eu pensei que era tudo e na verdade não era nada e eu vim parar aqui. A vida do tráfico eu tinha muito dinheiro, tinha consideração, eu me sentia a tal e quando eu parei aqui que eu fui ver a realidade da vida, que não era nada daquilo, que aquilo ali era ilusão, era só uma etapa, que aquilo ali um dia ia acabar. E acabou .(grupo focal)

Vejamos de que forma se deu a inserção no caso das jovens estudadas:

Ilda passou pela etapa da dependência e aprendizado em seu primeiro casamento com um traficante, assumindo uma participação mais firme (porém ainda subalterna) nas atividades do tráfico com o segundo parceiro com quem viveu. O aprendizado anterior fez que se tornasse mais determinada a assumir um papel de mais importância nas atividades da “boca”, chegando a se tornar o “*braço direito*” do namorado, geralmente pessoa de destaque no “movimento”. Chegou a administrar o pagamento dos rapazes, a guardar, sob sua supervisão, as drogas e as armas ou a comprar os bens necessários ao grupo. Garotas com

esse perfil ganham casa e conseguem consumir em maior escala, alcançando "status" no meio. Tornam-se figuras de confiança, interrompendo os "derrames" usuais. Como consequência, passam a ter mais poder perante o marido e o grupo, embora não possam ameaçar a autoridade masculina nem interferir nas decisões da "boca". Na verdade, mesmo que subindo na hierarquia mantêm uma relação maternal de suprimento e proteção do grupo, especialmente, dos maridos.

Ingrid é outra "mulher de bandido" que assumiu toda a culpa pela apreensão de cocaína escondida em seu quarto, sem o conhecimento dos familiares. A mãe estava sendo obrigada a aceitar em sua casa o namorado da filha - um gerente do tráfico local, fato que se tornou causa freqüente de conflitos familiares. Comenta assim o episódio em que se sacrifica pelo seu homem. *"O juiz está me castigando aqui dentro porque ele quer o gerente que é meu namorado vivo ou morto. Eu não dei nada, não dedurei ninguém. Falei que era minha, que não tinha envolvimento com ninguém"*.

Outro distinto grupo de garotas que se envolve no tráfico o faz de forma mais independente de maridos e namorados, podendo ter a entrada facilitada por parentes ou amigos. Essa forma de inserção não indica que elas tenham excluído a influência masculina em suas vidas, mas que este não é o fator determinante da entrada e continuidade na atividade infracional. Estão prioritariamente preocupadas em obter, à custa do próprio esforço, um rendimento capaz de manter o padrão de consumo que desejam possuir. Atuam como vendedoras, vapores ou endoladoras, circulando pela comunidade com muita facilidade, por vezes, descendo para o *asfalto*, para levar a droga para outros usuários, como

prostitutas, travestis e jovens de classe média. **Ana** exemplifica como comercializa a droga fora do morro e como lucra com esse negócio.

Eu comprava no morro, eu mesma endolava. Vamos supor, um pó de vinte, eu fazia dez 'papelzinhos'. Depois vendia cada um por dez reais, quinze, porque em Copacabana o tráfico na pista é muito grande. As prostitutas ganham muito dinheiro, elas dão, elas pagam. [...] Às vezes eu vendia, elas cheiravam. Eu tinha que esperar ela voltar para ela me pagar.

Alessandra também atua de forma autônoma, mas se diferencia um pouco desse padrão de vendedora pois transportou droga em grandes quantidades de um bairro para outro da cidade, configurando o que se chama vulgarmente de mula. Foi induzida pela prima a trabalhar para o namorado, um ex-presidiário, pois estava absolutamente sem dinheiro para se manter na cidade do Rio de Janeiro. Esta jovem, proveniente do nordeste e com perfil de classe média baixa, servia bem aos propósitos do movimento pela facilidade com que circulava em vários ambientes. Tendo aceito a primeira vez, a adolescente se viu obrigada a manter a atividade, sob ameaça de perder sua vida.

Alba constata que as mulheres da boca apenas ocupam posição de “vapor”, sem alçar cargos mais altos de gerente ou segurança. Para se diferenciar delas, veste-se como homem, tem o respeito total do grupo, sendo considerada de igual para igual, enfrentando os mesmos perigos que eles. Tem perfil e sonho de chegar a posições de liderança ainda maiores. Esse perfil tipicamente masculino da mulher infratora, tradicionalmente relatado na bibliografia, somente apareceu nesta entrevistada.

As mulheres que atuam diretamente na venda desenvolvem as mesmas atividades que os homens, no que se refere aos cargos subalternos, como os de vapor e endolador, tendo que efetuar as mesmas funções, sem nenhum privilégio. Cumprem as escalas de trabalho e se relacionam com os demais jovens de igual para igual. A mulher tem preferência quando se trata de transportar drogas para outros locais, atuando como “mula”, porque há a idéia de que são menos visada pela polícia, e portanto teriam mais êxito na entrega do material. Neste sentido, mulher grávida teria ainda maior valor pois não é alvo de revistas, nem de agressões policiais. Esses pressupostos para contratá-las, comuns entre os traficantes, parecem no entanto, não serem levados em conta pelas forças de repressão, pois são muito graves as violências policiais sofridas pelas entrevistadas quando apreendidas pelos agentes da lei.

Essas meninas modificam o vestuário segundo a ocasião. Quando necessitam de disfarce para a polícia, optam por usar roupas mais largas e bonés, como se fossem rapazes. Aproveitam também para colocar outra roupa mais feminina por baixo, o que pode ser útil num momento de fuga. Uma delas relatou usar roupas mais curtas e provocativas, o que facilitava o êxito em seu negócio.

Algumas adolescentes foram aliciadas pelo tráfico através do vício com que os traficantes as alimentaram. **Elisabete** é uma delas. Afirma que começou a *“cheirar na casa do patrão. Ele não cheirava. Ele colocava lá, pra mulher dele cheirar. E eu, assim, com a mulher dele, cheirava muito, muito, muito, nossa! Fiquei muito magra, fiquei acabada. Aí, que começou. Foi aí que eu comecei a vender pra ele.”* O consumo de drogas pela adolescente foi anterior ao início do trabalho de venda, mostrando a importância da dependência como mais um fator

estimulante do desejo de consumo e facilitador do engajamento no trabalho no tráfico, inclusive para manter o uso.

Essa mesma jovem mostrou reações tipicamente femininas às provas de coragem a que se submete no cotidiano. Sobre as mortes que assiste comenta:

...é uma parte que eu não suporto, detesto. Essa parte eu evito o máximo de poder ver. Eu não gosto, ainda mais quando é parceiro assim que eu estou acostumada. Às vezes é parceiro que trabalhava comigo na boca, mas deu mole, tem que cair. Fico triste. Já perdi muitos. É muito doloroso.

Outra ocasião, conta que foi a um churrasco em que o enfeite da mesa era a cabeça de um X9. *“Eles fizeram um churrasco na boca e penduraram a cabeça. Eu nem olhava pra cima. Mas a gente tem que participar, senão eles desconfiam da gente”*. **Olga** não passou no teste da coragem. Foi convidada a matar um “vacilão”. Mostrou sua fragilidade e inadaptação para prosseguir no trabalho ao se negar a agir assim: *“não vou matar ninguém não, por causa de que eu vou ficar com remorso, porque eu nunca matei ninguém.”* (**Olga**)

Reconhecida na boca por um codinome masculino, essa menina superou o temor inicial, passando a participar ativamente de troca de tiros, momentos em que as garotas se envolvem ativamente em eventos violentos. Conta um desses episódios.

Teve uma vez que eu estava numa casa dormindo, com uma pistola embaixo do meu travesseiro. Eu deitada aí eu levantei. Escutei uns passos, porque o morro fica muito alegre. Quando esta calminho, eu sei que tá lombrado¹². Aí eu, pô, esse morro tá sinistro! Eu olhei pela janelinha assim, quando eu abro a janela já estão na minha cara. Eu vou atender? É ruim! Quando eu pulo a janela, caio lá na ribanceira, corro pra caramba, polícia não vem atrás de mim, só dando tiro atrás de mim. Destravei minha pistola, comecei mandar tiro em cima dele.

¹² lombrado: invadido

Não deixam também de participar da crueldade com que o tráfico trata os alcagüetes. Conhecem todos os meandros, aceitam as regras do jogo, mas muitas delas denotam um sentimento maior pelo sofrimento das vítimas, do que a observada entre os rapazes infratores anteriormente investigados (Assis, 1999).

Por essa razão, comumente não se colocam como agentes principais das agressões. Por vezes são usadas como iscas para trazerem as vítimas aos locais da execução realizada por vários rapazes.

Eles nem fazem na frente de todo mundo. Eles costumam, tipo pescar sabe, jogar uma isca, chama pra fumar um baseado, pra dar um rolé, aí leva pra um lugar adequado, assim que pode matar. Um lugar mais solitário, que não tem ninguém. Quando chegar naquele lugar ai tem uns quatro, cinco cabeça te esperando já vai te cercar. [...] É a lei, eles são assim. Na favela tem que ter ordem do patrão. Então, se é um cara que o patrão considera as vezes eu, e o restante da boca não gosta desse cara, mais o patrão se amarra na dele. Então ele vacilou hoje, o patrão foi e perdoou. Ele foi, vacilou de novo o patrão foi e perdoou. Então a gente fica desconfiado porque a gente não gosta, não vai com a cara dele, mas o patrão não quer deixar. Aí chegou a vez dele, na hora que não dá mais para o patrão perdoar, que tem que cair, aí aproveita, aí já vai faz miséria corta braço sabe, já não gosta dele mesmo corta braço, cabeça, taca fogo, faz essas coisa toda.

A fala de Elen, que se nomeia como a “única pequenininha que trabalha no tráfico” e que tem “o maior conceito na favela”, também mostra a inserção feminina nestes momentos de extrema violência. Distingue sua atuação autônoma ao participar do assassinato de uma colega: “é só eu e a minha irmã. A minha outra irmã é mulher de bandido”.

Tirei uma rapa de pó solto que estava no meu bolso, eu estava até de roupa de homem nesse dia. Bati, bati e eu ainda cheirei. Cruz credo! Muito ruim!. [...] Aí levei ela pra lá, era de noitão, eu cheia de medo, tava mesmo. Cheguei lá, daqui a pouco vem os moleques dizendo: você tá fazendo errado! Respondi: quem está fazendo o bagulho errado, quem sabe sou eu!. Aí coloquei na cabeça dela, aí ela caiu no chão assim e falou: qual é Elena, vai me matar? Eu disse: o trabalho é meu, não posso fazer nada!. Aí os moleques começaram a fuzilar ela, aí trouxeram ácido muriático, aí falou assim: joga Elena!. Aí eu cheia de pena sabe? Cheia de pena, que eu não gosto de matar nem um bicho, imagina ela! Aí eu cheia de pena joguei ácido na cara dela, na hora foi comendo tudo. Aí pegaram a faca, maior facão, começaram a cortar ela todinha, mais todinha mesmo, começaram a cortar o osso e colocaram dentro de um saco plástico, jogaram um pouquinho de álcool e tacaram fogo.

Questionada sobre como se sentiu no momento, responde que ficou toda arrepiada, chorou, ficou toda cheia de remorso, saiu do local e nunca mais voltou, não aceitando mais fazer esse tipo de coisa. Entretanto, racionaliza: “*se eu não matasse eu ia morrer*”.

A convivência de todas essas adolescentes com a morte é cotidiana. Matar o outro é encarado como uma questão de sobrevivência, uma condição para não morrer, aliviando-se, dessa forma, o sentimento de culpa. “*Não me arrependo de nada. Se eu não matar eles me matam.*” Embora nenhuma das que respondem por tráfico seja responsabilizada por assassinato, duas delas mencionaram participação nesses episódios durante a entrevista. As vítimas foram duas mulheres, uma por ter dívidas no tráfico e outra “X9”. A fala de Ana revela uma intensa banalização da vida alheia: “*matei matando mesmo, não foi troca de tiro não. Ela estava devendo eu fui e matei.*”

Uma estratégia para lidar com as emoções, provocadas pelos homicídios com requintes de crueldade, foi a de se acostumar com a violência, abandonando

o lado sentimental que inicialmente possuíam. Assim aconteceu com Alba, que sentia pena das pessoas que matava na troca de tiro e aos poucos foi se acostumando. Racionaliza a situação afirmando se tratar de uma luta pela sobrevivência, uma defesa da própria vida (ou mata ou morre). *“A gente acaba acostumando, mas no início era difícil eu ficava meio com pena. Mas a gente pensa que é a gente ou ele.”*

Elen, uma menina de apenas 13 anos de idade, comenta sobre sua iniciação precoce no uso das armas: *“Eu e minha irmã andava de pistola, não andava de fuzil não, de pistola, que eu era nanica, eu não agüento com o fuzil. Já peguei no fuzil, mas dar tiro, se eu der eu dou impacto na parede.”*

O treinamento utiliza métodos de aprendizado passo a passo, visando instigar o desejo da adolescente de manejar a arma de forma a conquistar o “status” e o respeito do grupo. O aprendizado passa por aulas teóricas, *“você não pode nem olhar pra frente, não pode olhar nem pra trás nem pros lados, tem que olhar só pra frente, e com o coisa na mão, com a arma na mão”*; e práticas, onde latas de cerveja e bonecos de pano servem como alvo e bandeiras vermelhas impedem os estranhos de se aproximarem.

Aquelas que obtêm êxito mostram-se radiantes e mais confiantes em si próprias, além de conseguirem a atenção dos rapazes para sua proeza, como mostra **Olga**, ao comentar o desafio a que se submeteu para ser aceita no grupo: *“quem conseguir, quem conseguir rodar a pistola três vezes e atirar vai ganhar maconha e vai pagar uma caixa de cerveja. Aí, eu fui a primeira. Eu estava fumando, chapadona. Aí eles ficaram sabendo que eu estava na manha já de atirar.”*

Ilda, habituada ao convívio das armas dos marido, utilizou-a contra ele numa briga conjugal, quando este queria agredi-la. Atirou por cima de sua cabeça, fazendo com que ele ficasse surdo por vários dias. Comenta sobre a sensação de força e poder que a posse de uma arma lhe dava: *“é um impulso tão grande que ela dá, porque você tem que ficar forte.”* Esta jovem sempre se disse “louca” e “doida” por possuir sua própria arma. Quando a obteve do marido, sua primeira providência foi enfeitá-la com figuras de Minnie e Mickey. O amor as armas que simbolizam fortemente o poder e a força masculina, foi destacado por muitas adolescentes, que as consideravam “lindas” ou uma espécie de brinquedo com que substituem algumas fantasias infantis que ainda possuem. Ao mesmo tempo, põem os pés no chão ao perceberem o poder mortal que elas possuem. *“Quando vejo arma na televisão, nossa senhora!...Eu vejo filme demais de guerra, que tem muita arma e eu gosto de ver!”*

Outras garotas enfatizam o caráter de proteção que as armas lhes dão, proteção que não alcançaram obter na vida, através do cuidado e do carinho familiar e social.

Eu não gosto de arma não mas acabei aprendendo a usar para me proteger... (Alba)

É muito difícil você plantar no tráfico sem estar montada. Você precisa se defender, trocar tiro com os policiais...mas eu não matei ninguém. (Úrsula)

Para **Elisabete** a responsabilidade a ela atribuída a fazia sentir-se importante, *“se eu te disser que é ruim eu estaria mentindo. Eu sou assim, eu tenho que estar fazendo alguma coisa, se não eu fico deprimida e eu acho até que o tráfico me tirou da depressão.”* Essa sensação de realização se mostrou presente na fala de várias meninas, que a partir da utilização da própria força, conseguiram conquistar sua própria auto-estima, bem como a dos homens. Por outro lado, essas jovens que desde criança tiveram imagens masculinas ausentes e sentiram a fragilidade da figura feminina, parecem suprir essa carência encontrando uma saída diferente para suas próprias vidas.

Cabe ressaltar porém, que essa demonstração de força e coragem que exige de si não as coloca em posição de igualdade com os homens. Várias formas de controle do comportamento feminino continuam a existir na relação que estabelecem com os parceiros afetivos e com os colegas de trabalho. A violência sexual se mostra uma efetiva forma de coerção, seja decorrente da atuação policial, dos parceiros sexuais ou até mesmo dos próprios companheiros do tráfico. Isso aconteceu com **Úrsula**, que sofreu um estupro de um traficante seu conhecido que havia bebido muito. No dia seguinte, o problema foi resolvido com um pedido de desculpas. **Alba** se esconde atrás de sua figura masculina com o objetivo de proteção sexual. *“Às vezes eu me dou pior, mas também por outro lado é bom: eles não tentam me estuprar. Menina jeitosinha eles sempre querem esculachar. Eu prefiro apanhar até morrer”*. Zaluar (1994, p.228), comenta esse assunto em seu trabalho *“entre bandidos, o comportamento sexual da mulher é controlado de modo rígido e extremamente violento”*.

O tráfico de drogas é considerado por essas jovens como uma rotina de trabalho, pois se não o fizerem, não ganham. É cansativo, “sujo”, exige muita disciplina e acordar cedo. A hierarquia e as normas típicas de um trabalho formal são assimiladas, incorporando-se termos como acidente de trabalho e licença, para justificar o afastamento quando presas. Em nenhum outro tipo de infração encontramos essa relação tão direta (Assis & Constantino, 2000). Meireles (1998) já alertava para essa relação. Podemos constatar na fala a seguir como palavras do mercado de trabalho aparecem no discurso das jovens:

*Quando sair daqui não vou querer **trabalhar** mais na boca, vou praticar de 155, 157...
Na boca de fumo você está trabalhando lá o dinheiro vai todo pro **patrão**. Pra tu é só 100, 200.
É muito mais arriscado que roubar.
O **gerente** não está correndo risco nenhum.
Nós tamos lá **trabalhando**, se matando e o **dono** está lá bebendo água de coco, no celular dele falando com altas mulher, e a gente fazendo **hora extra**, correndo risco lá na boca de fumo. (grupo focal)*

Importante atentar que na primeira fala quando a jovem se refere ao tráfico ela utiliza a palavra trabalhar e quando fala dos outros delitos ela diz praticar. O que demonstra que essa relação com trabalho não está presente nas demais infrações, é algo específico do tráfico de entorpecentes.

O tráfico é também representado por uma das jovens como uma grande família:

*... porque o tráfico, a gente que está no meio, considera como uma família grande e complicada. Então se algum membro da família quer se afastar é que alguma coisa dessa família não está agradando ele, então ele vai sair e vai procurar outro lado, então podendo evitar...
(grupo focal)*

Essa jovem relaciona o tráfico à família utilizando o adjetivo “complicado”. Ressalta o afastamento tanto de um como de outro devido a problemas de relação.

A atividade no tráfico de drogas apresenta um grau muito elevado de risco. Mais do que em outras práticas infracionais, no tráfico as meninas enfrentam cotidianamente a morte. Chegam a chamar sua atividade de “missão”, o correspondente das forças armadas quando em combate. Isso pode ser ilustrado através da percepção das meninas sobre os riscos que correm na prática infracional.

*O risco que a gente mais corre é a morte.
Como dizem a vida do tráfico só tem dois caminhos: ou a prisão ou a morte.
Ou você tá lá na boca de fumo e eles mesmos (traficantes) vem e te mata. Porque sumiu dinheiro...
De troca de tiro com a polícia, pode morrer, bala perdida...
Você pedi dinheiro emprestado a um vagabundo e ele te dar um prazo para você pagar o dinheiro e você não dá, derrame, cheira a carga toda, fuma a carga toda, aí já vai pro desenrolar¹³, se não for já mata...
Pra mim o único risco que a gente corre, tanto o homem, quanto a mulher, é só mesmo da nossa função, de uma troca de tiro com os bandidos tomar um tiro, ficar aleijada ou então morrer, faz parte do nosso trabalho. (grupo focal)*

Nota-se que as meninas são conscientes dos riscos e isso reforça a atração pela atividade, reforçando o que Rodrigues(2000) havia alertado: a consciência sobre os perigos a que estão submetidos atrai ainda mais os indivíduos para a prática arriscada, aonde ele a todo momento desafia a morte. Continua sua análise apontando que a delinquência é buscada mais pelo contentamento traduzido pelo perigo do que pelo proveito material advindo da atividade. Breton (1991) pontua que a delinquência dos jovens remete ao gosto pelo risco e o

enfrentamento de seus limites. A delinqüência, segundo ele, está relacionada com a exaltação da vida perigosa. Tais componentes vinculados ao perigo e à aventura estão presentes na juventude de uma maneira geral e mais intensamente nos jovens que praticam infrações.

Peralva (2000) considerando que os adolescentes envolvidos com o tráfico de drogas apresentam uma atração muito forte pelo perigo, explica:

...o jovem só pensa em se divertir e percebe a morte como perigo longíquo. Há nessa representação cultural da juventude a idéia de que os jovens são por definição mais capazes que os adultos de associar na vida reflexividade e graça. A força da idade lhes permite viver intensa e prazerosamente. (:169)

Mesmo nas situações vividas pelas meninas, consideradas por elas como as mais arriscadas, as jovens emprestam a esses eventos o componente lúdico.

Misturam realidade e fantasia:

O maior risco é quando a polícia está em cima e você não pode fazer nada, tem que dar o nosso desenrolado porque se não morre mesmo. Eu acho que a gente corre mais risco quando a gente pega a carga de cocaína pra levar pra outro lugar, corre risco de pegar...corre risco de ser pega pelos policiais...

Quando eu troquei tiro com os policiais.

As duas vez que eu vim parar aqui foi sinistro: a primeira vez foi 3:30 da manhã eu estava dormindo numa treta¹⁴, bateram na porta e falaram que era os alemão não sei da onde que eu nunca tinha ouvido falar...abriu a porta já vieram e deram um telefone na P. Fiquei como, tripidei. Dessa vez também, uma pistola aqui, um oitão aqui e uma pistola na mão... parecia Rambo, aqui é um muro, aqui vira pra cá e vira pra lá também, eu joguei, quando eu joguei um fuzil na cara, parecia que não era de verdade, maior disposição, parecia, aquela coisa de filme, maior aventura, mais fiquei como, morrendo de medo de cair (morrer).

(Grupo Focal)

¹³ desenrolar: conversar.

¹⁴ treta: esconderijo

Essa mesma jovem fala do gosto que tem pelo tráfico: “...*eu me amarro, eu gosto de estar plantado, eu gosto de estar na pista, eu gosto de traficar.*”

Peralva (2000) aponta que o desejo de dinheiro apenas não explica a atração que o tráfico exerce sobre os jovens. Segundo ela, a relação com o risco é um componente importante:

Há aí uma experiência fundadora: a da primeira troca de tiros de que ele escapou...a sobrevivência constitui, nessas condições extremamente difíceis, um apoio provisório da individuação...cada vez que ele escapa, esse fato parece comprovar a legitimidade do seu direito à vida.(p:155)

A noção de serem imortais é relativizada por uma das jovens entrevistadas que confessa que só passou a ter essa visão depois de presa.

Nem sempre a gente deve arriscar porque a gente não é de aço. A gente tem que saber ver as coisas que a gente pode tentar, saber se aquela coisa vai valer a pena, se aquilo mesmo. Porque eu não pensava assim, lá no tráfico eu achava que não ia nunca acontecer comigo, poderia acontecer com os outros mas não comigo.

Eu não vou querer que um filho meu tente trabalhar na boca de fumo para ver como é, tente usar droga para saber como é que é. Então eu acho que não vale a pena tentar. Porque se ele for tentar trabalhar na boca de fumo ele vai acabar como eu. Vai acabar preso ou vai acabar sendo morto por polícia ou pelos próprios bandidos, então eu não quero que ele tente. (grupo focal)

Outra discussão a que essa fala remete é a projeção do risco percebido para uma outra pessoa: “*A R. caiu (morreu), mas também ela deu mole, dificilmente vai acontecer comigo porque eu durmo com um olho aberto e outro fechado.*” (Ingrid). Dessa forma, essa jovem nega o perigo, componente que Duclos (1986) já chamara atenção, de que em geral, o risco é negado e projetado para pessoas mais suscetíveis. Esta menina responsabiliza a jovem morta pela fatalidade, dessa forma não se sente tão ameaçada pela liminaridade da situação

em que vive. *“Afinal driblar a morte é um ato que requer muita malandragem, perícia e sorte.”* (Meirelles, 1998: 89)

Observei que quando surgia a palavra **risco** na discussão, dos grupos focais as jovens a compreendiam como **perigo**. No entanto, em nenhum momento comentaram deixar de fazer o que era sua obrigação na atividade do tráfico por causa do perigo eminente. Mesmo cientes dos riscos e muitas vezes os tendo vivenciado na pele, as jovens enfrentam as situações buscando o *“prazer que a experiência proporciona”* (Meirelles, 1998:170). Dessa forma conseguem perceber um sentido para sua vida: *“viver muito, mesmo que seja pouco tempo.”*

(Ingrid) Dessa forma consideram que sempre **vale à pena arriscar**.

*Eu acho que tem que arriscar. Sabe o que eu acho? Que a gente tem que experimentar as coisas. Eu acho que vale a pena. Às vezes se você não se arriscar você nunca vai saber como é que é. Você tem que aproveitar porque depois que morre você não vai poder fazer mais nada...então tem que tentar... a gente não sabe o dia de amanhã. Eu só me arrependo de ter sido presa mais do resto não, a vida no tráfico me ensinou coisas que eu não ia saber se não tentasse, agora que eu sei eu posso decidir se eu quero continuar ou não, e acho que é difícil de sair (risos). **(Grupo Focal)***

Novamente a concepção de *risco-aventura* de Spink (2000) se enquadra a realidade das jovens. Essas meninas relacionam a ousadia de arriscar com experimentar coisas novas, com o aprendizado.

Não só de perigo é constituída a atividade do tráfico. As jovens, se também correm o risco, fazem também o cálculo comparativo dos momentos felizes que essa *“aventura”* pode lhes proporcionar: de um lado a vivência em grupo, num clima de abundância e poder:

Eu gosto de traficar por causa da farrá. Dia de sol assim dia de sábado, fica na boca vendendo, fica super à vontade, vai os parceiros também lá, fuma um baseado com você, zoa contigo, fica o dia todo lá comendo, bebendo. É muito divertido, muito movimentado, é demais... (Ingrid)

Para algumas está em jogo a desfrutar um padrão de vida que só numa atividade lucrativa como essa poderia lhes proporcionar, seja pela ausência de capital social, seja pela ausência de capital cultural:

Eu não ia conseguir não tudo isso que eu tenho se não fosse o tráfico, sexta- série, não tenho estudo, não vou conseguir um emprego para ganhar, está ligado, as condições que o tráfico me dá. Eu ia ter que ganhar salário mínimo e isso dá para nada, tá ligado, aí eu decidi ir pro tráfico mesmo. (grupo focal)

E pergunto: Quantas jovens de comunidades de baixa renda se submetem a uma rotina de trabalho intensa para ganhar o salário mínimo? Com certeza essa é a realidade de sem número de meninas pobres no Rio de Janeiro. A adolescente entrevistada optou por uma vida diferente, por uma mudança de padrão e escolheu assumir os riscos do tráfico de drogas. Tantas outras meninas inseridas no mercado de mão de obra não-qualificada também assumem riscos de sobreviver com um salário irrisório, de perder horas em meios de transporte superlotados, de serem assaltadas na condução. Para ambas é uma questão de escolha, dentre um leque restrito de “possíveis sociais”.

Essa questão da liberdade dentro dos limites das condições de existência fica clara quando perguntei às meninas que conselhos dariam para uma jovem, como elas para que não entrasse nessa vida. Acompanhando todos os argumentos de que “isso não é vida”; “não é para qualquer uma”; “o melhor é estudar para ter uma vida honesta”, encontrei o elucidativo depoimento:

A vida, sendo que a vida é dela, ela vai decidir o que ela vai querer da vida dela, se ela acha que isso é melhor pra ela, ela vai...porque quem vai viver é ela e ela que tem que decidir, eu decidi sozinha.
(grupo focal)

Essa fala reforça o peso da liberdade individual para as escolhas da vida. Parafrazeando Sartre : “ *Eu sou aquilo que consegui fazer com o que fizeram de mim*” (1987) , eu sugeriria para o caso das jovens que entrevistei: “Eu sou aquilo *que decidi ser* com o que fizeram de mim.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que é ser menina delinqüente, concretamente? Felizmente não tenho nada além de sinais da complexidade de sua subjetividade. É ser e reconhecer-se ameaça a uma sociedade que a ameaçou e usurpou os seus direitos por toda sua existência. É ser lobo mau em meio a chapeuzinhos vermelhos, mas também chapeuzinho vermelho por entre lobos maus (Silveira, 1999:132)

O processo que pude vislumbrar durante essa investigação foi que a jovem em conflito com a lei é uma vítima que, ao mesmo tempo, é definida e se define como ré, conseqüência de uma socialização assinalada pela marginalização e o estigma. Uma auto-imagem construída pela exclusão que permeia toda sua história de vida.

Este estudo mostrou a importância das instituições socializadoras na formação da criança e os efeitos das interações abusivas, destrutivas, violentas ou negligentes no interior da família e de suas repercussões e reprodução na escola, criando ora o isolamento, ora a desesperança no futuro, ora a afronta direta aos valores socialmente legitimados.

Esses fatores ajudam a explicar o crescente número de jovens envolvidas em atos infracionais no Rio de Janeiro, absorvidas pelo tráfico de drogas. Embora esse incremento não seja uma prerrogativa feminina, como pode ser constatado nas estatísticas apresentadas, a participação ativa das mulheres no mundo infracional passou a ocorrer apenas recentemente, acompanhando a onda de juvenalização e feminização do mercado ilegal de drogas.

Na realidade, proveniente dos estratos mais desvalidos da sociedade, a adolescente tem, no seu cotidiano, os elementos definidores de uma imagem

construída a partir de estigmas que foram sendo cristalizados durante toda sua história de vida: uma história marcada pela inacessibilidade a uma condição de vida digna, aos meios de ascensão social, aos bens de consumo, enfim, pela falta de perspectivas.

Como ressalta Meirelles (1998):

Botar uma arma na cintura e virar um bandido ou um *soldado do movimento* não é um problema, é uma solução. A quantidade de dinheiro roubada ou a quantidade de vida retirada, não tem diferença. Tanto faz. Vai tudo ser consumido pela lógica da violência que reina nos guetos do narcotráfico onde a vida não tem a mínima importância.
(:1)

Segundo Peralva (2000) os riscos ligados à violência repartem-se de forma desigual e os diferentes estratos da população não dispõem de recursos equivalentes para enfrentá-los. Mas a experiência da violência, enquanto tal se generalizou de forma ampla. Isso fez com que se desenvolvesse no seio da juventude, e mais particularmente da juventude pobre (posto que para ela a cota de riscos associados à violência é mais elevada), o sentimento de que as condutas de risco talvez constituíssem, elas próprias, uma modalidade eficaz de resposta ao risco. Tratar-se-ia de antecipar o risco, de se apropriar dele, para melhor subjugar-lo. O engajamento de jovens no narcotráfico, segundo Peralva, parece estar ligado a essa familiaridade com o risco de que o cotidiano deles é fabricado. Não se trata tanto de obter recursos capazes de lhes permitir uma melhor integração à sociedade de consumo, mas sim de responder às ameaças do entorno.

Peralva trava uma discussão com Zaluar que encontrou entre os jovens narcotraficantes, condutas impregnadas de desejo e poder e as explicou,

relacionando a pobreza do meio social de origem desses jovens e a cobiça suscitada pela sociedade de consumo. Explicar essas condutas como expressão de uma relação patológica com o risco.

A situação de maior vulnerabilidade das jovens ficou explícita pela exclusão social a que muitas estavam submetidas; pela negligência e o abandono da família, da escola, da comunidade e da sociedade em geral; pela variedade de formas e intensidade de violência que as vitimiza.

Mesmo com toda a responsabilidade socialmente atribuída, a família conduz a educação dos filhos em contradição com a sua falta de controle sobre a jovem, a ponto de não ser capaz de apontar os limites necessários à convivência em sociedade, com os arranjos que tem que fazer para sobreviver. Não pode ser considerada como a única nem a principal responsável pelo envolvimento das jovens no mundo da infração. No entanto todos os estudiosos apontam a família como o “locus” privilegiado das relações primárias, por meio das quais a identificação, atitudes e comportamentos são construídos. É claro que aqui não se está referindo o conceito de “ família” biológica necessariamente. Representando, no caso das jovens, uma influência negativa, a família contribui potencializando a ação de uma conjuntura social em que a miséria, o narcotráfico, a lógica da cultura do consumismo a qualquer preço, a influência da comunidade onde é comum o uso de drogas, de armas, de assassinatos, enfim, onde experiências de violência extrema passam a ser vistas e percebidas como algo rotineiro e banal.

A escola por sua vez, foi percebida como um local com poucos atrativos para as adolescentes e que, algumas vezes, lhes possibilita encontrar amigos com os quais acabam se envolvendo no uso de drogas ou no cometimento de

infrações. Dentro dela ou no seu entorno são muito freqüentes as narrativas de violências vividas ou cometidas por outros estudantes e por elas. Fica clara, no presente estudo, a precária vinculação que esta instituição consegue estabelecer entre o adolescente e os educadores. Seu papel de formadora dos princípios éticos e morais fracassou para a maioria das adolescentes aqui estudadas.

Isso significa que se a escola brasileira pretende levar em conta a subjetividade das jovens necessita repensar o papel que desempenha positiva ou negativamente na prevenção da infração juvenil. Com certeza as questões como o elevado índice de evasão escolar, melhorar o processo pedagógico rigidamente exercido, criar cursos profissionalizantes e outros suportes institucionais deveriam ser refletidas. No entanto nada substituirá a atenção individualizada às adolescentes e jovens já tão fragilizadas nos espaços micro-sociais. Estas iniciativas são possíveis e urgentes de serem tomadas pela sociedade, quando se considera a infração juvenil um problema coletivo e não apenas familiar.

Outro ponto de importância fundamental e muito delicado para se entender a delinqüência juvenil é a sua compreensão como um processo de escolha. As jovens entrevistadas apresentam limitações na sua condição social (situação econômica, falta de apoio familiar, baixa escolaridade), que restringem o seu leque de alternativas de inserção. Apesar de restrito, esse estudo defende que sempre há possibilidade de escolha, pois se não fosse assim todos os adolescentes e jovens pobres estariam na delinqüência. Na opção pela prática infracional percebe-se a mobilidade. Não é por acaso que a atividade do tráfico de drogas é chamada por seus adeptos de “movimento”. É em busca dessa dinâmica, do gozo proporcionado pela aventura, da possibilidade de mudar o que por

herança lhe foi reservado (pois as histórias de exclusão dessas jovens nada mais são do que a reedição da de seus pais e avós), que essas meninas ousam arriscar.

As estratégias de combate à violência que atingem os jovens devem estar concentradas em ações de fomento ao protagonismo juvenil, que o reconhece como sujeito capaz de construir sua história e sua vida a partir de oportunidades iguais de acesso e de condições concretas de participação e ação (Zanetti, 1999).

Para melhor compreender a delinqüência juvenil feminina é crucial eliminar raciocínios apressados. Após conhecer um pouco da vida dessas jovens seria ingênuo supor que elas seriam meras expectadoras em relação ao que o social lhes impôs. Muito mais do que isso, tenho hoje a convicção de que essas jovens mulheres vão em busca de sua felicidade. Audaciosas e corajosas colocam em risco suas próprias vidas por momentos prazerosos. Preferem isso à mesmice de uma vida sem expectativas e emoções. Parafraçando Castiel, no que diz respeito a concepção do risco, seria a categoria de risco-aventura (Spink, 2000) versus o risco-desventura, por ter mal-nascido.

Por essa capacidade de ação, intuo nessas meninas um importante potencial de mudança. Mas para isso, muito investimento é necessário para fazer que elas dilatam sua visão de futuro e para que as instituições ampliem as alternativas de escolha para as jovens pertencentes aos segmentos menos favorecidos da sociedade. Esse é papel dos atores sociais mais próximos a sua vida: oferecer saídas, mas a decisão final é sempre a do sujeito.

Como já apontamos em estudo anterior:

...o novo começo, mesmo que possível apenas como metáfora, precisa acalantar nas jovens a esperança de viver, nutri-las com confiança nos adultos e nas instituições, estimulá-las para o desenvolvimento da capacidade intelectual e da criatividade, ensinando-as a perceber que podem ser amadas sem que precisem abrir mão de sua autonomia e auto-estima. Somente com um atendimento que congregue os aspectos afetivos e os cognitivos é que poderão ser resolvidos os problemas que tocam o universo feminino, delicado e profundo em sua essência, mas forte por natureza (Assis & Constantino, 2000:74).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACIOLI, M., 1995. *Da casa invisível à escola inevitável*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Faculdade de Educação, Universidade de Brasília.
- ADLER, E., 1975. *Sisters in crime*. New York: Mc Graw-Hill.
- ALMEIDA FILHO, N., 1989. *Epidemiologia Sem Números: uma introdução crítica à ciência epidemiológica*. Rio de Janeiro: Ed. Campus.
- ASSIS, S. G. & CONSTANTINO, P., 2000. *O Universo da Jovem Infratora*. Relatório Final de Pesquisa. Rio de Janeiro: CLAVES/ENSP/FIOCRUZ.
- ASSIS, S. G., 1999. *Traçando Caminhos numa Sociedade Violenta: a vida de jovens infratores e seus irmãos não infratores*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- BASTOS, M., 1997. *Cárcere de mulheres*. Rio de Janeiro: Diadorim/Adesa.
- BARDIN, L., 1979. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- BECK, U., 1993. Risk Society: Toward a New Modernity. Cambridge: Polity Press.**
- BERG, B., 1995. *Qualitative research methods for the social sciences*. Boston: Allyn Bacon.
- BERNSTEIN, P., 1997. *Desafio aos Deuses: a fascinante história do risco*. Rio de Janeiro: Ed. Campus.
- BLOSS, P., 1996. *Transição Adolescente*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- BRETON, D., 1991. *Passions du Risque*. Paris: Métailié.
- CAILLOIS, R., 1958. *Les Jeux e les Hommes*. Paris: Gallimard.

- CARDICH, R. O., 1994. *A Voz das Meninas na construção das normas em uma instituição de atendimento para meninas de rua*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- CAREY, M. A., 1994. The group effect in focus group: planning, implementing, and Interpreting focus group research. In: *Critical issues in qualitative Research methods* (M. Morse, org.), pp. 224-241, Thousand Oaks: Sage.
- CASTIEL, L. D., 1999. *A Medida do Possível: Saúde, Risco e Etnobiociência*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- _____, 1994. *O Buraco e o Avestruz: a singularidade do adoecer humano*. Campinas: Papyrus.
- CHESNAY-LINDT, M., 1989. Girls, crime and woman' s place: toward a feminine model. *Crime and delinquency*, 35:5-29.
- CHESNEY - LIND, M., 1997. *The female offender: girls, women and crime*. United States: Sage Publications.
- _____, HAGEDORN, J. M., 1999. *Female gangs in America: essays on girls, gangs and gender*. Chicago: Lake View Press.
- COHLER, B., 1991. The life story and the study of resilience and response to adversity. *Journal of Narrative and Life History*, 1:169-200.
- COSTA, J. F., 1984. *Violência e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Graal.
- COWIE, J., COWIEN, V., SLATER, E., 1968. *Delinquency in girls*. London: Hinemann.
- DANTAS, S. M., 1985. *Dos Apelos e atropelos do menor nos processos de Institucionalização*. Monografia apresentada ao Departamento de Psicologia Social do Trabalho da UFRJ.

DE ANTONI, C., 2000. Vulnerabilidade e Resiliência Familiar na Visão de Adolescentes Maltratadas. Dissertação de Mestrado, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

DE ANTONI, C., MEDEIROS, F., HOPPE, M. & KOLLER, S., 1999. Uma Família em Situação de Risco: Resiliência e Vulnerabilidade. *Interfaces - Revista de Psicologia*, 2:81-85.

DESLANDES, S. F; MENDONÇA & CARAFFA, W. T., 1998. *Análise Qualitativa da Percepção de Risco e das Redes Sociais e de Uso entre Usuários de Drogas Injetáveis*. Relatório Final de Pesquisa. Brasília: CN-DST/AIDS, UFMG, FIOCRUZ.

DOUGLAS, M. & WILDAVSKY, A., 1982. *Risk and Culture*. Berkeley: University of California Press.

DOUGLAS, M., 1986. *Risk Acceptability According to the Social Sciences*. London: Routledge and Kegan Paul.

_____, 1992. *Risk and Blame: essays in cultural theory*. London: Routledge.

DUCLOS, D., 1986. La Construction sociale du risque: le cas des ouvriers de la Chimie face aux dangers industriels. Paris: Conservatoire National des Arts et Métiers.

DUMMONT, L., 1966. *Homo Hierarchicus*. Paris: Gallimard.

ESCOREL, S., 1999. *Vidas ao Léu: trajetórias de exclusão social*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

FREUD, S., 1976. *Novas conferências introdutórias sobre psicanálise. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v 22. Rio de Janeiro: Imago.*

GARBARINO, J., 1995. *Raising Children in a Socially Toxic Environment*. San Francisco: Jossey-Bass.

- GARBARINO, J. & BEDARD, C., 1996a. *Makink sense of 'senseless' youth: Kids who kill and kids who don't*. New York: Research proposal.
- GENET, J., 1986. *Diário de um Ladrão*. Rio de Janeiro: Rio Gráfica.
- GERHARDT, J. & STINSON, C., 1994. The nature of therapeutic discourse: accounts of the self. *Journal of Narrative and Life History*, 4:151-192.
- GIDDENS, A., BECK, U. & LASCH, S., 1997. *Modernização Reflexiva*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.
- GONÇALVES, R., 2000. *Delinqüência, Crime e Adaptação à Prisão*. Coimbra: Quarteto Editora.
- GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA.SUPERINTENDÊNCIA DE SAÚDE., 1999. *Perfil dos adolescentes do DEGASE- estudo sobre uso de drogas e a prevalência de doenças sexualmente transmissíveis*. Relatório de pesquisa.
- GUERRA, A. G., 1990. *O crime realidade e desafio. Abordagem psicodinâmica do homicídio*. Petrópolis: Vozes.
- GUIMARÃES, E., 1999. *Escola, Galeras e Narcotráfico*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.
- GURVITCH, G., 1968. *Determinismos Sociais e Liberdade Humana*. (Trad. Herbaldo Dias da Costa). Rio de Janeiro: Forense.
- HAYES, M. V., 1992. On the epistemology of risk: language, logical and social science. *Soc. Sci. Med*, 35:401-407.
- HEIDEGGER, M., 1989. *Ser e Tempo*. Petrópolis: Vozes.
- HEIDENSOHN, F., 1995. *Women and Crime*. New York: University Press.

- IMPERATO, P. & MITCHELL, J., 1985. *Acceptable Risks*. New York : Viking.
- KELLNER, S. R., 1984. *Identidade Feminina. A Sexualidade como seu Alicerce*. Texto datilografado. Círculo Brasileiro de Psicanálise, Seção Rio de Janeiro.
- KRUEGER, R., 1994. *Focus Groups: a practical guide for applied research*. London: Sage Publications.
- LENGRUBER, J., 1983. *Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres*. Rio de Janeiro: Achiamé.
- LENGRUBER, J., 1999. *Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres*. 2. ed. Rio de Janeiro: Achiamé.
- LOMBROSO, C. & FERRERO, G., 1895. *The female offender*. New York: Appleton.
- LUCCHINI, R., 1993. *Enfant de la rue: identité, sociabilité, drogue*. Genève: Librairie Droz.
- LUPTON, D., 1999. *Risk*. New York: Routledge.
- LUSK, M., 1992. Street children of Rio de Janeiro. *International Social Work*, 35:293-305.
- MEIRELLES, V. Z., 1998. *Vida e Trabalho de Adolescentes no Narcotráfico numa favela do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado, Escola Nacional de Saúde Pública.
- MERCHÁN, E., 1996. *Adolescente Pobre, Escola e Prisão: Práticas, Representações e Cenário Culturais dos Riscos de HIV/AIDS*. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública.
- MERTON, R. K., 1957. *Social Theory and social structure*. London: Free Press of Glencoe.

- MILITO, C. & SILVA, R., 1995. *Vozes do Meio*: Fio. Rio de Janeiro: Relume- Dumará.
- MINAYO, M. C., 1994. *O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde*. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO.
- MILLOR, F., 2001. Intragável. In: *Prazeres e risco* (BUENO, E.), pp. 45-50, Rio de Janeiro: LP&M.
- MINAYO, M. C. et al., 1999. *Fala Galera: Juventude, Violência e Cidadania na Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond.
- MORGAN, D., 1997. *Focus group as qualitative research*. Newbury Park, CA: Sage.
- NETO, O. C. (coord), 1999. *Adolescentes Envolvidos pelo Tráfico de Drogas no Rio de Janeiro*. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ENSP/DCS/CLAVES.
- OLIVEIRA, M. B., 1995. *As Implicações Psíquicas no Ato Infracional de Repetição*. 5º. Relatório Parcial de Pesquisa Realizada no Educandário Santos Dumont. Rio de Janeiro: 2ª. Vara da Infância e Juventude.
- PERALVA, A., 2000. *Violência e Democracia: O paradoxo brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra.
- PEREIRA, G. M. M. G., 1993. *A Ilha do Diabo: Instituição e Poder - Análise de suas Representações pelas Internas no Educandário Santos Dumont*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Instituto de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- PERRETTI-WATEL, P., 2000. *Sociologie du risque*. Paris: Armand Coulin.

- RICHARDSON, H. J., 1969. *Adolescent girls in approved schools*. London: Routledge & Kegan Paul.
- RHODES, T., 1997. Risk theory in epidemic times: Sex, grugs and social organisation of risk behavior. *Sociology of Health & Illness*, 19:208-227.
- RIZZINI, I., 1993. *A criança no Brasil Hoje: Desafio para o Terceiro Milênio*. Rio de Janeiro: Universidade Santa Úrsula.
- RODRIGUES, J. C., 2000. *Risco, Cultura e Racionalidade*. (mimeo).
- ROSA DE SOUZA, C. S. & EBRAIM, G., 1992. The street children of Recife: a study of their background. *Journal of Tropical Pediatrics*, 38:34-40.
- RUSSELL, R.; VAN DEN BROEK, P.; ADAMS, S.; ROSENBERGER, K & ESSIGN, T., 1995. Analyzing narratives in psychotherapy a formal framework end empirical analyses. *Journal of Narrative and Life History*, 3: 337-360.
- SAFFIOTI, H. I. B., 1997. No fio da navalha: violência contra crianças e adolescentes no Brasil atual. In: *Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil*. (Madeira. F. R., org.), pp. 135-211, Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Ventos.
- SANTOS, J. C., 1984 . *As raízes do crime: Um estudo sobre as estruturas e as instituições de violência*. Rio de Janeiro: Forense.
- SARTRE, J. P., 1987. *Sartre*. São Paulo: Nova Cultural. (Coleção Os Pensadores)
- SEN, A., 2000. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SHAW, C. R., MCKAY, H. D., 1969. *Juvenile delinquency and urban areas*. Revised edition. Chicago: University of Chicago Press.

- SHOEMAKER, D. J., 1996. *Theories of Delinquency: An Examination of Explanations of Delinquent Behavior*. New York: Oxford University Press.
- SILVA, C. L., 1989. *O Homossexualismo Feminino entre menores*. Rio de Janeiro: Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a infância/UFRJ.
- SILVA, H. H., 1994. *Cadê Minha Fada Madrinha?: meninas infratoras internadas na cidade do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- SILVEIRA, E. M., 1999. *Meninas em Conflito com a Lei : Chapeuzinho Vermelho ou Lobo Mal?* Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Centro de Ciências da Saúde, Universidade Estadual do Ceará.
- SNELL, T. L. & MORTON, D. C., 1994. *Women in prison*. (Special Report) Washington, DC: Bureau of Justice Statistics.
- SPINK, M. J. P., 2000. *A Construção Social do Risco no Cenário da AIDS*. Relatório de Pesquisa. Brasília: CNPq.
- SUDBRACK, M. F., 1996. Construindo Redes Sociais: metodologia de prevenção à Drogadição e à marginalização de Adolescentes de famílias de Baixa Renda. In: *Coletâneas da ANPEPP: Família e Comunidade* (Macedo, org.), pp. 87-114, São Paulo: Press Grafic.
- THOMAS, W. I., 1923. *The unadjusted girl*. Boston: Little Brown.
- THOMPSON, A., 1983. *Quem são os criminosos?* Rio de Janeiro: Achiamé.
- WARREN, M. Q., 1981. *Comparing female and male offenders*. Sage Research Progress Series in Criminology, v. 21. California: Sage Publications.

WERNER, D., BLOCK, E. M. & COUTINHO, M. R., 1993. *Antecedentes Familiares e Crime*. Relatório para CNPq. Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina. (mimeo)

VERNANT, J. P., 1987. *Sur Le individu*. Paris: Ed. Du Seuil.

VEJA, 2000. Mulheres Presas. Motivo: Drogas. *Veja*, ano 33, n. 4.

VOLPI, M., (org.) 1997 *O adolescente e o ato infracional*. São Paulo: Cortez.

ZALUAR, A., 1985. *A Máquina e a Revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense.

_____, 1994. *Condomínio do Diabo*. Rio de Janeiro: UFRJ.

ZANETTI, L., 1999/2000. Apostando no Protagonismo dos Jovens: refletindo sobre experiências educativas com jovens das classes populares. *Proposta - revista de fase*, n. 83.

ANEXOS

ANEXO 1

Roteiro de entrevista para a adolescente infratora

Estrutura/ relação familiar

Quantos anos você tem?

Seus pais são vivos? Quantos anos eles tem? Eles vivem juntos?

Como você vê a relação de seus pais?

Você já presenciou algum tipo de violência física entre eles? Em que ocasiões isso acontece?

Como você reage?

Você mora com quem?

Como é para você viver com essas pessoas?

Você já teve padrasto/madrasta?

Quantos e durante quanto tempo?

Como você se sentiu vivendo essa experiência?

Como era a sua relação com ele/ela?

Você tem irmãos?

Qual a idade deles?

Eles moram com você?

Como é a relação entre vocês?

Você mudaria algo nessa relação?

Se você tivesse que descrever a sua mãe, como você faria?

Tem algum irmão que você se dê melhor? Por quê?

Como é a sua mãe em casa?(checar para madrasta)

E com você?

E com seus irmãos? Você percebe alguma diferença?

Em algum momento você se sentiu agredida em sua casa? Por quem? Como isso se deu?

Sua mãe já lhe disse algo que tivesse lhe magoado? O que foi?

E o se pai/padrasto?

Quando você pensa na sua mãe, que lembrança te vem à cabeça?

Como é o seu pai em casa?(checar essa mesma questão para padrasto, se tiver tido mais de um checar para cada um deles)

E com você?

E com seus irmãos?

Seu pai/padrasto já agrediu fisicamente você ou seus irmãos? Como foi isso?

Quando você pensa no seu pai, o que te vem à cabeça? Que lembrança isso trás?

Na sua família tem alguém que você confie a ponto de fazer confidências?

Com quem você costuma conversar, tirar suas dúvidas...? Por quê?

Como você se sente na sua casa, na companhia dessas pessoas?

Na sua opinião, alguma coisa deveria mudar? O quê? E por quê?

Me conta uma lembrança boa da sua família.

Me conta uma lembrança que você considere triste.

Você tem avós maternos e paternos?

Você já morou com eles em alguma época?

Como foi essa experiência?

Você tem contato com tias, primos...?

Como é essa relação?

Tem alguém especial que você goste muito? Por quê?

Quando aparece um problema na sua família, como vocês tentam resolver?

Você considera que os seus pais(ou quem ocupa esse lugar) agem de maneira correta na criação dos filhos? Por quê? O que você mudaria?

História familiar pregressa

Na sua família já teve ou tem alguém envolvido com infração? Quem? O que fez? Grau de contato.

E problemas psiquiátricos?

Tem história na sua família de uso de drogas ou álcool Quem? Você vivenciou isso?

Alguém da sua família morreu de forma que você considere violenta? Quem? Como foi?

Cuidados Iniciais

Você sabe se a sua gravidez foi desejada? A sua mãe já conversou sobre essas coisas com você? Você gostaria que ela tivesse conversado sobre essas coisas com você?
Como foi a gestação de sua mãe? Você nasceu de parto normal?
Você teve algum problema de saúde?
Você foi amamentada? Até que idade?
A sua mãe perdeu algum filho? Como foi isso?
Você acompanhou alguma gravidez da sua mãe?
Como você se sentiu?
Você acha que ela desejou os filhos da mesma forma?
Quem cuidava de você quando era pequena?
Você já ficou em creche?
Você tem alguma lembrança da época em que você era pequena e dos cuidados de sua mãe?

Situação econômica

A sua mãe trabalha? Em quê?
O seu pai trabalha? Em quê?
Quem são as pessoas responsáveis pelo sustento da família?
Você acha que o dinheiro que essas pessoas recebem é o suficiente?
Você trabalha?
O que você faz?
Desde que idade você começou a trabalhar?
Por quê você foi trabalhar?
Quais foram os lugares que você trabalhou?
Você gosta do que você faz?
Em que você gostaria de trabalhar? Por quê?
Você está satisfeita com o que ganha? Por quê?
O que você faz com o seu dinheiro?

Descreva para mim a sua casa.

Você gostaria de mudar alguma coisa nela? O quê? Por quê?

Escolaridade

Você já estudou?

Com quantos anos você foi pra escola?

Você lembra do 1º dia que você foi a escola? Como foi isso pra você?

Você estuda atualmente?

Caso tenha parado: Por quê parou? Em que série?

Você já foi reprovada alguma vez? Quantas vezes? Por quê você acha que isso aconteceu?

Você sempre estudou na mesma escola ?

O que você achava da(s) escola(s) que estudou?

Você mudaria alguma coisa?

Como era a sua relação com os colegas?

E com os professores?

Pra você, o que tem/ tinha de bom na escola?

E o que você não gosta/ gostava?

Você tem alguma lembrança boa da escola?

E ruim?

O que significa a escola pra você?

Os seus irmãos foram pra escola?

Com quantos anos?

Em que série eles estão?

Todos na sua casa sabem ler e escrever?

Você sabe se sua mãe estudou? Até que série?

E o seu pai?

Alguém na sua família lhe incentivou a estudar? Quem? O que essa pessoa dizia?

Comunidade

Em que bairro você mora?

O que você acha do seu bairro?

Você gosta de morar lá? Há quanto tempo você mora nesse lugar?

Você já morou em outros lugares? Como eram esses bairros?
Teria algum outro lugar que você gostaria de morar? Por quê?
No seu bairro tem algo que você considere ruim?
E o que você considera de bom no lugar que você mora?
Você percebe algum tipo de violência nesse lugar? Que tipo? Como você se sente vivenciando isso?
Se você pudesse mudar alguma coisa em seu bairro, o quê você mudaria? Por quê?
Escola, hospital, posto de saúde... é perto de onde você mora? As pessoas da comunidade utilizam esses serviços?
O que você faz para se divertir dentro da sua comunidade?
Você tem muitos amigos?
São amigos de infância?
Como você vê esses amigos?
Você costuma estar sempre com eles? Você costuma andar sempre com as mesmas pessoas?
Tem algum amigo especial, que você confie muito? Por quê?

Lazer

O que faz para se divertir?
Você frequenta bailes funks?
O que tem de bom nos bailes?
Tem algo que você não goste nos bailes? O quê?
Como você gosta de se vestir para ir aos bailes? Você tem preferência por algum tipo de roupa?
Com quem costuma se divertir?
O que você faz nas suas horas livres?
Você gosta de cinema? Que tipo de filme você gosta de assistir? Por quê?
Você assiste televisão? O que você costuma assistir? Por quê?

Namorados/filhos

Você tem namorado? Quantos anos ele tem? Há quanto tempo vocês estão juntos?

Com quantos anos você começou a namorar? Como foi pra você?

Você já teve experiência sexual? Com quantos anos foi a sua 1ª experiência?

Como foi pra você?

Você alguma vez já se sentiu obrigada a fazer sexo? Como foi isso? Como você se sentiu?

Você tem filhos?(caso não tenha, checar o desejo de ter) Quantos? Qual a idade?

Quem cuida?

Como foi pra você a experiência de ser mãe?

O que você espera pra ele?

Experiência Infracional

É a primeira vez que você está aqui?(caso não seja checar as outras entradas e os motivos)

Como está sendo essa experiência pra você?

O que aconteceu para você estar aqui nesse momento?

Você estava sozinha? Quem eram as pessoas que estavam com você? Você está sempre na companhia dessas pessoas?

Por quê você acha que agiu dessa forma?

O que te levou a fazer isso?

Como você se sentiu enquanto estava agindo?

O que passou na sua cabeça enquanto estava agindo?

O que poderia acontecer naquele momento?

Como foi pra você o momento da apreensão?

Como você se sentiu?

Drogas

Você estava drogada?

Você usa drogas?

Desde quando?

Que tipo de droga?

Como foi que você teve acesso pela 1ª vez? Você estava sozinha? Quem estava com você?

Que droga você experimentou pela 1ª vez?

Como você se sentiu?

O que tem de bom no uso da droga?

O que tem de ruim?

Você conseguiria me dizer o que te faz usar drogas?

O quê muda em você quando está drogada?

Quando e com quem você usa?

Por quê você usa essa e não outras?

Como você consegue a droga?

Hoje, o que a droga significa pra você?

Você costuma agir drogada? Por quê?

Armas

Você já teve contato com armas?

Que tipo de arma?

Em que situação?

Como foi o acesso?

O que você sentiu de posse dela?

Como você se sentiu?

Você costuma usar armas? Qual? Por quê?

Me conta alguma coisa que tenha ficado marcado, alguma coisa que você tenha feito(ato infracional), que tenha te marcado por algum motivo.

Você já se arrependeu de alguma coisa que tenha feito? O quê? Por quê se arrependeu?

Você já se sentiu influenciado por alguém a agir?

Trajatória institucional e vida na instituição

Antes de vir para cá, você já ficou em algum abrigo ou instituição? Qual? Por quê motivo? Como foi essa experiência?

Como você se sentia?

Você era visitada? Por quem?

Assim que você foi apreendida, pra onde te levaram? Conta pra mim um pouco desse caminho até você chegar aqui.

Você ficou em alguma delegacia?

Há quanto tempo você está aqui na instituição?

Como está sendo pra você?

Como é o seu dia aqui dentro? O que vocês fazem?(saber um pouco da rotina da instituição)

Como é a sua relação com as outras adolescentes?

E com os agentes educacionais? Como você percebe a relação deles com vocês?

Você tem sempre contato com a sua técnica? Como é esse contato?

O que você acha da Santos Dumont?

Você mudaria alguma coisa aqui dentro? O quê?

O quê você manteria da mesma forma?

De que você mais sente falta aqui dentro?

Você recebe visita? De quem?

Como é a visita?

Você acha importante receber visita? Por quê?

Você acha que pelo que você cometeu essa é a melhor medida?

O que você acharia que deveria acontecer com uma adolescente que cometeu um ato semelhante ao seu?

Relação familiar pós-infração

Você percebeu algum tipo de mudança da sua família em relação a você depois da infração? Qual foi?

O que você acha que a sua família está pensando disso tudo que aconteceu?

As pessoas que vem te visitar conversam com você a respeito do ato? Como é falar sobre isso pra você? Como você se sente?

Toxicidade Filosófica

Religiosidade da família

Sua mãe tem religião? Qual?

Desde quando ela freqüenta?

Você já a acompanhou alguma vez?

O que você acha da religião da sua mãe?

O que é Deus pra sua mãe?

Ela costuma passar pra vocês a religião dela?

Como é isso pra você?

Alguém mais da sua família tem religião? Quem? Qual?

Religiosidade da adolescente

Você tem religião? Qual? Desde quando?

Você acredita em Deus?

O que Deus significa pra você?

Deus pra você é diferente do que é pra sua mãe?

Como é esse contato com Deus?

Já teve algum momento da sua vida que você recorreu especialmente a Deus? Me conta o que foi.

Você pede proteção a alguém? Quem? Em que ocasiões?

Você usa algum objeto para te dar sorte? Qual? O que esse objeto significa?

Reflexão / significado da vida

Você pensa na sua vida? Desde quando?

O que ela significa pra você?

O que significa a vida do outro pra você?

Você costuma acreditar nas pessoas? Por quê?

Qual é a pessoa que você mais acredita? Por quê?

Visão de si

Como você geralmente se vê?

Como você acha que as pessoas te vêem?

Como você costuma resolver os seus problemas?

O quê você mais gosta em você? Por quê?

O quê você menos gosta em você? Por quê?

O que você mudaria em você?

Eu gostaria que você se descrevesse pra mim. Você percebe alguma mudança em você aqui dentro ?

Você já se sentiu humilhada ? Por quem?

Como foi isso?

Como você se sentiu?

E você já sentiu orgulho por algo que tenha feito?

Como foi isso?

Alguém já lhe disse algo que tenha lhe magoado? Quem? E o que foi dito?

Expectativa futura

O que você está pensando em fazer quando sair daqui?

O que você espera para o seu futuro?

O que você precisa fazer para alcançar os seus objetivos?

Quem você acha que poderia te ajudar a concretizar os seus planos? Por quê?

Roteiro para entrevista com a mãe da adolescente

Sobre a mãe

Família de origem

Seus pais são vivos?

Qual é a idade deles?

Eles moravam juntos?

Como era a relação entre eles?

Você tem irmãos? Qual é a idade?

Como era a relação de vocês?

Como era a sua mãe com você? E com seus irmãos?

E o seu pai?

Você vivenciou alguma cena de agressão na sua família? Como foi isso pra você?

Quais as lembrança boas que você tem da sua família?

E as ruins?

Família construída

Com quem você mora atualmente?

Com quantos anos você foi mãe pela 1ª vez?

Como foi isso pra você? Você desejava essa criança?

Você conviveu com o pai da criança?

Como foi essa relação?

Ele desejava esse filho?

Quantos anos ele tinha quando passaram a morar juntos?

Como ele é/ era enquanto pai?

E enquanto marido?

Vocês tiveram outros filhos?

Essas crianças foram desejadas?

Você perdeu algum filho?

(fazer essas perguntas - caso haja- em relação a cada parceiro)

Como você costuma educar seus filhos?

Tem algum filho que você se dê melhor? Por quê?

Você tem problema de relacionamento com algum de seus filhos? Por quê?

Você costuma conversar com os seus filhos? Sobre o quê vocês conversam?

Situação econômica

Você trabalha? O que você faz?

Quem mais trabalha para o sustento da casa?

Você considera suficiente para as despesas?

Como é a sua casa?

Escolaridade

Você estudou?

Até que série?

Por quê parou?

Gostava de estudar?

Acha importante estudar?

Qual é a escolaridade de seu parceiro e filhos?

Comunidade

Em que bairro você mora?

Já morou em outros lugares? Como eram?

O que você acha do seu bairro?

Gostaria de mudar algo no seu bairro?

Você já vivenciou cenas de violência no bairro?

O que tem de bom no bairro?

O que tem de ruim?

Como você se sente sabendo que seus filhos estão crescendo nessa comunidade?

Você mudaria algo?

Escola, posto de saúde...essas coisas são próximas?

O que tem no bairro para se divertir?

Lazer

O que faz para se divertir?

O que costuma fazer nas horas de folga?

Você vê televisão? O que mais gosta de assistir?

Religiosidade

Você tem religião? Qual? Desde quando?

O que te fez buscar essa religião?

Como você pratica a religião? Com que frequência?

Como você se sente?

O que pensam seus filhos a respeito da sua religião? Algum deles a seguiu?

Você utiliza, de alguma forma, a “doutrina” religiosa em sua casa? Como é isso?

O que é Deus pra você?

Você acha que Deus para x. é diferente do que para você?

Você acredita em pecado? O que você considera pecado?

Você pede proteção a alguém? A quem? Em que ocasiões?

Utiliza algum objeto para dar sorte? Quais? O que significam?

Sobre a infratora

Cuidados iniciais

Como foi a gravidez de x.?

Como foi o parto?

Você a amamentou?

Ela teve algum problema quando criança?

Como era x quando pequena?

Quem cuidava dela quando pequena?

Você tinha tempo para se dedicar a educação de x.?(checar em relação aos outros filhos)

Você percebe alguma diferença entre x. e seus outros filhos?

Relação

Como você a vê hoje?

Como é a sua relação com ela?

Você se considera próxima a sua filha? Por quê?

Vocês conversam? Sobre que assuntos?

Como você se considera como mãe?

Quando x. age de uma forma que você considera errada, qual é a sua atitude?

Já houve alguma situação em que você precisou ser “dura” com x. ? Como foi isso?

Você já se afastou de sua filha por algum motivo? Quando foi? Por quanto tempo? Por quê?

Como você se sentiu com esse afastamento?

Como você acha que ela se sentiu?
Como você descreveria a sua filha?
Como é a relação dela com os irmãos?
Como é a relação dela com o pai?

Escolaridade

Como é x na escola?
Ela sempre foi assim?
Ela é/era boa aluna?
Como era a sua relação com colegas e professores?
(caso tenha parado de estudar)- O que fez ela sair da escola?

Ato infracional

Você já tinha conhecimento da prática de sua filha?
Quando foi que você começou a perceber o seu envolvimento?
Qual foi a atitude da família ao perceber o seu envolvimento?
E a sua atitude?
Aconteceu alguma coisa nessa época, que pudessem ter a influenciado?

O que você pensa sobre isso que aconteceu com x?
Você teria idéia do que possa ter levado x. a cometer tal ato?

História familiar pregressa

Alguém na sua família já esteve envolvido com ato infracional? Quem? Grau de contato?
E problemas com álcool e drogas? Quem? Grau de contato?
E problemas psiquiátricos?
Alguém da família foi morto de forma violenta? Como foi?

Relação familiar pós- infração

Como está a relação de você e x. agora?

Vocês conversaram sobre o ocorrido?

Como a família está vendo isso que aconteceu com x.?

Lazer/ amigos/namorados

Quem são os amigos da sua filha? São amigos de infância? Como você os vê?

O que ela faz para se divertir? Quais são suas opções de lazer?

Ela costuma conversar sobre os seus programas, namorados?

ANEXO 2

Roteiro

1- Situação:

Uma menina moreninha, sarada, com o corpo perfeitinho...estava num baile quando um homem desconhecido se aproximou dizendo que era um fotógrafo. Esse homem a convidou para viajar com ele para outro Estado para tirar fotos. A menina resolveu aceitar apesar da família ser contra. O que poderia acontecer com essa menina? (Que riscos ela corre?)

2- Quais são os riscos que uma menina enfrenta na vida? (família/escola/comunidade/amigos)

3- Qual é o lado bom e o lado ruim de uma menina passar por riscos?

4- Vocês acham que meninas trabalhando no tráfico correm riscos? Quais?

5- Em que situações no tráfico vocês se sentiram mais em risco?

6- E quando a menina é mulher de um traficante, que riscos ela passa?

7- O que vocês diriam para outras meninas para que elas não passassem por situações arriscadas?